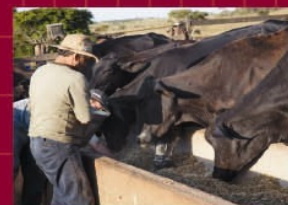


FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE



RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS EXERCÍCIO DE 2013





Presidente:

Ary Joel de Abreu Lanzarin

Diretores:

Fernando Passos
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Nelson Antonio de Souza
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: Francisco José Araújo Bezerra

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Wellington Santos Damasceno

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Luiz Fernando Gonçalves Viana, em exercício

Revisão Vernacular:

Hermano José Pinho



Equipe Técnica:

Luiz Fernando Gonçalves Viana – Coordenador

Elizabeth Castelo Branco
Iracly Soares Ribeiro Maciel
Jane Mary Gondim de Souza
Renato Alves dos Santos

Colaboradores:

Antônio Ricardo de Norões Vidal
Antônio Rony Davi de Sousa
Cláudio Pereira Bentemuller
Francisco Raimundo Evangelista
Hamilton Reis de Oliveira
João Bosco Ximenes Carmo
Liliana de Miranda Coelho
Luísa Maria Tessman
Máximo Antônio Cavalcante Sales
Sâmia Araújo Frota
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Zidiê Batista de Medeiros

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	10
1 - INTRODUÇÃO	11
2 - POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE	13
3 - A EXECUÇÃO DO FNE	21
3.1 - Contratações Setoriais	25
3.1.1 - Setor Rural	27
3.1.1.1 - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	30
3.1.2 - Setor Agroindustrial	46
3.1.3 - Setor Industrial	49
3.1.4 - Setor Turismo.....	51
3.1.5 - Setor Comércio e Serviços	53
3.1.6 - Setor Infraestrutura	56
3.2 - Valores Programados e Valores Realizados	57
3.3 - Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE.....	60
3.3.1 - Contratações por Estado	60
3.3.2 - Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido	65
3.3.2.1 - Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido.....	66
3.3.3 - Contratações por Porte de Beneficiário	68
3.3.4 - Municípios Atendidos pelo FNE.....	73
3.4 - Repasses do FNE a Outras Instituições	75
3.5 - Prioridades Definidas pelo Condrel/Sudene para a Aplicação do FNE	82
3.5.1 - Prioridades Espaciais	82
3.5.2 - Prioridades Setoriais.....	85
3.6 - O FNE no Contexto da PNDR	94
4 - GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL.....	112
4.1 - Inadimplemento das Operações	112
4.2 - Recuperação de Crédito.....	115
4.3 - Operações Renegociadas com Base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989	116
4.4 - Operações Liquidadas/Renegociadas com Base nas Medidas Emergenciais de Regularização de Dívidas, com Base nas Resoluções CMN nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, art 8º e 9º da Lei 12.844/2013.	117
5 - RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS	118
5.1 - Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Ano de 2013... ..	118
5.2 - Principais Ocorrências	119
6 - AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE.....	120
6.1 - Síntese dos Indicadores Utilizados na Avaliação de Resultados e Impactos do FNE - Exercício 2013	120
6.1.1 Indicadores de Eficácia	120
6.1.2 Indicadores de Efetividade	124

6.1.3	Indicadores de Eficiência Operacional	125
6.2	- Avaliação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) ...	125
6.2.1	Breve introdução	125
6.2.2	Principais aspectos da metodologia	126
6.2.3	Impactos macroeconômicos do Pronaf sobre o PIB municipal	126
6.3	Matriz de Insumo-Produto do Nordeste - Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Exercício de 2013	129
6.3.1	Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto	129
6.3.2	Impactos Socioeconômicos do FNE na Região Nordeste - Contratações no Exercício de 2013	133
7	- RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	139
	REFERÊNCIAS	143
	ANEXOS	144

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - FNE - Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos - Exercícios de 2012 e 2013	24
Gráfico 2 - Contratações Pronaf 2013 - Semiárido e Fora do Semiárido	37
Gráfico 3 - Contratação Pronaf 2013 - Por Setor	37
Gráfico 4 - Contratação Pronaf 2013 - Por Gênero	38
Gráfico 5 - Agroamigo - Unidades de Atendimento - 2013	40
Gráfico 6 - Agroamigo - Quantidade de Operações Contratadas por Ano.....	40
Gráfico 7 - Agroamigo - Valores Contratadas por Ano.	41
Gráfico 8 - Agroamigo - Número de Clientes Ativos por Ano	41
Gráfico 9 - Agroamigo - Carteira Ativa por Ano (R\$ Mil).	42
Gráfico 10 - Agroamigo - Distribuição por Setor - 2013	42
Gráfico 11 - Agroamigo - Distribuição por Atividade - Pecuária - 2013	43
Gráfico 12 - Agroamigo Crescer - Distribuição por Faixa de Valor Financiado - 2013	43
Gráfico 13 - Agroamigo Mais - Distribuição por Faixa de Valor Financiado - 2013	44
Gráfico 14 - Agroamigo Crescer - Distribuição por Prazo Médio - 2013	44
Gráfico 15 - Agroamigo Mais - Distribuição por Prazo Médio - 2013	45
Gráfico 16 - Distribuição da Carteira por Gênero	45
Gráfico 17 - Clientes Agroamigo Beneficiários do Bolsa Família - 2013.....	46
Gráfico 18 - Situação dos Empreendimentos Vistoriados pelo FNE ano 2013	119

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do FNE	96
Figura 2 - Mesorregiões na Área de Atuação do FNE.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores de Eficácia - FNE 2013	122
Quadro 2 - Indicadores de Eficácia - Contratação por Estado - FNE 2013	123
Quadro 3 - Indicadores de Efetividade - FNE 2013	124
Quadro 4 - Indicadores de Eficiência Operacional	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do PIB Per Capita dos Estados do Nordeste, da Região e do Brasil, de 1990 para 2010.	14
Tabela 2 - Evolução do PIB Per Capita das Regiões Brasileiras, de 1990 para 2010.	14
Tabela 3 - Nordeste - Evolução Real do PIB dos Estados, de 1990 a 2010.....	15

Tabela 4 - Evolução Real do PIB das Regiões Brasileiras, de 1990 a 2010	15
Tabela 5 - Participações das Regiões Brasileiras no Valor Adicionado Setorial, em 1990 e 2010	16
Tabela 6 - Evolução de Indicadores Sociais Selecionados nos Estados do Nordeste, de 1992 a 2011	17
Tabela 7 - Pobreza e Extrema Pobreza nos Estados do Nordeste, em 1992 e 2009	18
Tabela 8 - Renda Domiciliar Per Capita e Renda Média de Todos os Trabalhos Estados do Nordeste, em 1992 e 2009.....	19
Tabela 9 - Indicadores Selecionados de Desigualdade de Renda nos Estados do Nordeste, em 1992 e 2009	19
Tabela 10 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos Estados do Nordeste, em 1991 e 2010.....	20
Tabela 11 - FNE - Desempenho Operacional e Propostas em Carteira - Exercício de 2013	21
Tabela 12 - FNE - Prospecção de Negócios.....	22
Tabela 13 - FNE - Demonstrativo do Patrimônio Líquido - Posição em 31.12.2013.....	23
Tabela 14 - FNE - Ingressos Mensais de Recursos - Exercício de 2013.....	23
Tabela 15 - FNE - Demonstrativo das Variações das Disponibilidades - Exercício de 2013	25
Tabela 16 - FNE - Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾ - Período: 1998 a 2013	26
Tabela 17 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural - Exercício de 2013.....	27
Tabela 18 - FNE - Setor Rural Contratações ⁽¹⁾ Estaduais - Exercício de 2013	30
Tabela 19 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ no Pronaf - Exercício de 2013	36
Tabela 20 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial - Exercício de 2013	47
Tabela 21 - FNE - Setor Agroindustrial - Contratações ⁽¹⁾ Estaduais - Exercício de 2013	48
Tabela 22 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ no Setor Industrial - Exercício de 2013	49
Tabela 23 - FNE - Setor Industrial - Contratações ⁽¹⁾ Estaduais - Exercício de 2013	51
Tabela 24 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ no Setor Turismo - Exercício de 2013	51
Tabela 25 - FNE - Setor Turismo - Contratações ⁽¹⁾ Estaduais - Exercício de 2013	53
Tabela 26 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comércio e Serviços - Exercício de 2013	54
Tabela 27 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comércio e Serviços - Exercício de 2013	55
Tabela 28 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura - Exercício de 2013.....	56
Tabela 29 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura - Exercício de 2013.....	57
Tabela 30 - FNE - Valores Programados e Realizados por Estado - Exercício de 2013	57
Tabela 31 - FNE - Valores Programados e Realizados por Setor - Exercício de 2013	58
Tabela 32 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ Programadas e Realizadas - Por Mesorregiões - Exercício de 2013	60

Tabela 33 - FNE - Valores Programados e Realizados por Tipo de Município - Exercício de 2013.....	60
Tabela 34 - FNE - Contratações e Demanda de Recursos por Estado - Exercício de 2013	61
Tabela 35 - FNE - Contratações(1) Acumuladas por Estado - Período: 1989 a 2013	62
Tabela 36 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários - Exercício de 2013.....	63
Tabela 37 - FNE - Contratações(1) em Relação à População Residente - Exercício de 2013.....	64
Tabela 38 - FNE - Contratações (1) em Relação ao PIB dos Estados - Exercício de 2013	65
Tabela 39 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região - Exercício de 2013	66
Tabela 40 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários - Período: 1989 a 2013.....	68
Tabela 41 - FNE - Beneficiários por Porte e Setor - Exercício de 2013.....	70
Tabela 42 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor - Exercício de 2013.....	72
Tabela 43 - FNE - Distribuição Territorial dos Recursos - Exercício de 2013 ..	73
Tabela 44 - FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Exercício de 2013	74
Tabela 45 - FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado - Exercício de 2013.....	74
Tabela 46 - FNE - Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ - Exercício de 2013	75
Tabela 47 - FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ - Exercício de 2013	76
Tabela 48 - FNE - Bancos Repassadores - Desempenho Operacional - Contratações Exercício de 2013	76
Tabela 49 - FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural - Exercício de 2013.....	77
Tabela 50 - FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo - Exercício de 2013	77
Tabela 51 - FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Comércio e Serviços - Exercício de 2013.....	78
Tabela 52 - FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Região - Exercício de 2013.....	78
Tabela 53 - FNE - Bancos Repassadores - Beneficiários por Porte e Setor - Exercício de 2013.....	79
Tabela 54 - FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário - Exercício de 2013.....	79
Tabela 55 - FNE - Bancos Repassadores - Saldos Devedores e Inadimplência - Exercício de 2013.....	80
Tabela 56 - FNE - Bancos Repassadores - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Exercício de 2013.....	81
Tabela 57 - FNE - Bancos Repassadores - Contratações ⁽¹⁾ por Município - Exercício de 2013.....	81
Tabela 58 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais - APLs - Exercício de 2013.....	83
Tabela 59 - FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ para a Conservação, Preservação e Recuperação do Meio Ambiente - Exercício de 2013	85

Tabela 60 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ com Empreendedores Individuais - Exercício de 2013	86
Tabela 61 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ com Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais ⁽²⁾ /Empresas - Exercício de 2013.....	87
Tabela 62 - FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Indústria Automotiva - Exercício de 2013	88
Tabela 63 - FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Indústria Química, Petroquímica e Biocombustíveis - Exercício de 2013.....	89
Tabela 64 - FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Indústria Metal-Mecânica e Siderúrgica - Exercício de 2013.....	89
Tabela 65 - FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor da Indústria Extrativa de Minerais - Exercício de 2013	90
Tabela 66 - FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ Voltados para a Produção de Alimentos Básicos - Exercício de 2013.....	91
Tabela 67 - FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ nas Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios - Exercício de 2013	92
Tabela 68 - FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Exportação - Exercício de 2013	93
Tabela 69 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ no Segmento de Informática e Medicamentos - Exercício de 2013	93
Tabela 70 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias) - Exercício de 2013.....	97
Tabela 71 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias) - Exercício de 2013.....	99
Tabela 72 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias) - Exercício de 2013.....	100
Tabela 73 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias) - Exercício de 2013.....	101
Tabela 74 - FNE - Projetos Contratados ¹ nas Mesorregiões - Exercício de 2013	103
Tabela 75 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Porte - Exercício de 2013	105
Tabela 76 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Estado - Exercício de 2013	107
Tabela 77 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões - Exercício de 2013	108
Tabela 78 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Mesorregiões por Setor - Exercício de 2013	109
Tabela 79 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Município - Exercício de 2013.....	110
Tabela 80 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro - Por Setor - Exercício de 2013.....	111
Tabela 81 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon - Por Município - Exercício de 2013.....	111
Tabela 82 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon -- Por Setor - Exercício de 2013	112
Tabela 83 - FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários ⁽¹⁾ - Posição: 31.12.2013.....	113
Tabela 84 - FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Setor ⁽¹⁾ - Posição: 31.12.2013.....	114

Tabela 85 - FNE - Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação ⁽¹⁾ - Posição: 31.12.2013.....	114
Tabela 86 - FNE - Recuperação de Dívidas ⁽¹⁾ - Exercício 2013.....	115
Tabela 87 - FNE - Liquidações pelo Equivalente Financeiro - Resolução 55/2012 do CONDEL - Posição 31.12.2013	117
Tabela 88 - FNE - Regularizações de Operações com Base nas Resoluções CMN Nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, Art 8º e 9º da Lei 12844/2013 - Posição 31.12.2013.....	117
Tabela 89 - Indicadores de impactos macroeconômicos	127
Tabela 90 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE - 2013 ¹ - R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas.....	135
Tabela 91 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte da Empresa (micro, mini, pequena e média) - 2013 - R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas	137

PREFÁCIO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao ano de 2013.

Além de informações sobre a execução do Fundo, este Relatório traz os resultados e impactos do FNE objeto das avaliações concluídas no mesmo período. Estas avaliações foram realizadas em conformidade com a Metodologia de Avaliação do FNE, desenvolvida pelo BNB.

O BNB contratou, desde o início da operacionalização do FNE, em 1989, até dezembro de 2013, o montante de R\$ 133,1 bilhões¹. Tais financiamentos foram direcionados a empreendimentos predominantemente de mini, pequeno e médio portes dos setores rural, industrial e agroindustrial, comércio e serviços, turismo e de infraestrutura localizados nos onze estados da área de atuação do FNE.

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem as operações no âmbito do FNE, ressalta-se a importância da elaboração deste Relatório. Ele permite dar transparência à execução das ações, monitorar e avaliar sistematicamente o desempenho operacional e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica da Região Nordeste.

Assim, espera-se que este Relatório seja um instrumento que contribua para o aperfeiçoamento do processo de financiamento produtivo, no âmbito do FNE, com foco na geração de emprego e renda.

Francisco José Araújo Bezerra
Superintendente do ETENE

¹ Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2013.

1 – INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado através do artigo 159 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado por força da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste.

O presente Relatório apresenta os principais resultados e impactos do FNE no ano de 2013, tendo por base as contratações realizadas nesse período.

Assim, observa-se que as operações contratadas com recursos do FNE, no período considerado, alcançaram o montante de R\$ 12,7 bilhões, representando 557.144 operações de crédito.

Em termos de demanda por recursos, no final do ano de 2013, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R\$ 2,7 bilhões e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R\$ 4,0 bilhões.

Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas ao meio rural absorveram R\$ 5,3 bilhões ou 41,8% do total contratado pelo FNE no ano de 2013, enquanto o Setor Industrial contratou R\$ 2,9 bilhões (22,5% do total contratado). O Setor Comércio e Serviços obteve R\$ 3,7 bilhões (28,9% do total contratado), o Setor de Turismo recebeu R\$ 650,6 milhões (5,1% do total contratado), o Setor de Infraestrutura contratou R\$ 112,4 milhões (0,9% do total) e o Setor Agroindustrial 95,5 milhões (0,8%).

As contratações no semiárido, por sua vez, totalizaram R\$ 4,4 bilhões, de modo que mais de 1,0 milhão de produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste, no ano de 2013.

Os mini, os micros, os pequenos e os pequeno-médios empreendedores receberam recursos da ordem de R\$ 6,5 bilhões. Cerca de 1,6 milhão de beneficiários do FNE, no período, pertenciam a essa categoria.

À agricultura familiar, por meio do Pronaf, foram destinados recursos do Fundo no total de R\$ 2,5 bilhões. Os financiamentos do FNE beneficiaram mais de 1,6 milhão de pessoas pertencentes a esse Programa.

O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação e em todos os 1.990 municípios que formam esta área.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto, acredita-se que as contratações realizadas no exercício de 2013 pelo FNE possam gerar para a Região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 28,5 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 16,4 bilhões; geração de aproximadamente 1,1 milhão de ocupações (considerando-se empregos diretos, indiretos e induzidos);

pagamento de salários por volta de R\$ 4,6 bilhões e geração de impostos estimada em R\$ 3,8 bilhões. Ressalte-se que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

O presente Relatório está dividido em sete capítulos. Esta **Introdução** faz uma síntese dos principais resultados das aplicações do FNE no período analisado.

O segundo capítulo, **Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste**, apresenta um panorama da economia nordestina, que serve de subsídio para a compreensão da dinâmica do Fundo.

A **Execução do FNE** discrimina a aplicação do Fundo, analisando em consonância com os cortes por setor, estado, região climática (dentro e fora do semiárido), porte dos empreendimentos, mesorregiões e tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), além das prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional.

A **Gestão do Ativo Operacional** analisa o comportamento da adimplência do FNE no período e o processo de gerenciamento de crédito, enquanto o **Resultado dos Acompanhamentos e Fiscalizações dos Empreendimentos Financiados** faz uma síntese das visitas ao longo do ano de 2013, as principais ações e ocorrências.

Em sequência, o capítulo **Avaliação dos Resultados e Impactos do FNE** apresenta uma síntese dos indicadores utilizados, bem como faz uma análise das externalidades provocadas nas economias regional e brasileira, utilizando-se da Matriz de Insumo-Produto Regional, além dos resultados preliminares da Avaliação da Eficiência Microeconômica do FNE.

Finalizando, são apresentadas as **Recomendações do Ministério da Integração Nacional**.

2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

A política de desenvolvimento regional brasileira teve uma inflexão marcante em 1988/89, com a criação e regulamentação dos Fundos Constitucionais, em especial – para o Nordeste – com início do funcionamento do FNE. Em 2007, a luta pela redução das desigualdades regionais foi fortalecida, de forma direta, com a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), por meio do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007 e, de forma indireta, com a implementação dos diversos programas sociais do Governo. Ao lado disso, testemunhou-se a retomada das ações governamentais, nos diversos níveis de governo, em prol da infraestrutura econômica regional.

Essas iniciativas foram concebidas para repercutir sobre as variáveis econômicas e sociais da Região, estimulando diretamente a produção, removendo-lhe os entraves e melhorando as condições de vida dos nordestinos, o que tem consequências indiretas sobre as atividades produtivas. Conforme afirma o Ministério da Integração Nacional, “a PNDR tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras [...]. O foco das preocupações incide, portanto, sobre a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território”².

Essa dinamização vem sendo alcançada para a Região como um todo, conforme os dados da Tabela 1. O PIB per capita (PIBpc) do Nordeste aumentou em 47,0% em termos reais, de 1990 a 2010, superando o desempenho nacional, que foi de 38,9% no mesmo período. Com isso, o PIBpc regional passou a representar 48,4% do nacional em 2010, ante 45,7% em 1990.

Aproximar o Nordeste das regiões brasileiras mais desenvolvidas é um dos objetivos do FNE; mas também o é diminuir as diferenças entre os estados desta Região. Nesse sentido, a desigualdade intrarregional também diminuiu: o que pode ser visto pelo coeficiente de variação³, que passou de 0,23 para 0,19. Sete estados (Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte) tiveram um desempenho igual ou superior ao do País.

² Disponível em <http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/>. Acesso em 18/02/2013.

³ O coeficiente de variação (CV) é uma medida adimensional, resultado da divisão do desvio-padrão pela média. A diminuição do CV de um período para o outro sinaliza uma redução da dispersão dos valores dos estados em torno da média.

Tabela 1 – Evolução do PIB Per Capita dos Estados do Nordeste, da Região e do Brasil, de 1990 para 2010.

Estados	1990	2010	Var %
Alagoas	6.183	7.874	27,4
Bahia	7.344	11.007	49,9
Ceará	6.298	9.217	46,3
Maranhão	4.604	6.889	49,6
Paraíba	5.122	8.481	65,6
Pernambuco	7.532	10.822	43,7
Piauí	4.156	7.073	70,2
Rio Grande do Norte	7.030	10.208	45,2
Sergipe	8.600	11.572	34,6
Região Nordeste	6.505	9.561	47,0
Brasil	14.229	19.766	38,9
Coef. de Variação	0,23	0,19	

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2010, Projeção da População do Brasil para o Período 1980-2050 - Revisão 2008 e estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2009.

Nota: Valores atualizados através da série encadeada do volume do Produto Interno Bruto específico para cada unidade geográfica.

Elaboração: BNB/Etene/ CIEST.

O PIBpc do Nordeste apresentou o quarto maior crescimento entre as cinco regiões brasileiras (Tabela 2); entretanto, logrou superar o desempenho da Região Sudeste, por muitos anos, o exemplo a ser seguido. Vale ressaltar que o Norte e o Centro-Oeste, por serem as regiões de fronteira do País, vêm apresentando um crescimento difícil de ser acompanhado pelo restante do Brasil. Numa comparação com as economias mais maduras, o PIBpc do Nordeste passou a representar 36,8% e 42,3% da mesma variável do Sudeste e do Sul, respectivamente, em 2010, contra respectivos 32,9% e 42,5% em 1990. De igual modo, a relação PIBpc do Nordeste/PIBpc do Brasil avançou de 45,7% para 48,4% no mesmo período.

Tabela 2 – Evolução do PIB Per Capita das Regiões Brasileiras, de 1990 para 2010.

Regiões	1990	2010	Var %
Norte	7.875	12.701	61,3
Nordeste	6.505	9.561	47,0
Sudeste	19.746	25.988	31,6
Sul	15.301	22.723	48,5
Centro-Oeste	16.718	24.953	49,3
Brasil	14.229	19.766	38,9
Coef. de Variação	0,44	0,39	

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2010, Projeção da População do Brasil para o Período 1980-2050 - Revisão 2008 e estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2009.

Nota: Valores atualizados através da série encadeada do volume do Produto Interno Bruto específico para cada unidade geográfica.

Elaboração: BNB/Etene/ CIEST.

O crescimento real do PIB total do Nordeste superou levemente o do País (Tabela 3) de 1990 para 2010, mas isso foi insuficiente para aumentar significativamente a participação regional ou de cada estado *per se* no total nacional, apesar de cinco estados terem crescido mais do que o País e de seis terem crescido mais do que a Região. De uma maneira geral, a desigualdade entre os estados nordestinos caiu, conforme se vê pela redução do coeficiente de variação; entretanto, a diferença entre o maior e o menor PIB estadual ampliou-se. Numa comparação regional, o crescimento real do PIB nordestino no período superou o das Regiões Sudeste e Sul, mas não alcançou o das regiões de fronteira do Brasil (Norte e Centro-Oeste) (Tabela 4).

Tabela 3 – Nordeste - Evolução Real do PIB dos Estados, de 1990 a 2010

Estados	1990	2010	Var %
Alagoas	15.488	24.575	58,7
Bahia	86.902	154.340	77,6
Ceará	40.113	77.865	94,1
Maranhão	22.661	45.256	99,7
Paraíba	16.457	31.947	94,1
Pernambuco	53.868	95.187	76,7
Piauí	10.734	22.060	105,5
Rio Grande do Norte	16.915	32.339	91,2
Sergipe	12.752	23.932	87,7
Região Nordeste	276.219	507.502	83,7
Brasil	2.085.881	3.770.085	80,7
Coef. de Variação	0,83	0,80	

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2010.

Nota: Valores atualizados através da série encadeada do volume do Produto Interno Bruto específico para cada unidade geográfica.
Elaboração: BNB/Etene/CIEST.

Tabela 4 – Evolução Real do PIB das Regiões Brasileiras, de 1990 a 2010

Regiões	1990	2010	Var %
Norte	77.726	201.511	159,3
Nordeste	276.219	507.502	83,7
Sudeste	1.238.566	2.088.221	68,6
Sul	339.663	622.255	83,2
Centro-Oeste	156.024	350.596	124,7
Brasil	2.085.881	3.770.085	80,7
Coef. de Variação	1,13	1,01	

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2010, Projeção da População do Brasil para o Período 1980-2050 - Revisão 2008 e estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2009.

Nota: Valores atualizados através da série encadeada do volume do Produto Interno Bruto específico para cada unidade geográfica.

Elaboração: BNB/Etene/CIEST.

Em termos de estrutura econômica, a Região Nordeste vem repetindo o processo de transformação pelo qual passam as regiões em desenvolvimento: diminuição na participação relativa da agropecuária, em favor do aumento da

indústria e dos serviços (Tabela 5). Ressalte-se que, de 1990 para 2010, a participação nordestina, no valor adicionado da indústria, cresceu mais (1,78 pontos percentuais) do que nos serviços.

Tabela 5 – Participações das Regiões Brasileiras no Valor Adicionado Setorial, em 1990 e 2010

Regiões	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	1990 (a)	2009 (b)	b - a	1990 (a)	2009 (b)	b - a	1990 (a)	2009 (b)	b - a
Norte	11,49	9,35	-2,13	4,08	4,94	0,86	3,83	4,10	0,26
Nordeste	18,85	18,16	-0,69	10,46	12,25	1,78	13,22	14,18	0,97
Centro-Oeste	7,54	19,50	11,96	2,22	6,08	3,86	14,03	11,10	-2,94
Sudeste	35,46	27,11	-8,35	64,13	58,17	-5,96	54,79	55,29	0,50
Sul	26,66	25,87	-0,78	19,11	18,57	-0,54	14,13	15,34	1,21

Fonte: elaboração própria, com dados básicos do IPEADATA.

Não obstante os lentos avanços registrados no campo econômico anteriormente comentados, a Região Nordeste tem se aproximado mais rapidamente dos indicadores brasileiros no campo social, conforme se vê na Tabela 6. O acesso à iluminação elétrica foi praticamente universalizado de 1992⁴ para 2011, com o Nordeste avançando de forma três vezes mais rápida que o País. A diferença entre os percentuais do Brasil e do Nordeste, que era de 15,6 pontos percentuais, foi praticamente zerada. Destaque-se que, em seis estados da Região, o percentual de domicílios que têm acesso à iluminação elétrica é igual ou maior que o do Brasil (Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe).

O avanço nordestino no acesso à rede geral de abastecimento d'água deu-se num ritmo quase dez vezes superior ao brasileiro, eliminando a diferença entre os percentuais de domicílios com acesso à água nacional e regional, de 18,4 pontos percentuais e transformando-a numa vantagem de 7,9 pontos percentuais pró-Nordeste. As diferenças intrarregionais, nesse tocante, também caíram e apenas dois estados da Região (Alagoas e Maranhão) apresentam esse indicador inferior ao nacional.

⁴ O ano de 1992 foi escolhido como ponto de partida por ser o primeiro a dispor dos dados da PNAD, após a criação do FNE.

Tabela 6 – Evolução de Indicadores Sociais Selecionados nos Estados do Nordeste, de 1992 a 2011

Estados	Acesso à Rede Geral de Abastecimento d'Água (%)			Acesso à Coleta de Lixo (%)			Acesso à Iluminação Elétrica (%)		
	1992	2011	Var %	1992	2011	Var %	1992	2011	Var %
Alagoas	62,4	76,9	23,2	54,6	96,3	76,4	81,5	100,0	22,7
Bahia	54,3	86,4	59,1	41,9	93,6	123,4	71,2	99,2	39,3
Ceará	45,1	86,1	90,9	44,2	94,2	113,1	65,4	99,7	52,4
Maranhão	38,6	75,4	95,3	17,7	77,8	339,5	59,2	99,6	68,2
Paraíba	62,3	86,5	38,8	47,6	96,8	103,4	79,0	99,8	26,3
Pernambuco	66,9	79,1	18,2	53,7	95,1	77,1	83,6	99,9	19,5
Piauí	50,3	98,2	95,2	27,3	88,3	223,4	60,1	99,4	65,4
Rio Grande do Norte	64,2	96,5	50,3	65,3	99,3	52,1	88,7	99,7	12,4
Sergipe	65,1	93,5	43,6	53,3	98,5	84,8	84,0	99,8	18,8
Região Nordeste	55,2	85,5	54,9	43,7	92,4	111,4	73,2	99,6	36,1
Brasil	73,6	77,6	5,4	66,6	94,5	41,9	88,8	99,7	12,3
Coef. de Variação	0,18	0,10		0,33	0,07		0,15	0,00	

Fonte: BNB/Etene/CIEST a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

No que diz respeito ao acesso à coleta de lixo, o crescimento do Nordeste de 1992 para 2011, também foi quase três vezes mais intenso que o do Brasil, reduzindo a diferença no indicador de 22,9 para 2,1 pontos percentuais. Ressaltem-se os avanços obtidos pelos estados do Maranhão e do Piauí, que detinham os menores percentuais de acesso em 1992 com uma média aritmética simples de 22,5%, que elevou-se para 83,0% em 2011, apesar de aqueles estados terem permanecido ocupando as duas últimas posições. As diferenças entre os estados também diminuíram, conforme se infere pela queda no coeficiente de variação.

O cenário de redução da pobreza no Nordeste também foi positivo (Tabela 7)⁵. O melhor desempenho observou-se quanto aos domicílios extremamente pobres, com a Região praticamente acompanhando o País e reduzindo o seu número em mais de um terço. Houve uma queda significativa no número de pessoas pobres (22,6%) na Região, apesar de 10 pontos percentuais menor que a obtida pelo Brasil. Em se tratando de domicílios pobres, a redução foi razoável (9,7%) mas, 14 pontos percentuais abaixo do País.

⁵ Conquanto já tenha sido divulgada pelo IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) referente a 2011, as informações sobre a pobreza e a desigualdade apresentadas a partir deste ponto não estão disponíveis, pelo que, nas Tabelas de 7 a 9, as comparações ainda estão sendo feitas para o período 1992/2009.

Tabela 7 – Pobreza e Extrema Pobreza nos Estados do Nordeste, em 1992 e 2009

Estados	Domicílios Extremamente Pobres (mil unidades)			Domicílios Pobres (mil unidades)			Pessoas Pobres (mil unidades)		
	1992	2009	Var %	1992	2009	Var %	1992	2009	Var %
Alagoas	156	149	-4,5	312	345,0	10,6	1.642	1.515	-7,7
Bahia	796	477	-40,1	1.507	1.294,0	-14,1	7.509	5.512	-26,6
Ceará	503	301	-40,2	850	727,0	-14,5	4.282	3.085	-28,0
Maranhão	251	252	0,4	464	573,0	23,5	2.355	2.666	13,2
Paraíba	255	125	-51,0	442	361,0	-18,3	2.154	1.543	-28,4
Pernambuco	507	346	-31,8	965	864,0	-10,5	4.714	3.595	-23,7
Piauí	225	112	-50,2	351	285,0	-18,8	1.931	1.205	-37,6
Rio Grande do Norte	168	81	-51,8	322	256,0	-20,5	1.603	1.089	-32,1
Sergipe	94	59	-37,2	189	176,0	-6,9	896	765	-14,6
Região Nordeste	2.955	1.902	-35,6	5.403	4.881,0	-9,7	27.084	20.976	-22,6
Brasil	5.378	3.306	-38,5	12.225	9.299,0	-23,9	58.911	39.632	-32,7
Coef. de Variação	0,69	0,67		0,71	0,67		0,70	0,66	

Fonte: BNB/Etene/CIEST a partir dos microdados da PNAD/IBGE. Linha de pobreza estabelecida como o valor da cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base nas recomendações da FAO e da OMS, sendo o dobro da linha de extrema pobreza.

A renda domiciliar per capita média, entre 1992 e 2009, cresceu muito mais no Nordeste do que no Brasil (Tabela 8), fazendo com que a relação NE/BR passasse de 54,3% para 62,8%, com todos os estados nordestinos, exceto Alagoas, tendo variação superior à do Brasil no período. O mesmo comportamento foi observado no tocante à renda média de todos os trabalhos, cuja representatividade frente à média nacional passou de 55,1% em 1992 para 64,6% em 2009, com Alagoas apresentando também desempenho inferior ao nacional. Vale ressaltar que, para ambos os indicadores, a desigualdade intrarregional caiu.

Tabela 8 – Renda Domiciliar Per Capita e Renda Média de Todos os Trabalhos Estados do Nordeste, em 1992 e 2009

Estados	Renda Domiciliar Per Capita Média (R\$ out 2009)			Renda Média de Todos os Trabalhos (R\$ out 2009)		
	1992	2009	Var %	1992	2009	Var %
Alagoas	260,83	378,01	44,9	514,17	695,72	35,3
Bahia	257,87	463,82	79,9	462,36	687,21	48,6
Ceará	220,05	427,84	94,4	391,91	631,59	61,2
Maranhão	191,28	383,95	100,7	286,88	659,64	129,9
Paraíba	217,70	473,87	117,7	374,92	761,41	103,1
Pernambuco	259,13	435,63	68,1	453,10	699,54	54,4
Piauí	179,52	444,22	147,4	310,29	574,91	85,3
Rio Grande do Norte	271,31	509,68	87,9	453,60	780,26	72,0
Sergipe	296,66	514,86	73,6	482,38	780,00	61,7
Região Nordeste	240,93	443,05	83,9	427,93	689,86	61,2
Brasil	443,80	705,72	59,0	776,68	1.068,39	37,6
Coef. de Variação	0,16	0,11		0,19	0,10	

Fonte: BNB/Etene/CIEST a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Apesar dessa melhoria geral nos rendimentos, os indicadores de desigualdade de renda da Região não acompanharam os do País (Tabela 9). A razão entre a renda dos 10% mais ricos sobre a dos 40% mais pobres melhorou em todos os estados (exceto o Maranhão), com significativa redução da dispersão (queda no coeficiente de variação); o Índice de Gini reduziu-se também (indicando uma distribuição de renda mais equitativa), mas a desigualdade intrarregional, nesse tocante, permaneceu praticamente a mesma.

Tabela 9 – Indicadores Selecionados de Desigualdade de Renda nos Estados do Nordeste, em 1992 e 2009

Estados	Razão 10% mais Ricos/ 40% mais pobres			Índice de Gini		
	1992	2009	Var %	1992	2009	Var %
Alagoas	20,62	19,52	-5,3	0,583	0,572	-1,9
Bahia	22,27	17,89	-19,7	0,594	0,556	-6,4
Ceará	25,05	16,72	-33,3	0,605	0,544	-10,1
Maranhão	15,36	16,05	4,5	0,525	0,538	2,5
Paraíba	22,99	21,31	-7,3	0,590	0,591	0,2
Pernambuco	22,07	17,55	-20,5	0,588	0,554	-5,8
Piauí	27,51	17,64	-35,9	0,615	0,555	-9,8
Rio Grande do Norte	23,52	17,86	-24,1	0,604	0,559	-7,5
Sergipe	22,10	20,17	-8,7	0,592	0,576	-2,7
Região Nordeste	22,66	17,96	-20,7	0,593	0,558	-5,9
Brasil	21,68	16,67	-23,1	0,583	0,543	-6,9
Coef. de Variação	0,15	0,09		0,04	0,03	

Fonte: BNB/Etene/CIEST a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

A melhoria nos indicadores econômicos e sociais propiciou um avanço na principal medida regional de desenvolvimento humano. Assim, o IDHM do Nordeste que era de apenas 0,393 em 1991, passou para 0,660 em 2010 (PNUD, 2013), registrando um crescimento de 67,8% e uma menor dispersão, ao passo que o Brasil, no mesmo período, cresceu 47,8% (passou de 0,492 em 1991 para 0,727 em 2010) (Tabela 10). Mas, apesar desse crescimento, os estados nordestinos continuam com o IDHM inferior ao dos demais estados do Brasil, ocupando nove das doze últimas posições no *ranking* nacional.

Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos Estados do Nordeste, em 1991 e 2010

Estados	IDHM		
	1991	2010	Var %
Alagoas	0,370	0,631	70,5
Bahia	0,386	0,660	71,0
Ceará	0,405	0,682	68,4
Maranhão	0,357	0,639	79,0
Paraíba	0,382	0,658	72,3
Pernambuco	0,440	0,673	53,0
Piauí	0,362	0,646	78,5
Rio Grande do Norte	0,428	0,684	59,8
Sergipe	0,408	0,665	63,0
Região Nordeste (*)	0,393	0,660	67,8
Brasil	0,492	0,727	47,8
Coef. de Variação	0,07	0,03	

(*) Calculado como média simples dos estados.

Fonte: PNUD (2013).

Desse modo, em decorrência da persistência de desigualdades intra e inter-regionais (especialmente quando se leva em consideração o recorte do semiárido) e do elevado nível de pobreza ainda existente no Nordeste, a Região demanda políticas que contribuam para avançar no processo de desenvolvimento sustentável, como ampliação da geração de empregos, investimentos em infraestrutura física e consolidação de uma rede de proteção social. Referidas transformações estruturais precisam ser acompanhadas por ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo regional, de modo a garantir a ampliação da oferta de bens e serviços, postos de trabalho e renda, aumentando a relevância do FNE nos anos vindouros.

3 – A EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE, no ano de 2013, somaram R\$ 12,7 bilhões, registrando incremento de 6,3% em relação ao ano de 2012, quando foram contratados cerca de R\$ 12,0 bilhões.

Observa-se que o Setor Turismo apresentou incremento significativo de 80,9% em relação ao ano de 2012, seguido do Setor Comércio e Serviços, que cresceu 37,9%. Entretanto, os setores de Infraestrutura, Agroindustrial e Industrial apresentaram decréscimo no volume de contratações entre o ano de 2012 e o ano de 2013, de 63,4%, 28,5% e 21,3%, respectivamente (Tabela 11).

Tabela 11 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Exercício de 2013

Setores e Programas	Contratações (1)				Valores em R\$ mil
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	Valor das Propostas em Carteira (2)
RURAL	533.319	1.591.887	5.324.133	41,8	686.155
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	11.614	34.781	2.520.920	19,8	417.712
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Semiárido/Seca)	250.823	752.469	1.375.369	10,8	62.792
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	2.600	5.298	45.217	0,4	4.585
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo B)	232.888	698.322	651.427	5,1	31.695
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo C)	120	360	386	-	-
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo D)	-	-	-	-	-
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF - Demais Grupos)	34.840	99.367	438.458	3,4	31.122
FNE Aquipisca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	78	223	13.056	0,1	955
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	73	216	135.937	1,1	121.951
FNE Profrota Pesqueira - Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesque	-	-	-	-	-
FNE Irrigação - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada	282	848	143.301	1,1	14.637
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	1	3	62	-	706
AGROINDUSTRIAL	198	257	95.468	0,8	37.485
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	59	59	69.604	0,6	33.102
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	139	198	25.864	0,2	4.383
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	-	-	-	-	-
INDUSTRIAL	2.777	2.777	2.866.081	22,5	847.719
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	441	441	2.503.099	19,7	316.951
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	4	4	81.782	0,6	6.599
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	2.207	2.207	277.192	2,2	49.329
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	3	3	2.640	0,0	474.457
FNE Procultura - Programa de Financiamento à Cultura	-	-	-	-	-
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	122	122	1.368	0,0	383
TURISMO	449	449	650.620	5,1	103.483
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	64	64	517.367	4,1	88.394
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	379	379	133.183	1,0	15.041
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	6	6	70	-	48
INFRA-ESTRUTURA	2	2	112.401	0,9	45.470
FNE Proinfra - Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nort	2	2	112.401	0,9	45.470
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	-	-	-	-	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	20.399	20.399	3.678.820	28,9	937.203
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de :	1.640	1.640	2.151.802	16,9	754.882
FNE Procultura - Programa de Financiamento à Cultura	-	-	-	-	-
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	3	3	458	-	-
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	9	9	1.797	-	-
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	17.510	17.510	1.510.839	11,9	181.432
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	1.237	1.237	13.924	0,1	889
Total	557.144	1.615.771	12.727.523	100,0	2.657.515

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

O decréscimo no Setor de Infraestrutura, notadamente caracterizado pelas grandes inversões, pode ser explicado pela adequação do BNB às novas diretrizes do Governo Federal na condução dessa política pública, priorizando os recursos para os mini, micro e pequenos empreendimentos. Quanto ao Setor Agroindustrial, carece de aprofundamento de estudo para potencializar atividades que podem contribuir para agregar valor aos produtos primários regionais.

Ainda sobre as contratações setoriais, vale lembrar que de acordo com a Resolução do Condrel/Sudene n° 50, de 27 abril de 2012, foi criado o Programa Emergencial para a Seca (FNE Seca). Trata-se de um programa multissetorial que visa à recuperação ou preservação das atividades produtivas dos agentes afetados pela estiagem, mediante a concessão de crédito específico, destinado aos investimentos que contribuam para a convivência sustentável do agente produtivo com os efeitos decorrentes dos períodos de seca. Dessa forma, no âmbito do FNE Seca foram contratados cerca de R\$ 1,7 bilhão, o que representa 13,1% do valor contratado pelo FNE em 2013 (Tabela 11 e 38.A).

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do ano de 2013, o estoque de propostas em carteira (em fase de análise e/ou em fase de contratação) totalizou R\$ 2,7 bilhões. Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 35,3% do Setor de Comércio e Serviços; 31,9% do Setor Industrial; 25,8% do Setor Rural; 3,9% do Setor Turismo; 1,7% do Setor Infraestrutura; e 1,4% do Setor Agroindustrial (Tabela 11).

Além das propostas em carteira, a prospecção de negócios registrou uma demanda da ordem de R\$ 4,0 bilhões, destacando-se com maiores volumes de prospecções os estados da Bahia (R\$ 1,3 bilhão), Pernambuco (R\$ 675,3 milhões), e Alagoas (R\$ 675,0 milhões) (Tabela 12).

Tabela 12 – FNE – Prospecção de Negócios
Exercício de 2013

Estados	Valores em R\$ Mil
	Projetos em Negociação ^{(1) (2)}
Alagoas	674.974
Bahia	1.338.011
Ceará	648.716
Espírito Santo	-
Minas Gerais	191.949
Maranhão	379.196
Paraíba	63.000
Pernambuco	675.300
Piauí	-
Rio Grande do Norte	34.065
Sergipe	25.025
Total	4.030.236

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R\$ 3,0 milhões; (2) Cartas-Consultas aprovadas, não contratadas.

O patrimônio líquido do Fundo de R\$ 42,8 bilhões em 31.12.2012, passou para R\$ 47,6 bilhões em 31.12.2013, apresentando crescimento nominal de 11,2%. O referido acréscimo de R\$ 4,8 bilhões decorreu, basicamente, dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional (Tabelas 13 e 14).

Tabela 13 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 31.12.2013

Valores em R\$ Mil	
(1) Até 31.12.2012	42.848.130
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	43.156.154
. Resultados Acumulados	-308.028
. Provisões para Pagamentos a Efetuar	4
(2) No Exercício de 2013	4.794.489
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	5.578.343
. Resultado do Exercício	-756.890
. Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	-26.987
. Provisões para Pagamentos a Efetuar	23
Patrimônio Total em 31.12.2013 (1) + (2)	47.642.619

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

No Gráfico 1 verifica-se que os repasses mensais de recursos oscilaram bastante em 2013, acompanhando a tendência do ano de 2012, em virtude da Política Fiscal adotada pelo Governo Federal no período analisado.

Tabela 14 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Exercício de 2013

Mês	Ingressos	Valores em R\$ Mil
		Ingressos Acumulados
Janeiro	485.629	485.629
Fevereiro	653.362	1.138.991
Março	376.288	1.515.279
Abril	403.749	1.919.028
Mai	580.132	2.499.160
Junho	484.000	2.983.160
Julho	344.670	3.327.830
Agosto	450.650	3.778.480
Setembro	372.972	4.151.452
Outubro	372.978	4.524.430
Novembro	518.804	5.043.234
Dezembro	535.109	5.578.343

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

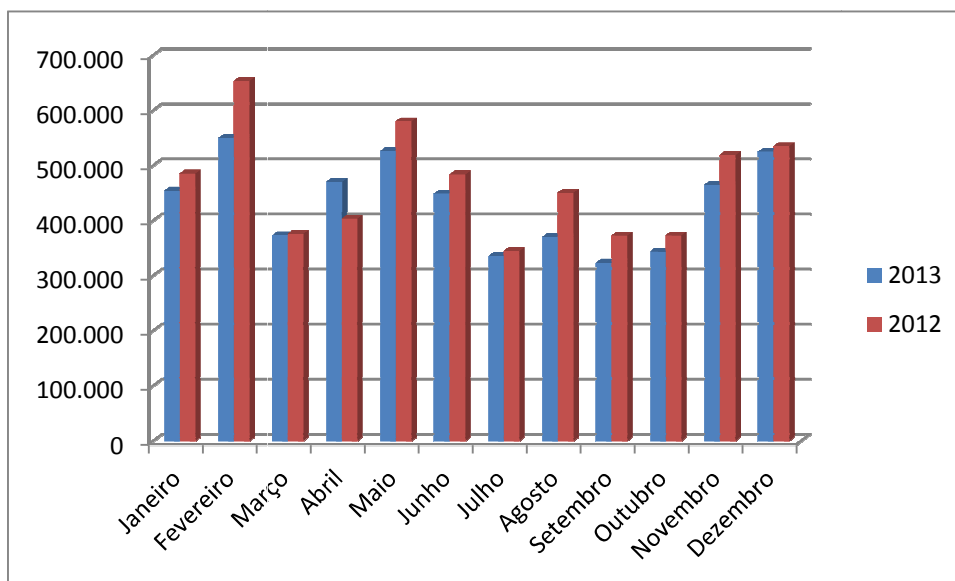


Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Exercícios de 2012 e 2013

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

O reembolso dos recursos emprestados aumentou de R\$ 7,3 bilhões no exercício de 2012, para R\$ 7,5 bilhões em 2013, com incremento nominal de 3,8%. As disponibilidades do FNE apresentaram acréscimo ao final do exercício de 2013, de 5,8% em relação ao final do exercício de 2012. Mencionadas disponibilidades totalizaram R\$ 6,9 bilhões ao final do ano de 2013, dos quais R\$ 5,1 bilhões representados por valores a liberar por conta de operações já contratadas, e R\$ 1,8 bilhão para contratação de novos financiamentos (Tabela 15).

Tabela 15 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Exercício de 2013

	Valores em R\$ Mil
Disponibilidades em 31.12.2012	6.532.248
Disponibilidades para Novas Contratações	990.358
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	5.541.890
Disponibilidades em 31.12.2013	6.908.697
Disponibilidades para Novas Contratações	1.766.402
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	5.142.295
Variação das Disponibilidades	376.449
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	5.578.343
- Remuneração das Disponibilidades	525.559
- Reembolsos Ops Crédito/Repasses (Líquido Bônus Adimplência)	7.546.254
- Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	358.657
- Ressarcimento Parcelas Ops. Res. 30/2010-Sudene-Condell	160
- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	110.930
- Cobertura Ops p/Fundos de Aval	1.729
- Cobertura de Ops. pelo PROAGRO	10.692
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	4.243
- Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops FNE	215
- Desembolsos de Ops Crédito/Repasses Outras Instituições	-11.504.570
- Taxa de Administração	-1.209.296
- Del credere do BNB - Repasses Lei 7.827, Art. 9º A	-51.143
- Del credere do BNB - Demais Operações	-717.143
- Del credere Instituições Operadoras	-3.589
- Remuneração do BNB sobre Saldos Operações PRONAF	-157.988
- Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações PRONAF	-14.679
- Prêmio de Desempenho do BNB sobre operações PRONAF	-18.276
- Despesa Auditoria Externa	-88
- Rebate de Principal de Ops. Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES -Estiagem 98	-6
- Bônus/Dispensas Ops PJ-Parcela Risco BNB-Reneg Leis 11.322/11.775	-1.105
- Bônus Adimplência Ops. Repasses BNB - Art 9º A, Lei 7.827	-13.312
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus FNE	-25.690
- Dispensa/Remissão/Rebate Outras Ops. - Lei 12.249 - Ônus FNE	-2.752
- Conversão de Ops. para o FNE - Lei 10.464/10.696	-433
- Aquisição de Ops. pelo FNE - Lei 11.322	-34
- Reclassificação Ops. Outras Fontes para FNE - Lei 11.775	-877
- Devolução ao BNB Ops. PJ Renegociadas - Parcela Risco BNB	-37.341
- Outros Eventos	-2.011
Total	376.449

3.1 – Contratações Setoriais

As contratações setoriais do FNE, em 2013, quando comparadas ao exercício anterior, apresentam variações positivas no Setor Rural, que aumentou sua participação de 40,6% em 2012 para 41,8% em 2013, gerando um acréscimo de 1,2 p.p. e no Setor de Comércio e Serviços, com expressivo acréscimo de 6,6 p.p. cuja participação passou de 22,3% em 2012 para 28,9% em 2013. De outra forma, o setor que mais sofreu redução foi o

Industrial/Turismo, passando de 33,4% em 2012 para 27,6% em 2013 (Tabela 16).

O fortalecimento do meio rural é fundamental para o desenvolvimento sustentável das economias do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo, objetivando, sobretudo, a implantação de empreendimentos bem-sucedidos, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida rural, possibilitando a permanência das pessoas no campo, reduzindo-se as migrações para as cidades.

O caso dos setores que sofreram redução (Agroindústria, Industrial/Turismo e Infraestrutura), pode ser explicado, em parte, pela estratégia do Governo Federal de limitar a atuação do BNB para empreendimentos de grande porte, frequentemente presentes no Setor de Infraestrutura e na Indústria.

Tabela 16 – FNE – Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾ – Período: 1998 a 2013

Exercício	Em Porcentagem					
	Rural	Agroindustrial	Industrial/Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
1998	84,5	1,4	14,1	-	-	100,0
1999	80,2	0,9	18,9	-	-	100,0
2000	49,5	0,7	49,8	-	-	100,0
2001	35,4	1,2	63,4	-	-	100,0
2002	76,4	0,7	14,2	-	8,7	100,0
2003	47,5	0,3	44,9	-	7,3	100,0
2004	25,7	1,2	25,9	21,1	26,1	100,0
2005	51,4	1,0	14,2	19,4	14,0	100,0
2006	48,9	2,5	24,1	11,6	12,9	100,0
2007	45,2	3,3	21,1	16,8	13,6	100,0
2008	29,7	4,2	23,2	25,8	17,1	100,0
2009	28,2	5,1	20,2	25,4	21,1	100,0
2010	40,7	2,9	23,0	8,0	25,4	100,0
2011	38,4	2,3	19,7	15,9	23,6	100,0
2012	40,6	1,1	33,4	2,6	22,3	100,0
2013	41,8	0,8	27,6	0,9	28,9	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Nos itens seguintes será analisado o desempenho de cada setor.

3.1.1 – Setor Rural

As contratações do FNE Setor Rural, no ano de 2013, totalizaram cerca de R\$ 5,3 bilhões, representando 41,8% do volume de contratações com recursos do FNE (Tabela 17), com variação positiva de 9,5% em relação ao ano de 2012 (R\$ 4,9 bilhões). O incremento verificado refletiu-se no aumento da participação relativa do Setor no período em análise, em relação ao exercício de 2012, que passou de 40,6% para 41,8% (Tabela 16).

Tabela 17 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Exercício de 2013

Atividades	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
PECUÁRIA	2.747.480	51,7	21,6
Bovinocultura	2.074.383	39,0	16,3
Avicultura	147.757	2,8	1,2
Ovinocaprino cultura	337.647	6,3	2,7
Suinocultura	104.405	2,0	0,8
Apicultura	7.988	0,2	0,1
Equinocultura	315	-	0,0
Bubalinocultura (Búfalo)	1.593	-	0,0
Outras Atividades ⁽²⁾	73.392	1,4	0,6
AQUICULTURA E PESCA	13.057	0,3	0,1
Carcinicultura	3.671	0,1	0,0
Piscicultura	9.386	0,2	0,1
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	1.705.493	32,0	13,4
Grãos	1.070.359	20,1	8,4
Fibras e Têxteis	349.714	6,6	2,7
Fruticultura	111.907	2,1	0,9
Gramíneas	77.414	1,5	0,6
Raízes e Tubérculos	28.629	0,5	0,2
Bebidas e Fumos	64.770	1,2	0,5
Outras Atividades ⁽³⁾	2.700	0,1	0,0
AGRICULTURA IRRIGADA	393.214	7,3	3,1
Fruticultura	153.205	2,9	1,2
Bebidas e Fumo	90.998	1,7	0,7
Gramíneas	56.928	1,1	0,4
Grãos	42.737	0,8	0,3
Fibras e Têxteis	18.521	0,3	0,1
Olericultura	17.169	0,3	0,1
Raízes e Tubérculos	10.460	0,2	0,1

Flores	223	-	0,0
Oleaginosas	474	0,0	0,0
Mudas e Sementes	439	0,0	0,0
Cactáceas	1.019	0,0	0,0
Outras Atividades ⁽⁴⁾	1.041	0,0	0,0
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	464.889	8,6	3,7
Processamento e Benef. Cana-de-Açúcar	37.137	0,6	0,3
Process.e Benef. Castanha de Cajú	69	-	0,0
Process.e Benef. Frutas e Hortaliças	878	0,0	0,0
Florestamento e Reflorestamento	48.771	0,9	0,4
Extração Vegetal	21.146	0,4	0,2
Atividades não Agrícolas no Rural ⁽⁵⁾	356.888	6,7	2,8
Total	5.324.133	100,0	41,8

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de animais, sericicultura, avestruz, ranicultura e microcrédito rural (diversos). (3) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se a olericultura, extração vegetal, oleaginosa, especiarias e leguminosas. (4) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, especiarias e leguminosas. (5) As atividades não agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à caça e à pesca, à intermediação financeira, ecologia, silvicultura, dentre outras.

No que concerne à quantidade de beneficiários, o Setor Rural alcançou aproximadamente 1,6 milhão de pessoas, soma que representa 98,5% dos beneficiários do FNE. Referido desempenho foi 0,3 p.p. superior ao realizado em 2012 (Tabela 41).

Relativamente aos valores contratados por atividade no período em análise, a pecuária, que sempre lidera os investimentos no Setor, obteve recursos da ordem de R\$ 2,7 bilhões, respondendo por 51,7% das contratações do FNE Setor Rural e por 21,6% das aplicações do FNE. Nesse contexto, observa-se aumento de 8,3% em relação ao exercício de 2012, quando foram aportados cerca de R\$ 2,5 bilhões em valores nominais.

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, com valor contratado de pouco mais de R\$ 2,0 bilhões, respondendo por 39,0% das contratações do Setor Rural e por 16,3% do FNE no período sob análise. Em relação ao ano de 2012, quando contratou R\$ 1,8 bilhão, a atividade apresentou incremento de 12,4%.

As atividades agrícolas (sequeiro e irrigada) que obtiveram os maiores volumes de recursos aplicados no Setor Rural, em 2013 foram Grãos (20,9%), Fibras e Têxteis (6,9%), Fruticultura (5,0%) e Gramíneas (2,6%). Juntas, essas atividades responderam por 89,6% do montante contratado na agricultura, totalizando R\$ 1,9 bilhão (Tabela 17).

No âmbito da agricultura de sequeiro, as contratações foram da ordem de R\$ 1,7 bilhão, o que corresponde a 32,0% das contratações no âmbito do Setor Rural e 13,4% daquelas realizadas pelo Fundo.

Nesta atividade, destacam-se os grãos, que absorveram 62,8% dos recursos destinados a esse modo de produção (Tabela 17).

A agricultura de sequeiro aumentou seu volume de contratação em 12,3%, aplicando R\$ 1,7 bilhão em 2013, contra R\$ 1,5 bilhão de 2012, destacando-se as atividades de Grãos (R\$ 1,1 bilhão), Fibras e Têxteis (R\$ 349,7 milhões) e Fruticultura (R\$ 111,9 milhões), que obtiveram, em conjunto, 28,8% das aplicações do FNE no Setor Rural (Tabela 17). As três atividades foram responsáveis por cerca de 89,8% dos recursos destinados à agricultura de sequeiro.

Participando com 7,3% e 3,1% das contratações do FNE Setor Rural e do FNE total, respectivamente, a agricultura irrigada totalizou, em 2013, R\$ 393,2 milhões, volume de recursos ligeiramente superior ao montante aplicado em 2012, o qual totalizou R\$ 382,5 milhões. As atividades que receberam os maiores volumes de recursos neste segmento, no período, foram Fruticultura (R\$ 153,2 milhões); Bebidas e Fumo⁶ (R\$ 91,0 milhões) e Gramíneas (R\$ 56,9 milhões). Mencionadas atividades responderam, no período, por 2,9%, 1,7% e 1,0% das aplicações do Setor Rural, respectivamente (Tabela 17).

Relativamente ao semiárido nordestino, esta região absorveu, em 2013, R\$ 2,3 bilhões em financiamentos do FNE Setor Rural, contra R\$ 2,4 bilhões no exercício anterior. Vale ressaltar que, do total de recursos provenientes do FNE contratados na região semiárida, no exercício de 2013, 52,7% foram realizados com o Setor Rural (Tabela 1.A).

O FNE Setor Rural destinou cerca de R\$ 4,1 bilhões aos mini / micro, pequenos e pequeno-médios produtores em 2013, representando 77,1% dos recursos desse Setor, atendendo a aproximadamente 1,6 bilhão de beneficiários (98,5%). Aos médios produtores foram destinados R\$ 543,2 milhões ou 10,2% dos recursos contratados no âmbito do FNE Setor Rural (Tabelas 41 e 42).

Esse resultado reflete a capilaridade do Setor Rural e o cumprimento pelo BNB da diretriz do Governo Federal em espalhar seus recursos pelos empreendimentos de menor porte.

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE Setor Rural. Assim, dos 1.990 municípios da área de atuação do FNE, 1.916 foram beneficiados com recursos do FNE Setor Rural, alcançando praticamente toda a área de abrangência do Fundo, com expressivos 96,3% de cobertura (Tabelas 18 e 44).

Em 2013, os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE Setor Rural foram: Bahia (R\$ 1,5 bilhão); Maranhão (R\$ 842,7 milhões) e Piauí (R\$ 760,0 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 58,4% do volume de recursos contratados no Setor Rural (Tabela 18).

8 Aproximadamente 100,0% das contratações refere-se a Café.

Tabela 18 – FNE – Setor Rural Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	212.114	4,0
Bahia	1.508.763	28,3
Ceará	485.969	9,1
Espírito Santo	34.366	0,7
Maranhão	842.676	15,8
Minas Gerais	384.743	7,2
Paraíba	208.867	3,9
Pernambuco	476.179	8,9
Piauí	760.006	14,3
Rio Grande do Norte	208.839	3,9
Sergipe	201.611	3,8
Total	5.324.133	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Pronaf foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio e, em 1996, adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996 estando vinculado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais foram estabelecidas pela Lei 11.326, de 2006, passando a agricultura familiar a ser reconhecida como segmento produtivo, o que garantiu a institucionalização das políticas públicas para ela voltadas.

O Pronaf tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, por meio do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Entendem-se como atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

O público-alvo do Pronaf é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, aos limites de financiamento, ao bônus de adimplência, ao público-alvo e às finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do PRONAF, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

O BNB, na qualidade de principal agente financeiro do Pronaf na Região, operacionaliza o Programa com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do Governo Federal, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o exercício da cidadania no campo.

Como forma de maximizar suas ações no processo de operacionalização, acompanhamento e orientação técnica aos agentes produtivos, o BNB desenvolve parcerias com empresas públicas e privadas, com destaque para a existente com o MDA.

São discriminadas, abaixo, as modalidades, o público-alvo e as finalidades de crédito de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

Pronaf Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

Pronaf Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Microcrédito Produtivo Rural (Pronaf Grupo B) – É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta até R\$ 20,0 mil (vinte mil reais). Os créditos destinam-se às atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como à implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, atividades não agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio agrícola para os agricultores do Grupo B são permitidos para a aquisição de matérias-primas e outros insumos destinados à

produção artesanal, gastos de custeio da atividade de turismo rural e da prestação de serviços no meio rural e com o processo de beneficiamento e industrialização da produção própria.

Pronaf Linha de Crédito para Custeio (Comum) e Linha de Crédito para Investimento (Mais Alimentos) – É uma linha de investimento destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses de produção normal que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros são definidas pelo valor financiado. Este grupo foi criado da fusão dos Grupos C, D e E. As faixas, limites e juros para o custeio e investimento são os seguintes:

Custeio – Limites e Taxas

Para a operação cujo valor proposto, somado ao valor contratado de outras operações de custeio realizadas pelo proponente no mesmo ano-safra:

- | | |
|-----------|--|
| Faixa I | Até R\$ 10.000,00 juros de 1,5% ao ano para empreendimentos localizados fora do semiárido e 1% ao ano para empreendimentos localizados no semiárido. |
| Faixa II | Mais de R\$ 10.000,00 até R\$ 30.000,00, juros de 3% ao ano para empreendimentos localizados fora do semiárido e 2% ao ano para empreendimentos localizados no semiárido. |
| Faixa III | Mais de R\$ 30.000,00 até R\$ 100.000,00, juros de 3,5% ao ano para empreendimentos localizados fora do semiárido e 3% ao ano para empreendimentos localizados no semiárido. |

Investimento – Limites e Taxas

Para a operação cujo valor proposto, somado ao valor contratado de outras operações de investimento realizadas pelo proponente no mesmo ano-safra.

- | | |
|-----------|--|
| Faixa I | Até R\$ 10.000,00, juros de 1% ao ano para empreendimentos localizados fora do semiárido. |
| Faixa II | Mais de R\$ 10.000,00, juros de 2% ao ano, para empreendimentos localizados fora do semiárido. |
| Faixa III | Até R\$ 30.000,00, juros de 1% ao ano para empreendimentos localizados fora no semiárido. |
| Faixa IV | Mais de R\$ 30.000,00 até R\$ 60.000,00, juros de 1,5% ao ano para empreendimentos localizados no semiárido. |
| Faixa V | Mais de R\$ 60.000,00, juros de 2% ao ano para empreendimentos localizados no semiárido. |

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (Pronaf Agrinf) – Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante financiamento das necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado;

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria) – Trata-se de crédito de apoio a atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e à exploração de turismo rural.

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) – Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários.

Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos ao amparo do PRONAF Mulher.

Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que

preencha os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), pertencente ao MDA.

Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. É destinado à modalidade PRONAF Agricultores Familiares (Comum), Grupo A, Grupo A/C e Grupo B.

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. É destinado à modalidade PRONAF Agricultores Familiares (Comum) Grupo A, Grupo A/C e Grupo B.

Diversas ações voltadas à Agricultura Familiar, realizadas em 2013, objetivaram melhorias na concessão do crédito e na renegociação de dívidas, atendimento aos clientes e nivelamento de conhecimentos da equipe, destacando-se:

- Realização de videoconferência para lançamento do Planejamento 2013;
- Realização do Encontro Estadual dos Gerentes de Negócios Pronaf;
- Firmatura de nove acordos de cooperação técnica com empresas de assistência técnica estadual e federações de trabalhadores estaduais da agricultura com o objetivo de agilizar a renegociação de financiamentos rurais no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- Realização do Fórum Gerentes Executivos Estaduais do Pronaf;
- Implementação de medidas para operacionalização do Plano Safra Semiárido;
- Realização do II Prêmio BNB de Agricultura Familiar;
- Realização de 101 eventos Dia da Agricultura Familiar, mobilizando 17.282 pessoas em diversos municípios da Região;
- Realização de 3.688 Agências Itinerantes, envolvendo 110.519 agricultores familiares;
 - Automatização da renegociação e liquidação de operações com base na Resolução BACEN nº 4.212;
 - Automatização dos procedimentos para renegociação com base na Lei nº 12.844.

Os projetos realizados em 2013 direcionados à Agricultura Familiar objetivaram aperfeiçoamento do processo operacional, destacando-se:

- Projeto de inclusão financeira dos agricultores familiares, abrangendo a obrigatoriedade de abertura de conta corrente para tomadores de financiamento e, ainda, disponibilização de produtos bancários.
- Projeto de aperfeiçoamento do Analisador Virtual do Pronaf, incluindo atualização e implantação de melhorias na versão inicial e normatização da obrigatoriedade de uso.

Serão analisados a seguir os resultados alcançados no segmento da agricultura familiar, considerando, inclusive, os resultados do Agroamigo.

As contratações realizadas, com recursos do FNE, no âmbito do Pronaf em 2013, foram de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, sendo beneficiadas 1.555.816 pessoas⁷ neste período, o que representa 96,3% do total de beneficiários do FNE e 97,7% do Setor Rural. O valor financiado pelo FNE no Pronaf totalizou 19,7% dos recursos investidos pelo FNE no ano de 2013 (Tabelas 11 e 19). Em relação ao ano de 2012, houve incremento de 23,6% nos valores contratados pelo FNE no Pronaf.

Vale ressaltar que deste total, R\$ 1,4 bilhão foi contratado no âmbito do Pronaf Semiárido/Seca 2012 (Tabela 19). Criado pela Resolução Condrel/Sudene nº 050/2012, esta linha especial de crédito beneficia os agricultores familiares de todos os grupos do Pronaf, afetados pela seca ou estiagem na área de atuação do FNE. Essas contratações têm como objetivo fortalecer a infraestrutura de produção e tornar as unidades produtivas mais resistentes às secas, minimizando dessa forma, os efeitos das adversidades climáticas que assolaram a Região nos últimos anos.

⁷ Considera-se como beneficiário do Pronaf o agricultor tomador do empréstimo e sua família, estimando-se, em média, três pessoas por família.

Tabela 19 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Pronaf – Exercício de 2013

Grupo/Linha	Nº de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
PRONAF-Grupo A	5.298	0,3	45.217	1,8
PRONAF-Grupo B	698.322	44,9	651.427	25,9
PRONAF-Grupo C	360	0,0	386	0,0
PRONAF-Grupo D	-	0,0	-	0,0
PRONAF-Grupo A/C	2.307	0,1	3.556	0,1
PRONAF-Semiárido	3.879	0,2	20.662	0,8
PRONAF-Semiárido/Seca 2012	752.469	48,4	1.375.369	54,8
PRONAF-Mulher	456	0,0	3.122	0,1
PRONAF-Comum	13.431	0,9	44.357	1,8
PRONAF-Demais Grupos	79.294	5,1	366.761	14,6
Total	1.555.816	100,0	2.510.857	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere ao volume de recursos contratados nos grupos do Pronaf, à exceção do Pronaf-Semiárido/Seca 2012, o Grupo B em virtude da constituição do sistema fundiário do Nordeste, onde existe uma grande quantidade de agricultores que se enquadram nesse perfil, é o que tem a maior participação (25,9%). Foram beneficiadas, nesse grupo, 698.322 pessoas, representando 44,9% dos beneficiários do Programa (Tabela 19).

Em termos de valor, os grupos A, B e A/C receberam, em conjunto, 27,8% dos recursos do FNE destinados ao Pronaf. Os valores contratados e os beneficiários pertencentes aos demais grupos estão detalhados na Tabela 19. No ano de 2013, o Banco aplicou R\$ 1.670,8 milhões, correspondentes a 29,9% do montante de recursos do FNE transferidos pela União ao Banco (R\$ 5.578,3 milhões) em cumprimento ao Art. 7º da Lei nº 9.126/95, complementada pela Lei 12.249/2010, que estabelecem a destinação de 10% dessa fonte para aplicação no Pronaf Grupo A, Grupo A/C, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Semiárido, demais programas Pronaf aplicados na região semiárida, bem como valores correspondentes a obras de recuperação e proteção do solo, pagamento de assistência técnica e remuneração da mão de obra pra implantação das atividades.

Ainda em relação às contratações, o Banco priorizou os financiamentos para a região semiárida do Nordeste, destacando-se que no ano de 2013, um percentual de 67,8% do total contratado pelo Pronaf destinou-se a agricultores familiares dessa região, como demonstrado no Gráfico 2.

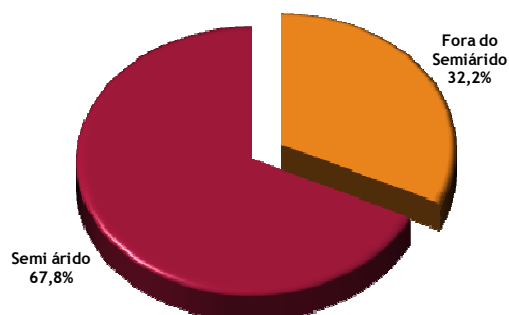


Gráfico 2 – Contratações Pronaf 2013 – Semiárido e Fora do Semiárido

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Quanto à aplicação por setor de atividade, a contratação do Pronaf foi distribuída conforme o Gráfico 3, a seguir, com o maior percentual para a pecuária, já que este é o setor tradicionalmente mais explorado pelos agricultores familiares.

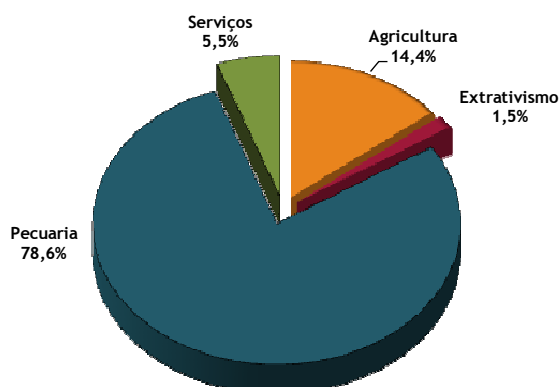


Gráfico 3 – Contratação Pronaf 2013 – Por Setor

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

No tocante à distribuição por gênero, as mulheres já representam 43% da carteira, conforme o Gráfico 4:

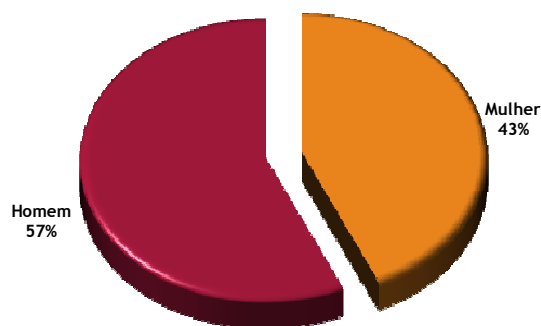


Gráfico 4 – Contratação Pronaf 2013 - Por Gênero

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

O Programa Agroamigo

O Agroamigo é o Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste, idealizado em parceria com o MDA, que visa à concessão de financiamento para a área rural, com metodologia própria de atendimento. Implantado em 2005, é o programa de microcrédito rural produtivo e orientado pioneiro no Brasil, cujos principais objetivos são:

- ✓ Orientação para o crédito e acompanhamento;
- ✓ Maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- ✓ Expansão de atendimento aos agricultores familiares; e
- ✓ Maior proximidade com os clientes da área rural através do atendimento ao agricultor na sua própria comunidade pelo assessor de microcrédito.

Em relação ao programa Pronaf B tradicional, o Agroamigo apresenta as seguintes inovações operacionais:

- ✓ Atendimento ao cliente por profissional especializado, o assessor de microcrédito rural;
- ✓ Uso de metodologia adequada para as atividades de microcrédito rural;
- ✓ Promoção e atendimento no local;
- ✓ Acompanhamento sistemático;
- ✓ Identificação das necessidades financeiras do cliente; e
- ✓ Orientação para transformar a agricultura de subsistência em agricultura sustentável.

O assessor de microcrédito rural do Agroamigo presta orientação para o crédito e faz o seu acompanhamento. Em geral, o assessor de microcrédito tem origem na área de sua atuação, o que traz como vantagens conhecer as

potencialidades econômicas locais, comprometimento com o desenvolvimento local, além de inspirar confiança na comunidade.

Assim, o Agroamigo tem como objetivo geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Nesse Programa, o Banco conta com a parceria MDA.

Em 2012, teve início a operacionalização do Agroamigo Mais, que é a expansão do Agroamigo, idealizado pelo Banco do Nordeste em conjunto com o Governo Federal, passando este a atender, além dos agricultores familiares do Grupo B, os demais grupos de Pronaf, exceto os grupos A e A/C, por meio da metodologia de microcrédito rural orientado e acompanhado, desenvolvida pelo Banco, em propostas de valor até R\$ 15 mil, considerando os seguintes aspectos:

- ✓ Elevar a qualidade das propostas e planos simplificados de financiamentos Pronaf;
- ✓ Permitir elevação da quantidade de financiamentos de custeio;
- ✓ Dar maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- ✓ Permitir acompanhamento sistemático aos empreendimentos financiados;
- ✓ Expandir o atendimento à agricultura familiar, com melhoria qualitativa.
- ✓ Elevação da adimplência da carteira;
- ✓ Proporcionar elevação da renda e melhoria da qualidade de vida dos(as) agricultores(as) familiares e de suas famílias.

O Agroamigo estava presente no ano de 2013, em 169 agências, atendendo a 1.990 municípios do Nordeste brasileiro e Norte de Minas Gerais, contando com 879 Assessores de Microcrédito, todos eles funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), parceiro na operacionalização do Programa (Gráfico 5).

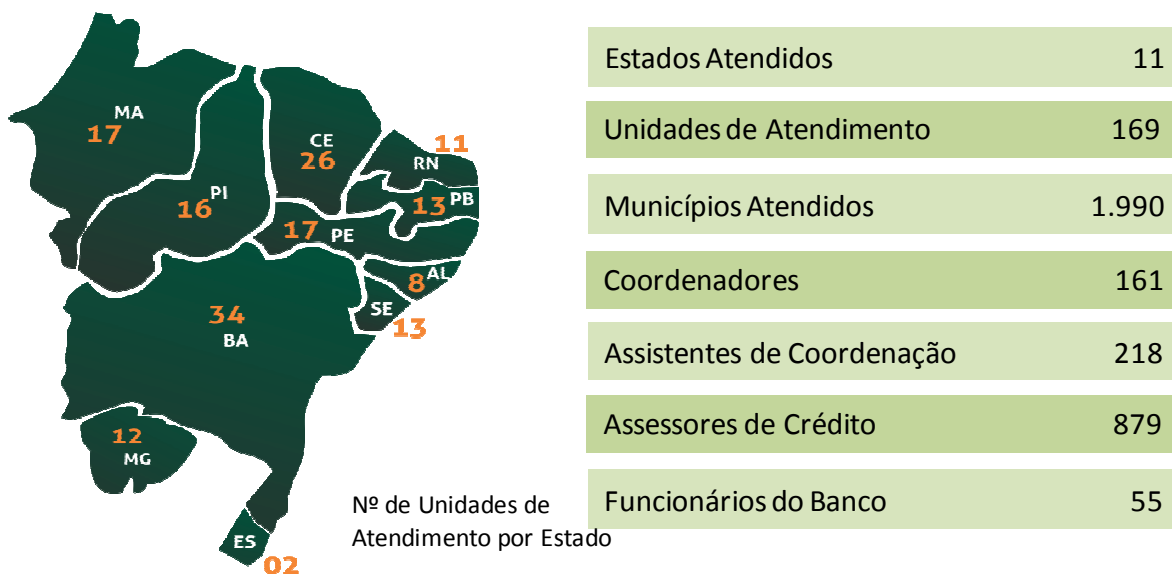


Gráfico 5 – Agroamigo – Unidades de Atendimento - 2013

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

A concessão de crédito orientado, de forma gradativa e sequencial, possibilita a educação financeira e o fortalecimento econômico do cliente. Aliado a isto, foram simplificados os processos, objetivando promover maior velocidade na aprovação e liberação dos créditos, sem perder de vista os riscos inerentes à concessão de um financiamento.

No ano de 2013, o Programa, considerando o Agroamigo Crescer e o Agroamigo Mais, contratou 421.482 mil operações em toda área de atuação do Banco, correspondendo a um montante de R\$ 1,25 bilhão (Gráficos 6 e 7), sendo que 65,6% dos financiamentos concedidos estão localizados na região semiárida.

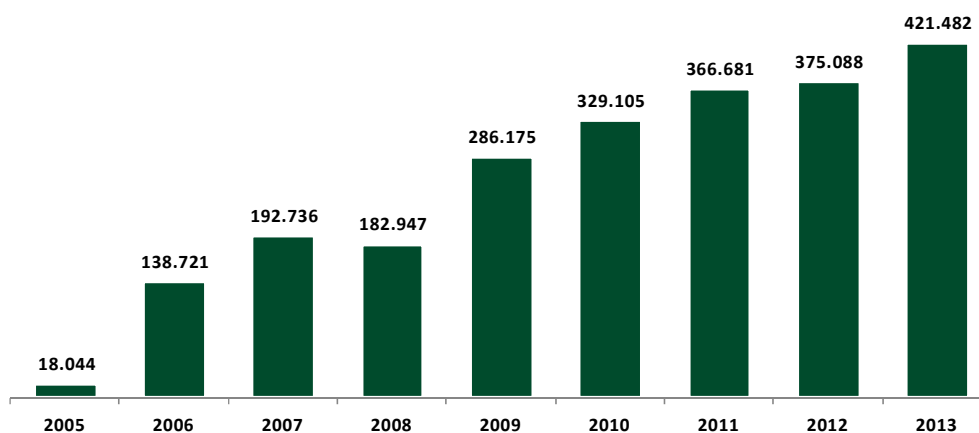


Gráfico 6 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

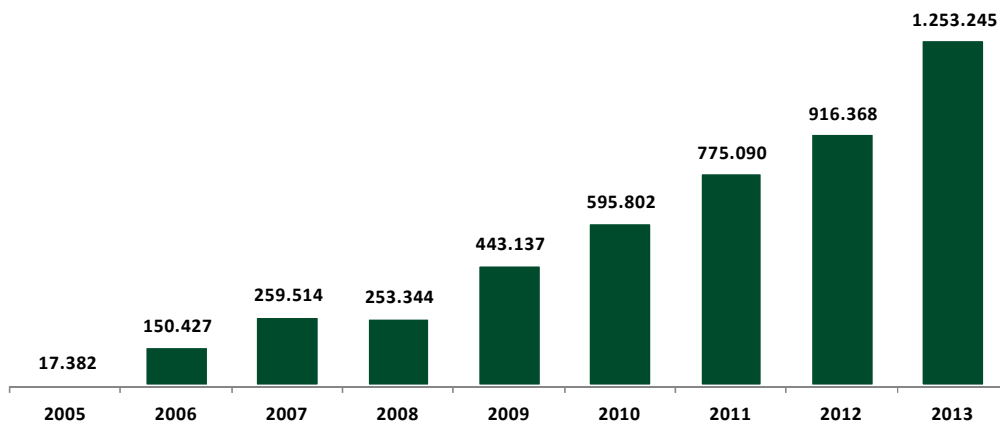


Gráfico 7 – Agroamigo – Valores Contratadas por Ano.

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Na posição de 31 de dezembro de 2013, o Agroamigo (Crescer e Mais) detinha em sua carteira 734.266 clientes ativos e mais de R\$ 1,6 bilhão aplicado, conforme gráficos (Gráficos 8 e 9).

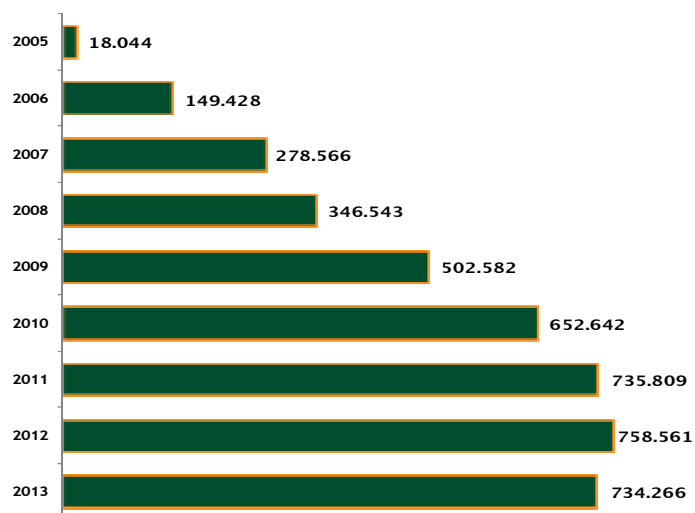


Gráfico 8 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos por Ano

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

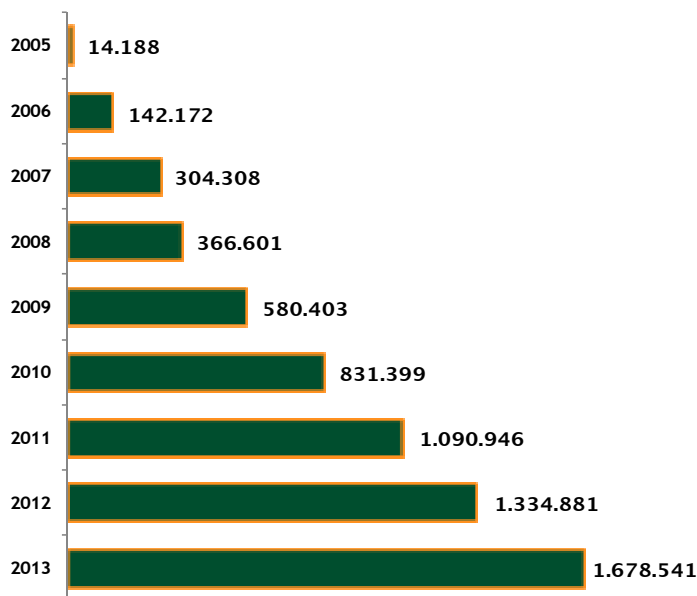


Gráfico 9 – Agroamigo – Carteira Ativa por Ano (R\$ Mil).

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Quanto à distribuição dos recursos por atividade econômica, a carteira ativa com posição em dezembro de 2013, apresenta a pecuária com 79,0% dos recursos do Agroamigo, seguido de agricultura (13%), serviços (6%) e extrativismo (2%) (Gráfico 10).

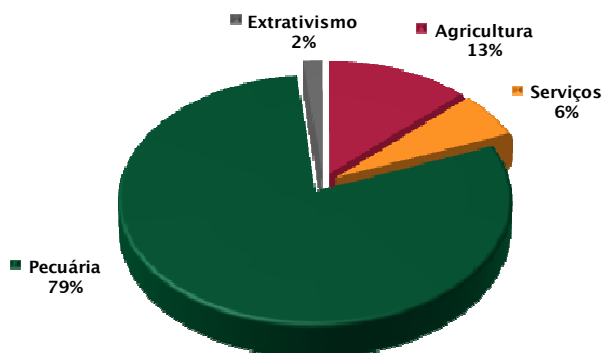


Gráfico 10 – Agroamigo – Distribuição por Setor – 2013

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Esse fato pode ser explicado pela própria estrutura econômica da Região, bastante influenciada pela pecuária, em particular a bovinocultura. Quando se analisa o volume de recursos destinados à pecuária, verifica-se que 57,7% foram para bovinocultura. Contudo, há um estímulo à diversificação da carteira. Outras atividades contempladas são a suinocultura (10,5%), a ovinocultura (9,3%), a avicultura (8,4%) e a caprinocultura (6,3%) (Gráfico 11).

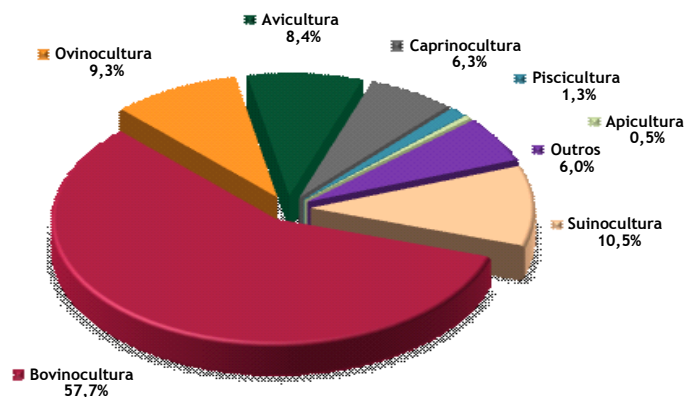


Gráfico 11 – Agroamigo – Distribuição por Atividade – Pecuária – 2013

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Quanto aos valores financiados pelos clientes do Agroamigo (Crescer e Mais), a estratégia é a concessão de crédito gradual e sequencial, destacando-se que, para o Agroamigo Crescer, o maior percentual situa-se entre os valores de R\$ 2,0 mil e R\$ 2,5 mil, que representa 83,0% das operações contratadas (Gráfico 12).

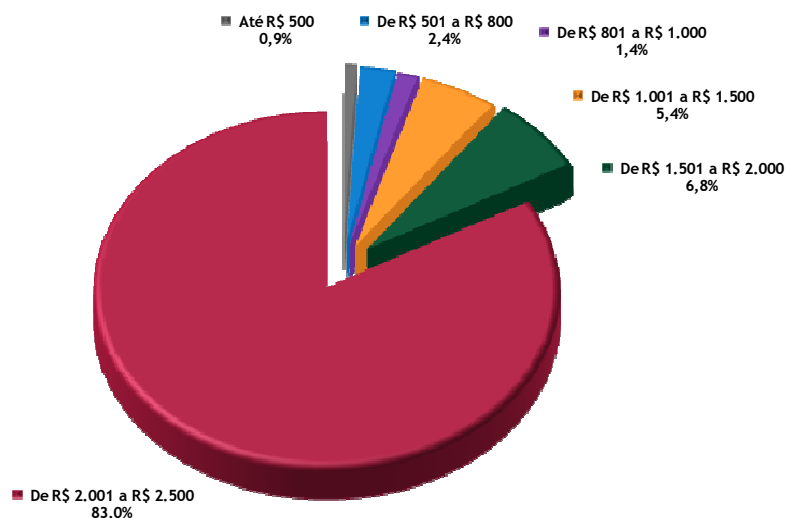


Gráfico 12 - Agroamigo Crescer – Distribuição por Faixa de Valor Financiado – 2013

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

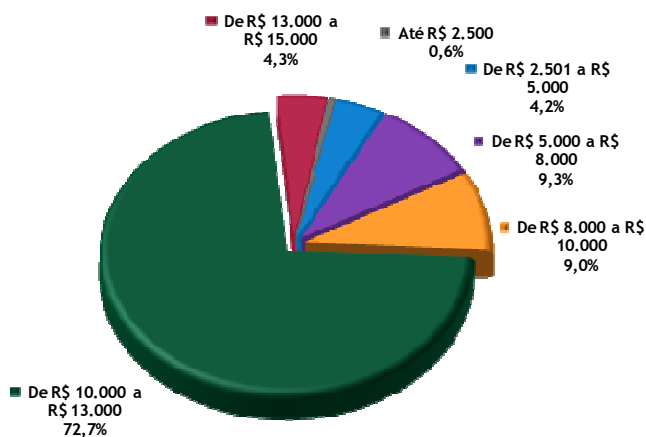


Gráfico 13 - Agroamigo Mais – Distribuição por Faixa de Valor Financiado - 2013

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

No que tange ao prazo de financiamento, 64% das operações do Agroamigo Crescer, possui prazo entre um e dois anos (Gráfico 14).

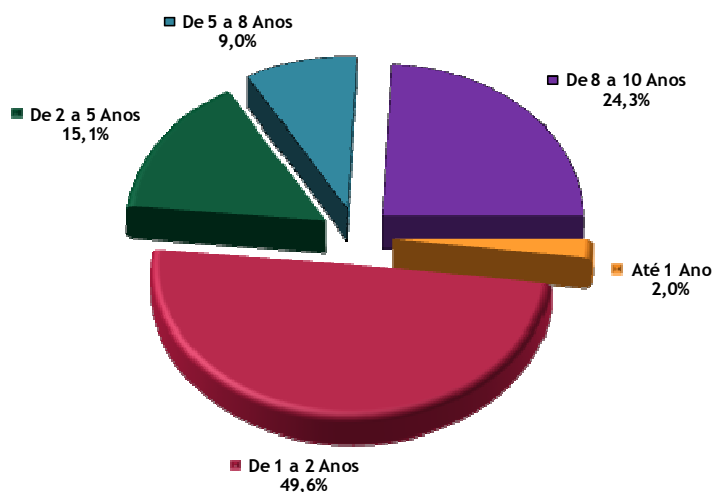


Gráfico 14 - Agroamigo Crescer – Distribuição por Prazo Médio – 2013

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Considerando o Agroamigo Mais, a faixa de prazo mais expressiva situa-se entre oito e dez anos (Gráfico 15).

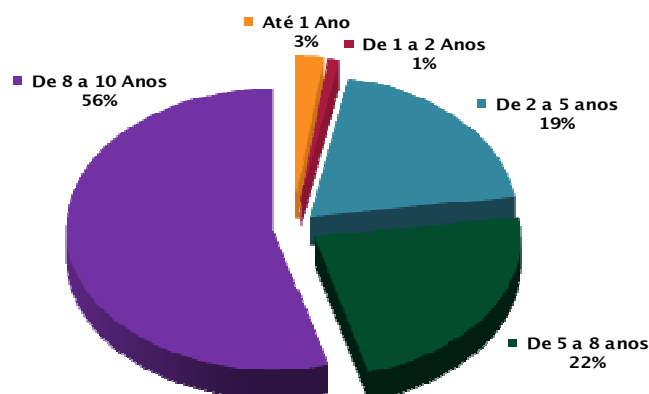


Gráfico 15 - Agroamigo Mais – Distribuição por Prazo Médio – 2013

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

Outra estratégia do Agroamigo é a política de inserção econômica do gênero. Assim, em 2005, quando o Programa foi criado, o número de financiamentos com mulheres, em relação à carteira ativa representava 43% e, em dezembro de 2013, já somam 47% (Gráfico 16). Isto representa, nesta data, mais de 360 mil mulheres desenvolvendo atividades produtivas.

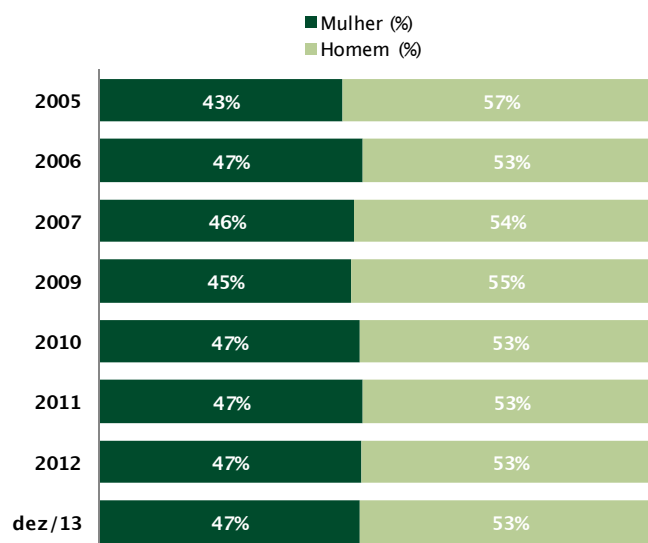


Gráfico 16 – Distribuição da Carteira por Gênero

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

No âmbito do Programa Brasil sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, o Banco do Nordeste tem atuado, por meio do Agroamigo, proporcionando atendimento aos beneficiários dos programas abaixo citados e de ações integradas com os mesmos, com o objetivo de contribuir para assegurar possibilidades de inclusão produtiva e social, bem como se constituindo em uma oportunidade de crescimento e de diminuição da dependência em relação aos programas sociais do Governo:

- ✓ Programa Bolsa Família, operacionalizado pelo MDS; e
- ✓ Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, operacionalizado pelo MDA.

Nessa perspectiva, em junho de 2013, cerca de 463 mil clientes do Agroamigo eram também beneficiados pelo Programa Bolsa Família, o que representa 62,3% da carteira ativa de clientes (Gráfico 17).

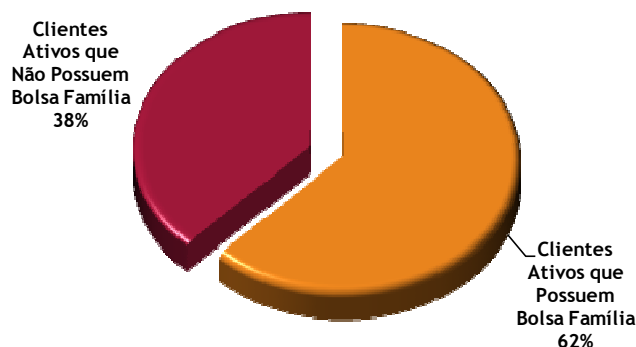


Gráfico 17 – Clientes Agroamigo Beneficiários do Bolsa Família – 2013

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

As ações realizadas em 2013 voltadas ao Agroamigo objetivaram divulgação do Programa, melhorias no atendimento aos clientes e capacitação da equipe, destacando-se:

- ✓ Lançamento do Agroamigo Mais;
- ✓ Realização do Encontro de Coordenadores;
- ✓ Realização do Fórum de Gestão de Gerentes de Microfinanças;
- ✓ Aprimoramento na gestão do Termo de Parceria;
- ✓ Disponibilização do Sistema de Gerenciamento do Agroamigo;
- ✓ Divulgação do Agroamigo para beneficiários do Bolsa Família;
- ✓ Realização do Prêmio BNB de Microcrédito,
- ✓ Realização de 180 eventos alusivos ao Dia da Mulher e ao Dia do Agricultor, com a participação de 10.660 clientes;
- ✓ Participação nas discussões para definição do Plano Safra e Plano Safra Semiárido;
- ✓ Campanha para realização de renegociação de dívidas nos municípios atingidos pela estiagem;
- ✓ Curso Gestão em Microfinança Rural;
- ✓ Treinamento sobre o Agroamigo Mais;
- ✓ Curso Gestão do Termo de Parceria com Gestão de Riscos no Setor Público.

3.1.2 – Setor Agroindustrial

O Setor Agroindustrial aplicou, no decorrer do ano de 2013, R\$ 95,5 milhões, o que representou 0,8% do volume contratado pelo FNE no período (Tabela 11). Considerando o volume de recursos contratados pelo Setor no exercício de 2012, no valor de R\$ 133,5 milhões, observa-se uma redução de

28,5% entre os dois períodos. A repetição desse ciclo de encolhimento das atividades agroindustriais coincide com os recentes e sucessivos períodos de estiagem que têm vitimado os agricultores da região.

Dentre as atividades agroindustriais financiadas, a de abate e preparo da produção de carnes, aves e pescado, foi responsável pelo maior volume de recursos, tendo sido contratados, nesta atividade, R\$ 49,1 milhões, representando 51,4% das contratações no Setor. Esta atividade, juntamente com a indústria de laticínios (R\$ 18,3 milhões) e a atividade de processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças (R\$ 6,5 milhões) foram responsáveis por 77,3% das contratações do Setor (Tabela 20).

Tabela 20 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Exercício de 2013

Atividades	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
Abate e Prep. Prod. Carne, Aves e Pescado	49.057	51,4	0,4
Laticínios	18.256	19,1	0,1
Process. Benef. Óleos e Gorduras Vegetais e Animais	2.690	2,8	0,0
Beneficiamento de Fibras	621	0,7	-
Process. Benef. Cana -de- Açúcar	531	0,6	-
Ind.Prod.Alimentícios	3.993	4,2	0,0
Process. Benef. Frutas e Hortaliças	6.470	6,8	0,1
Outras Atividades ⁽²⁾	13.850	14,5	0,1
Total	95.468	100,0	0,8

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.
(2) Outras atividades referem-se a processamento e beneficiamento do mel de abelha, de castanha de caju, grãos, indústria de produtos de limpeza, perfumaria, cosméticos, indústria de produtos químicos, comércio varejista, fruticultura, indústria moagem e beneficiamento, indústria da transformação, apicultura, raízes e tubérculos, intermediação financeira e Serv. Aux. de Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura.

O Setor Agroindustrial contratou, na região do semiárido nordestino, o montante de R\$ 30,1 milhões, representando 31,6% das contratações realizadas por esse segmento e 0,7% do total contratado na região semiárida (Tabelas 1.A).

No que se refere à quantidade de beneficiários, o Setor Agroindustrial beneficiou 257 empreendimentos, sendo 225 de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes, abrangendo 87,5% das agroindústrias financiadas (Tabela 41). Para tais empreendimentos, o Setor Agroindustrial destinou R\$ 33,8 milhões, perfazendo 35,4% do total das contratações do Setor, em 2013. Para os grandes empreendimentos foram destinados R\$ 80,8 milhões, totalizando 60,5% das contratações do Setor. Assim, em termos proporcionais, houve significativo crescimento no montante destinado às empresas de menor porte, as quais passaram de uma participação de 21,8% em 2012 para 35,4% em 2013 (Tabelas 41).

Os contratos realizados com recursos do FNE no Setor Agroindustrial beneficiaram todos os estados da área de atuação do BNB, num total de 100 municípios, que representam 5,0% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabela 41). O estado do Maranhão foi responsável pela maior parte do volume de recursos contratados, com cerca de R\$ 32,7 milhões, o que representa 34,2% do total de recursos destinados ao Setor, seguido pela Bahia, R\$ 16,3 milhões (17,0%) e Espírito Santo R\$ 10,7 milhões (11,2%) no ano de 2013 (Tabela 21).

Tabela 21 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2013

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	3.034	3,2
Bahia	16.254	17,0
Ceará	1.283	1,3
Espírito Santo	10.700	11,2
Maranhão	32.666	34,2
Minas Gerais	2.160	2,3
Paraíba	5.653	5,9
Pernambuco	8.718	9,1
Piauí	6.764	7,1
Rio Grande do Norte	6.889	7,2
Sergipe	1.347	1,4
Total	95.468	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O estado do Maranhão foi o que apresentou o maior incremento no volume de recursos em relação ao ano de 2012, passando de R\$ 945,0 mil para 32,7 milhões contratados. Grande parte desses recursos (R\$ 29,4 milhões⁸) foi destinada ao município de Balsas, na atividade de Processamento e Beneficiamento de produtos de carne de aves. Também absorveram acréscimos no montante de recursos os estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraíba. Os demais estados apresentaram decréscimo em relação ao ano anterior.

Destaque-se a importância da Agroindústria para agregação de valor aos produtos primários regionais. Como foi observado, o Setor Rural continua preponderante no volume financiado pelo FNE (41,8%), constituindo potencial oferta para a Agroindústria. Permanece, então, a necessidade de adoção de políticas específicas para esse Setor.

⁸ Base do Ativo do BNB.

3.1.3 – Setor Industrial

No período referente ao ano de 2013, o FNE Setor Industrial contratou R\$ 2,9 bilhões, correspondendo a 22,5% das contratações totais do FNE no período (Tabela 11), sofrendo um decréscimo no volume de contratações de 21,3% em relação ao exercício de 2012.

As contratações com bens de consumo intermediários destacaram-se, totalizando R\$ 1,3 bilhão, ou seja, participação de 45,2% nas contratações do Setor e de 10,2% no total contratado no âmbito do FNE. As atividades da indústria de minerais não metálicos, principalmente as relacionadas à indústria da construção civil, bem como as indústrias vinculadas a transporte e a bebidas foram as grandes responsáveis pelo desempenho do Setor Industrial, nesse exercício, contratando aproximadamente R\$ 2,2 bilhões (Tabela 22).

Tabela 22 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Industrial – Exercício de 2013

Atividades	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	802.228	28,0	6,3
Calçados	78.327	2,7	0,6
Produtos Alimentícios	130.345	4,6	1,0
Têxteis	17.451	0,6	0,1
Gráfica	33.173	1,2	0,3
Cosméticos	8.856	0,3	0,1
Celulose e Papel	13.305	0,5	0,1
Bebidas	445.791	15,6	3,5
Eletroeletrônica	30.491	1,1	0,2
Vestuários e Acessórios	31.388	1,1	0,3
Ind.Prod.Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas	1.866	0,1	0,0
Outras Atividades ⁽²⁾	11.235	0,4	0,1
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	1.294.939	45,2	10,2
Indústria Siderúrgica	399	0,0	-
Produtos Químicos	71.998	2,5	0,6
Produtos Plásticos	38.714	1,4	0,3
Tintas, Vernizes e Esmaltes	4.976	0,2	0,0
Minerais não Metálicos (Inclui Extr. Min. Não Metálicos)	1.094.147	38,2	8,6
Metal-mecânica	67.051	2,3	0,5
Madeira, exceto Mobiliário	4.911	0,2	0,0
Extração de Minerais Metálicos	1.935	0,1	0,0
Produtos de Borracha	4.532	0,2	0,0
Resinas e Elastômeros	30	-	-
Outras Atividades ⁽³⁾	6.246	0,2	0,1
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	768.913	26,8	6,1
Mobiliário	45.423	1,6	0,4
Edifícios e Obras de Eng. Civil	13.600	0,5	0,1

Ind. Adesivos, Selantes, Explosivos, Catalisadores	569	0,0	-
Ind. Transportes	613.577	21,4	4,8
Obras de Acabamento	671	0,0	0,0
Outros	95.073	3,3	0,8
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE	82	-	-
Total	2.866.162	100,0	22,5

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras Atividade referem-se a Laticínios, Proces.Benef.Oleos e Gorduras Vegetais e Animais e Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado. (3) Outras Atividades referem-se à Ind.Combust.Nucleares, Refino Petroleo e Álcool e Ind.Fibras, Fios, Cabos e Filamentos Artificiais.

O segmento de bens de consumo não duráveis obteve participação de 28,0% no total contratado no Setor Industrial, o que representou um volume de recursos de R\$ 802,2 milhões em 2013, ou seja, 6,3% das contratações efetivadas no FNE. A atividade de maior destaque nesse segmento foi a indústria de bebidas (R\$ 445,8 milhões), conforme Tabela 22.

No que se refere às contratações no segmento de bens de capital e de consumo duráveis, registram-se contratações no valor de R\$ 768,9 milhões no ano de 2013, o que corresponde a 26,8% do total contratado no Setor Industrial e 6,1% dos valores contratados no âmbito do FNE (Tabela 22). Neste segmento vale destacar o volume de contratações na atividade da indústria de transportes que atingiu R\$ 613,6 milhões, e respondeu por 21,4% das contratações do Setor e 4,8% do total de contratações do FNE.

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 855,7 milhões dos recursos do FNE Setor Industrial no ano de 2013, correspondendo a 29,9% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Industrial contribuiu com 19,6% (Tabela 1.A). De outra forma, no que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Industrial foi responsável por pouco mais de R\$ 2,0 bilhões, o que representa 70,1% do total contratado nesse Setor e 24,1% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 2.A).

O FNE beneficiou 2.777 empreendedores/empresas no Segmento Industrial no ano de 2013. Em relação ao porte dos empreendimentos, 92,5% dos beneficiários situaram-se nas categorias mini / micro, pequeno e pequeno-médio portes (Tabela 41).

Quanto ao volume de recursos nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de grande porte foi responsável por contratação superior a R\$ 2,3 bilhões, o que corresponde a 82,0% dos recursos (Tabela 42).

O FNE Setor Industrial atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 528 municípios no ano de 2013, o que representa 26,5% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 44). Os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, receberam a maior parcela dos recursos e, juntos, foram responsáveis por 52,7% das contratações do FNE no Setor Industrial (Tabela 23).

Tabela 23 – FNE – Setor Industrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2013

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	304.068	10,6
Bahia	558.535	19,5
Ceará	387.307	13,5
Espírito Santo	223.977	7,8
Maranhão	29.963	1,1
Minas Gerais	16.640	0,6
Paraíba	251.865	8,8
Pernambuco	565.322	19,7
Piauí	51.082	1,8
Rio Grande do Norte	297.977	10,4
Sergipe	179.345	6,3
Total	2.866.081	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.4 – Setor Turismo

O Setor Turismo é composto pelo Programa de Apoio ao Turismo Regional (FNE Proatur), com o objetivo de integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da Região, em bases sustentáveis (BNB, 2013). Além do FNE PROATUR, o Setor Turismo conta, ainda, com o Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (FNE-MPE) e o Programa FNE Empreendedor Individual (FNE-EI).

Foi contratado pelo referido Setor, no período em análise, o montante de R\$ 650,6 milhões, representando 5,1% das contratações totais do FNE no período. Ressalte-se que o total contratado nesse segmento cresceu 80,9% em relação ao ano anterior, quando foram contratados R\$ 359,6 milhões (Tabela 11).

O item hospedagem (hotéis e pousadas) absorveu 71,5% dos recursos desse Setor (R\$ 465,2 milhões), participação atribuída à característica de capital intensivo da atividade. Observou-se, ainda, um incremento bastante significativo no segmento de entretenimento que representou 18,6% dos recursos contratados (Tabela 24).

No ano de 2013, foram realizadas 449 operações no Setor Turismo com recursos do FNE (Tabela 11).

Tabela 24 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Turismo – Exercício de 2013

Atividades	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
TURISMO	650.620	100,0	5,1
Hospedagem	465.197	71,5	3,7
Transportes	1.437	0,2	0,0
Alimentação	26.313	4,0	0,2
Entretenimento	120.818	18,6	0,9
Outras Atividades ⁽¹⁾	36.855	5,7	0,3
Total	650.620	100,0	5,1

Notas: (1) Artesanato e Transporte Turístico. (5) Incluindo a Extração de Minerais Não Metálicos. (2) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 49,2 milhões dos recursos do FNE Setor Turismo em 2013, correspondendo a 7,6% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Turismo contribuiu com 1,1% (Tabela 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Turismo foi responsável por cerca de R\$ 601,4 milhões, o que representa 92,4% do total contratado nesse Setor e 7,2% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 2.A).

Em relação ao porte dos empreendimentos, 94,4% dos beneficiários no FNE Setor Turismo situaram-se nas categorias mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes (Tabela 41).

Quanto ao volume de recursos nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de médio porte foi responsável pela contratação de 44,4% dos recursos do Setor (R\$ 289,1 milhões), conforme Tabela 35.

O FNE Setor Turismo atendeu aos onze estados da área de atuação do Banco, beneficiando 164 municípios em 2013, o que representa 8,2% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 44). O estado de Pernambuco recebeu a maior parcela dos recursos (32,3%) e, somados à Paraíba, Bahia, e Rio Grande do Norte, foram responsáveis por 75,4% das contratações do FNE no Setor (Tabela 25).

Tabela 25 – FNE – Setor Turismo – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2013

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	14.916	2,3
Bahia	78.678	12,1
Ceará	60.791	9,3
Espírito Santo	1.670	0,3
Maranhão	39.652	6,1
Minas Gerais	3.218	0,5
Paraíba	136.031	20,9
Pernambuco	210.111	32,3
Piauí	18.509	2,8
Rio Grande do Norte	65.600	10,1
Sergipe	21.444	3,3
Total	650.620	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.5 – Setor Comércio e Serviços

O FNE Setor Comércio e Serviços contratou, no ano de 2013, cerca de R\$ 3,7 bilhões, representando 28,9% do total do FNE (Tabela 11). Em relação ao número de operações, observou-se, no período, a contratação de 20.399 operações (Tabela 11). A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada com a importância do Setor para a economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

No contexto do Setor, as atividades relacionadas ao Setor Comércio obtiveram participação de 52,9% (R\$ 1,9 bilhão), enquanto o segmento de Serviços obteve 47,1%, com R\$ 1,7 bilhão dos valores contratados. Observou-se incremento de 31,5% no volume de contratações do Setor Comércio e de 45,9% nos Serviços, em relação ao exercício de 2012.

No segmento de Serviços, as principais atividades financiadas foram imobiliárias e aluguéis, serviços auxiliares à indústria e saúde. Em relação ao Comércio, destaca-se o comércio varejista, com participação de 43,8% dos recursos do setor, totalizando R\$1,6 bilhão (Tabela 26).

Tabela 26 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comércio e Serviços – Exercício de 2013

Atividade	Valor	% Setor	Valores em R\$ Mil
			% FNE
COMÉRCIO	1.947.498	52,9	15,3
Comércio Varejista	1.612.518	43,8	12,7
Comércio Atacadista	241.949	6,6	1,9
Alimentação	41.064	1,1	0,3
Intermediários do Comércio	14.557	0,4	0,1
Outros	37.410	1,0	0,3
SERVIÇOS	1.731.322	47,1	13,6
Imobiliárias e Aluguéis	515.914	14,0	4,1
Saúde	248.893	6,8	2,0
Serv. Auxiliar à Indústria	257.695	7,0	2,0
Telecomunicações	11.462	0,3	0,1
Educação	75.545	2,1	0,6
Transporte Rodoviário	83.618	2,3	0,7
Reparação e conservação	15.605	0,4	0,1
Serviços Pessoais	26.638	0,7	0,2
Edifícios e Obras de Eng.Civil	63.833	1,7	0,5
Entretenimento e Lazer	4.032	0,1	0,0
Informática	2.301	0,1	0,0
Aluguel Máq. e Equipamento	66.975	1,8	0,5
Ativ. Aux. Transportes	95.680	2,6	0,8
Serv. Aux. Adm. Empresas	24.686	0,7	0,2
Outros	238.445	6,5	1,9
Total	3.678.820	100,0	28,9

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na distribuição dos recursos por região climática, o semiárido foi beneficiado com R\$ 1,1 bilhão dos recursos do FNE Setor Comércio e Serviços no ano de 2013, correspondendo a 30,8% dos valores contratados pelo Setor (Tabela 1A).

Vale ressaltar que na área de abrangência do Banco, as capitais dos estados são as maiores demandantes de recursos deste Setor, e estão situadas fora do semiárido, podendo justificar a diferença percentual entre as duas regiões.

Em relação ao porte dos empreendimentos beneficiados (Tabela 42), o FNE Setor Comércio e Serviços destinou 49,1% das contratações, ou seja, R\$ 1,8 bilhão, para empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-

médio portes. Esse resultado sinaliza o esforço do BNB em priorizar os clientes de menor porte.

Tradicionalmente, o Setor de Comércio no Nordeste brasileiro é marcado por empreendimentos de menor porte, daí a importância de financiamento ao Setor como medida para reduzir a concentração de recursos, dinamizando a economia, principalmente em pequenos municípios.

Em relação à distribuição espacial, o FNE Setor Comércio e Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco. As unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram: Bahia, 22,9% (R\$ 841,0 milhões), Ceará, 20,6% (R\$ 756,3 milhões) e Pernambuco, 15,3% (R\$ 561,6 milhões). Juntos, estes estados participaram com 58,8% do total dos valores contratados (Tabela 27).

Tabela 27 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comércio e Serviços – Exercício de 2013

Estado	Quantidade	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Alagoas	705	3,5	108.815	3,0
Bahia	3.760	18,4	840.966	22,9
Ceará	3.904	19,1	756.255	20,6
Espírito Santo	196	1,0	18.618	0,5
Maranhão	1.799	8,8	390.551	10,6
Minas Gerais	1.377	6,8	134.436	3,7
Paraíba	1.683	8,3	161.330	4,4
Pernambuco	2.400	11,8	561.566	15,3
Piauí	1.362	6,7	321.014	8,7
Rio Grande do Norte	2.145	10,5	220.133	6,0
Sergipe	1.068	5,2	165.136	4,5
Total	20.399	100,0	3.678.820	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar que dois estados tiveram expressivos crescimentos nos valores contratados, em relação ao ano de 2012: Bahia (150,1%) e Ceará (108,7%).

Em relação aos municípios atendidos, o FNE Setor Comércio e Serviços, conforme já mencionado, esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco e em 1.382 municípios, representando 69,4% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 44).

3.1.6 – Setor Infraestrutura

O Setor Infraestrutura, através do FNE, contratou cerca de R\$ 112,4 milhões no ano de 2013, o que correspondeu a 0,9% do total contratado pelo FNE no mesmo período (Tabela 11) apresentando substancial decréscimo de 63,4% em relação ao ano 2012.

Ressalte-se que o decréscimo de contratações realizados pelo Setor, deve-se a uma diretriz do Governo Federal, no sentido de apoiar prioritariamente o segmento de pequenos e médios empreendimentos, o que vai de encontro aos financiamentos para infraestrutura, os quais, em geral, requerem expressivo volume de recursos e são realizados por empreendedores de grande porte.

As únicas atividades que obtiveram recursos foram as atividades auxiliares de transporte, representando apenas 0,9% dos recursos do FNE para o ano de 2013 (Tabela 28).

Tabela 28 – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2013

Atividade	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
Atividades Aux. de Transportes	112.401	100,0	0,9
Total	112.401	100,0	0,9

BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O montante contratado neste Setor foi totalmente destinado à região fora do semiárido. Contudo, os efeitos destas contratações se espraiam em todo o tecido econômico e social da Região.

Os recursos contratados no Setor de Infraestrutura foram destinados a somente dois estados da área de atuação do FNE. Em 2013, semelhante ao que aconteceu em 2012, foram beneficiados os estados do Maranhão, com 68,3% dos recursos e o estado da Bahia (31,7%), conforme a Tabela 29, ambos aplicados na atividade de transporte.

Tabela 29 – FNE - Contratações⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2013

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Bahia	35.610	31,7
Maranhão	76.791	68,3
Total	112.401	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.2 – Valores Programados e Valores Realizados

No exercício de 2013, foram contratados aproximadamente R\$ 12,7 bilhões no âmbito do FNE, o que corresponde a 110,7% do montante projetado para o exercício deste ano (Tabela 30), da ordem de R\$ 11,5 bilhões.

Observa-se que a maior parte dos estados ultrapassou os valores programados para contratação em 2013. Apenas três estados, Ceará, Espírito Santo e Minas Gerais, não atingiram os valores programados para contratações nesse exercício. Ressalte-se que o estado de Minas Gerais apresenta a menor relação valor contratado/valor programado o que corresponde a 91,0% dos valores programados para esse Estado (Tabela 30).

Tabela 30 – FNE – Valores Programados e Realizados por Estado – Exercício de 2013

UF	Valores em R\$ Mil		
	Programação (A)	Contratações ⁽¹⁾ (B)	% B/A
Alagoas	540.000	642.948	119,1
Bahia	2.505.000	3.038.807	121,3
Ceará	1.755.000	1.691.605	96,4
Espírito Santo	300.000	289.330	96,4
Maranhão	1.105.000	1.412.299	127,8
Minas Gerais	595.000	541.196	91,0
Paraíba	710.000	763.745	107,6
Pernambuco	1.660.000	1.821.896	109,8
Piauí	1.010.000	1.157.376	114,6
Rio Grande do Norte	795.000	799.438	100,6
Sergipe	525.000	568.883	108,4
Total	11.500.000	12.727.523	110,7

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Ressalta-se que os esforços empreendidos pelas unidades operadoras do BNB foram efetivos no sentido de estimular a demanda por investimentos nos vários setores produtivos, em consonância com as políticas e programas dos governos estaduais e municipais.

Neste sentido, a programação elaborada para o exercício de 2013 foi revista, realocando-se recursos para o FNE Emergencial para Seca, programa especial multissetorial, criado de acordo com a Resolução do Condel n° 50, de abril de 2012, visando recuperar ou preservar as atividades produtivas dos agentes afetados pela estiagem, mediante a concessão de crédito específico, destinado, notadamente para a região semiárida, com o objetivo de financiar aqueles investimentos que contribuam para a convivência sustentável do agente produtivo com os efeitos decorrentes dos períodos de seca.

Além disso, registram-se aumentos nas projeções de aplicações para segmentos dos setores primário, reduzindo-se a programação para os setores de Infraestrutura, Agroindustrial e de Turismo.

Nos setores Rural, Industrial, e Comércio e Serviços, as contratações atingiram mais de 100,0% da respectiva meta para o mesmo exercício. Os demais setores não atingiram a meta (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE – Valores Programados e Realizados por Setor – Exercício de 2013

Setores	Programação (A)	Valores em R\$ Mil	
		Contratações ⁽¹⁾ (B)	% B/A
Rural	4.205.000	5.324.133	126,6
Agroindustrial	200.000	95.468	47,7
Industrial	2.655.000	2.866.081	108,0
Turismo	790.000	650.620	82,4
Infraestrutura	200.000	112.401	56,2
Comércio e Serviços	3.450.000	3.678.820	106,6
Total	11.500.000	12.727.523	110,7

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No âmbito das contratações por região climática (dentro e fora do semiárido), foram programados para aplicação na região semiárida 60,0% dos ingressos no exercício, o que corresponde a R\$ 3,3 bilhões. Nesse exercício de 2013 foram aplicados R\$ 4,4 bilhões, ultrapassando a meta para esse exercício de 2013 em 33,3% (Tabelas 14 e 31).

No que se refere às mesorregiões definidas pelo MI, atendendo às prioridades estabelecidas pela PNDR, os valores reprogramados representaram um acréscimo de 11,4% em relação à programação inicial.

Observa-se que em 2013, as contratações alcançaram 139,7% do valor programado para o exercício, tendo as mesorregiões da Chapada das Mangabeiras e Vale do Jequitinhonha/Mucuri obtido mais de 50,0% do volume de recursos contratados (Tabela 32).

Na mesorregião de Chapada das Mangabeiras, os maiores volumes de contratações foram realizados nas atividades de produção de grãos (R\$ 532,0 milhões⁹) e fibras e têxteis (R\$ 62,0 milhões¹⁰). A mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri apresentou aplicações de R\$ 208,0 milhões¹¹ na indústria de transportes e R\$ 84,7 milhões¹² na atividade de bovinocultura.

Na mesorregião de Águas Emendadas, a atividade de bovinocultura absorveu R\$ 11,7 milhões¹³, e, além desta, destaca-se a atividade de produção de grãos com R\$ 9,7 milhões¹⁴. Na Região de Bico do Papagaio, o montante financiado foi destinado predominantemente à bovinocultura (R\$ 82,8 milhões¹⁵) e ao comércio varejista (R\$ 22,5 milhões¹⁶). Na mesorregião da Chapada do Araripe, nas atividades de bovinocultura, foram aplicados R\$ 75,8 milhões¹⁷ e no comércio varejista, R\$ 69,7 milhões¹⁸. A mesorregião do Seridó absorveu R\$ 51,1 milhões¹⁹ na bovinocultura e R\$ 21,6 milhões²⁰ nas atividades relacionadas ao comércio varejista. Por fim, na mesorregião de Xingó, os valores aplicados sobressaíram-se nas atividades de bovinocultura R\$ 125,4 milhões²¹, e na cultura de grãos R\$ 61,8 milhões²².

⁹ Base do Ativo do BNB.

¹⁰ Base do Ativo do BNB.

¹¹ Base do Ativo do BNB.

¹² Base do Ativo do BNB.

¹³ Base do Ativo do BNB.

¹⁴ Base do Ativo do BNB.

¹⁵ Base do Ativo do BNB.

¹⁶ Base do Ativo do BNB.

¹⁷ Base do Ativo do BNB.

¹⁸ Base do Ativo do BNB.

¹⁹ Base do Ativo do BNB.

²⁰ Base do Ativo do BNB.

²¹ Base do Ativo do BNB.

²² Base do Ativo do BNB.

Tabela 32 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Programadas e Realizadas – Por Mesorregiões – Exercício de 2013

Mesorregiões	Valores em R\$ Mil		
	Programado (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Águas Emendadas	27.000	32.538	120,5
Bico do Papagaio	118.000	160.297	135,8
Chapada das Mangabeiras	502.000	684.158	136,3
Chapada do Araripe	250.000	429.032	171,6
Seridó	102.500	126.061	123,0
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	372.500	489.239	131,3
Xingó	238.000	327.681	137,7
Total	1.610.000	2.249.006	139,7

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Para os municípios das tipologias de renda da PNDR consideradas prioritárias, foram programados, nesse exercício de 2013, cerca de R\$ 8,0 bilhões. Ao final do exercício, foram contratados nesses municípios aproximadamente 10,3 bilhões, ultrapassando a meta em 27,5% (Tabela 33).

Tabela 33 – FNE – Valores Programados e Realizados por Tipo de Município – Exercício de 2013

Tipologia	Valores em Mil		
	Programação (A)	Contratações ⁽¹⁾ (B)	Δ%
Alta Renda	3.450.000	2.463.877	-28,6
Tipologias Prioritárias (Baixa Renda, Estagnada, Dinâmica)	8.050.000	10.263.646	27,5
Total	11.500.000	12.727.523	-

Fonte: BNB – Ambiente de Políticas de Desenvolvimento.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

3.3.1 – Contratações por Estado

No que tange às contratações do FNE pelos Estados da área de atuação do FNE, os valores mais expressivos foram aplicados nos estados da Bahia (R\$ 3,0 bilhões), Pernambuco (R\$ 1,8 bilhão) e do Ceará (R\$ 1,7 bilhão), que juntos representaram 51,5% dos recursos contratados (Tabela 34).

Tabela 34 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Exercício de 2013

Estado	Valores em R\$ Mil				
	Contratações (1)	%	Propostas em Carteira (2)	Demanda Total	%
Alagoas	642.948	5,1	238.262	881.210	5,7
Bahia	3.038.807	23,9	952.487	3.991.294	25,9
Ceará	1.691.605	13,3	204.943	1.896.548	12,3
Espírito Santo	289.330	2,3	20.092	309.422	2,0
Maranhão	1.412.299	11,1	201.872	1.614.171	10,5
Minas Gerais	541.196	4,3	145.090	686.286	4,5
Paraíba	763.745	6,0	32.658	796.403	5,2
Pernambuco	1.821.896	14,3	422.242	2.244.138	14,6
Piauí	1.157.376	9,1	269.125	1.426.501	9,3
Rio Grande do Norte	799.438	6,3	66.298	865.736	5,6
Sergipe	568.883	4,5	104.446	673.329	4,4
Total	12.727.523	100,0	2.657.515	15.385.038	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

As propostas em carteira totalizaram R\$ 2,7 bilhões no final do exercício de 2013, apresentando redução de 21,7% em relação ao exercício de 2012. Os maiores volumes em carteira estão nos estados da Bahia (R\$ 952,5 milhões) e de Pernambuco (R\$ 422,2 milhões), conforme Tabela 34.

A demanda total de recursos pelos estados no exercício de 2013 (R\$ 15,4 bilhões) apresentou-se praticamente constante em relação à demanda total do exercício de 2012. Os estados que apresentaram redução na demanda por recursos foram Ceará, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco, constituindo uma redução média da ordem de 14,7%. Nos demais estados, a demanda por recursos aumentou em média 31,5%. As maiores demandas registraram-se nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão que juntos resumem 63,3% da demanda total por recursos do FNE, de acordo com a Tabela 34.

Em relação aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, no exercício de 2013, verifica-se que somente o estado de Minas Gerais não atingiu o piso de 4,5% do total de contratações do Fundo, ficando, embora, muito próximo (4,3%). O estado do Espírito Santo que apresenta 2,3% das contratações realizadas em 2013, não está compreendido no limite mínimo estabelecido (MI, 2012). No que se refere ao limite máximo, observa-se que, a exemplo de anos anteriores, nenhum estado obteve volume de contratações superior a 30,0%, conforme recomendações internas do BNB (Tabela 34).

Considerando-se o período acumulado de 1989 a 2013, todos os estados atingiram o piso de 4,5%, com exceção do estado do Espírito Santo (1,1%), cuja região norte, composta por 28 municípios de um total de 78 do Estado, foi integrada à área de atuação do Banco do Nordeste no ano de 1999, iniciando-se, a partir desse ano, o atendimento pelo FNE, com dez anos de defasagem em relação aos demais estados da área de atuação do Banco. Contudo, conforme abordado no parágrafo anterior, essa unidade da federação está excluída do atendimento a esse limite mínimo de contratações (Tabela 35).

Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R\$ 33,1 bilhões), Ceará (R\$ 20,9 bilhões), Pernambuco (R\$ 18,6 bilhões) e Maranhão (R\$ 14,2 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por 65,3% do total dos valores contratados. À medida que a base econômica dos demais estados da Região cresce, os recursos do FNE passam a ser distribuídos de forma mais equitativa na área de atuação do Banco (Tabela 35).

Tabela 35 – FNE – Contratações(1) Acumuladas por Estado – Período: 1989 a 2013

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor ⁽²⁾	%
Alagoas	6.475.623	4,9
Bahia	33.120.809	24,9
Ceará	20.863.010	15,7
Espírito Santo	1.479.187	1,1
Maranhão	14.231.903	10,7
Minas Gerais	6.590.206	5,0
Paraíba	7.498.393	5,6
Pernambuco	18.607.072	14,0
Piauí	9.400.340	7,1
Rio Grande do Norte	8.722.153	6,6
Sergipe	6.123.443	4,6
Total	133.112.139	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2012. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2013.

O número de beneficiários do FNE totalizou 1,6 milhão no exercício de 2013, registrando acréscimo de 9,5% em relação ao número de beneficiários no exercício de 2012 (1,5 milhão). O estado com o maior número de beneficiários foi a Bahia (333,3 mil), seguido do Ceará (229,7 mil), Pernambuco (191,1 mil) e Piauí (164,4 mil) (Tabela 36).

Tabela 36 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários – Exercício de 2013

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº. de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R\$/Benef.	Ordem
Alagoas	642.948	89.132	7.213,44	8
Bahia	3.038.807	333.257	9.118,51	4
Ceará	1.691.605	229.668	7.365,44	7
Espírito Santo	289.330	1.964	147.316,70	1
Maranhão	1.412.299	154.087	9.165,59	3
Minas Gerais	541.196	152.917	3.539,15	11
Paraíba	763.745	132.011	5.785,46	10
Pernambuco	1.821.896	191.070	9.535,23	2
Piauí	1.157.376	164.427	7.038,84	9
Rio Grande do Norte	799.438	97.350	8.212,00	5
Sergipe	568.883	69.888	8.139,92	6
Total	12.727.523	1.615.771	7.877,06	-

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário no exercício de 2013 foi de R\$ 7.877,06, 3,0% inferior àquele do exercício de 2012 (R\$ 8.110,53), demonstrando que os recursos tendem à desconcentração por beneficiário. A maior relação crédito por beneficiário foi observada no estado do Espírito Santo (R\$ 147.316,70) cujo valor apresenta-se distante da média das três maiores relações contratação/beneficiário, em torno de R\$ 9.273,11, apresentada pelos estados de Pernambuco, Maranhão e Bahia, conforme a Tabela 36.

Considerando-se toda a área de atuação do FNE, a relação valor contratado por residente foi de R\$ 213,73 por habitante, superior aos R\$ 207,99 por habitante, registrado em 2012. O estado do Piauí apresentou a relação mais elevada, equivalente a R\$ 363,48/habitante, seguido pelos estados do Espírito Santo (R\$ 317,50/habitante), Sergipe (R\$ 259,09/habitante) e Rio Grande do Norte (R\$ 236,94/habitante) (Tabela 37).

Tabela 37 – FNE – Contratações(1) em Relação à População Residente – Exercício de 2013

Estado	Valor Contratado (R\$ mil)	População (mil hab.)	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Alagoas	642.948	3.301	194,78	9
Bahia	3.038.807	15.044	201,99	6
Ceará	1.691.605	8.779	192,70	10
Espírito Santo	289.330	911	317,50	2
Maranhão	1.412.299	6.794	207,87	5
Minas Gerais	541.196	2.889	187,33	11
Paraíba	763.745	3.911	195,26	8
Pernambuco	1.821.896	9.167	198,75	7
Piauí	1.157.376	3.184	363,48	1
Rio Grande do Norte	799.438	3.374	236,94	4
Sergipe	568.883	2.196	259,09	3
Total	12.727.523	59.550	213,73	-

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e IBGE – Contagem da População 2013.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os PIBs Rural e Industrial do Norte do Espírito Santo correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE. (3) Os PIBs Rural e Industrial do Norte de Minas Gerais correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE; (4) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2010 atualizado para Junho de 2013 pelo IGP-DI da FGV.

Para avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, a Tabela 38 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE.

No setor primário, o FNE–Setor Rural representou aproximadamente 12,5% do PIB desse setor, gerado nos estados da área de atuação do FNE. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário foram Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte, em torno de 41,6%; 21,7% e 15,6%, respectivamente. No restante dos estados, exceto no Espírito Santo, a relação contratações no Setor Rural por PIB Rural ficou, em média, 12,3%. No caso do Espírito Santo, a mais baixa entre todos os estados, essa relação ficou em 1,2% (Tabela 38).

Tabela 38 – FNE – Contratações (1) em Relação ao PIB dos Estados – Exercício de 2013

Estado	FNE Setor Rural/PIB Setor Primário		Estado	FNE Setor Industrial/PIB Setor Secundário	
	%	Ordem		%	Ordem
Alagoas	12,0	7	Alagoas	4,2	2
Bahia	12,9	6	Bahia	1,4	8
Ceará	11,9	8	Ceará	2,0	7
Espírito Santo	1,2	11	Espírito Santo	6,5	1
Maranhão	9,2	10	Maranhão	0,3	11
Minas Gerais	10,1	9	Minas Gerais	0,3	10
Paraíba	13,0	5	Paraíba	3,3	4
Pernambuco	13,9	4	Pernambuco	2,4	5
Piauí	41,6	1	Piauí	1,1	9
Rio Grande do Norte	15,6	3	Rio Grande do Norte	3,5	3
Sergipe	21,7	2	Sergipe	2,4	6
Total	12,5			2,1	

Fontes: BNB – Etene e IBGE-Contas Regionais 2011.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os PIBs Rural e Industrial do Norte do Espírito Santo correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE. (3) Os PIBs Rural e Industrial do Norte de Minas Gerais correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE; (4) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2011 atualizado para 2013 pelo IGP-DI da FGV.

No setor secundário, a importância relativa do FNE Setor Industrial sobre o PIB do Setor Secundário foi de 2,1%, com participações mais expressivas apresentadas pelos estados do Espírito Santo (6,5%), Alagoas (4,2%) e Rio Grande do Norte (3,5%) (Tabela 38).

3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

A área de atuação do FNE não incluía as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o Norte do Espírito Santo que foram incorporadas em 1999. Observa-se que essa unidade da federação, bem como alguns dos municípios do estado de Minas Gerais que compõem os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha estão localizados fora do semiárido, o que ocasionou uma ampliação na relação dessa zona climática e a área de atuação total do FNE, impactando o cumprimento do limite mínimo estabelecido para aplicações no semiárido.

O BNB atende ao dispositivo legal que estabelece a obrigatoriedade de aplicação mínima no semiárido de 50,0% dos ingressos de recursos para o FNE, apresentando-se essa relação em 156,9% (Tabelas 14 e 31), em 2013.

O Banco persegue ampliar as contratações no semiárido e a programação, para esse exercício de 2013, destinou 60,0% dos ingressos para as contratações nessa região semiárida.

O FNE alocou R\$ 52,6 bilhões para esse espaço no período 1989 a 2013. As localidades fora do semiárido, especialmente o litoral, a Zona da Mata, e as áreas dos serrados nordestinas que compõem a nova fronteira agrícola do País localizadas no oeste da Bahia, sul do Maranhão e sul do Piauí, por possuírem maior base econômica instalada, captaram recursos na ordem de R\$ 80,6 bilhões, nesse mesmo período.

No exercício de 2013, o FNE aplicou R\$ 4,4 bilhões na região do semiárido nordestino, o que representa uma variação percentual de 30,7%. Aproximadamente 1,1 milhão de pessoas e empresas foram favorecidas com recursos do FNE nesse espaço territorial, equivalendo a 67,2% do total de beneficiários do Fundo, no período em análise (Tabela 39).

Tabela 39 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2013

Região	Nº. de Beneficiários	%	Valor (R\$ Mil)
Semiárido	1.085.758	67,2	4.375.228
Fora do Semiárido	530.013	32,8	8.352.295
Total	1.615.771	100,0	12.727.523

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.2.1 – Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

O Banco do Nordeste adota ações sistemáticas no sentido de elevar a participação do FNE no semiárido brasileiro.

Para isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o Banco busca promover a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes nessa região climática.

A Programação do FNE, por exemplo, é o instrumento normativo e de planejamento, direcionador dos financiamentos anuais desse fundo constitucional. Anualmente, é elaborada sob a coordenação do Banco do Nordeste com ativa participação da Sudene e do Ministério da Integração Nacional, além da contribuição dos governos estaduais, movimentos sociais e setores produtivos.

Para elevar as aplicações nessa sub-região, projetos que venham a se localizar no semiárido continuam sendo considerados, para efeito de aplicação do FNE, como prioritários, podendo contar com maiores limites de financiamento e prazos para pagamento.

Entretanto, a partir da Lei nº 12.793/2013, os encargos financeiros e o bônus de adimplência do FNE e dos demais fundos constitucionais de financiamento passaram a ser estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Assim, por meio da Resolução CMN nº 4.181/2013, foi definido um bônus de adimplência de 15% sobre a taxa de juros vigente, independente da localização do empreendimento financiado (dentro ou fora do semiárido).

Ainda em 2013, foram incluídas para as Superintendências Estaduais, metas específicas no Programa de Ação do Banco para aplicação dos recursos do FNE no semiárido. Por meio da atribuição de pontuação específica por eficácia, o objetivo dessa ação foi estimular superintendências estaduais e agências a aplicarem recursos do FNE em empreendimentos localizados na região semiárida.

Além disso, foram realizados 83 eventos FNE Itinerante, em 2013, em municípios do semiárido. Tais eventos são voltados para promoção e divulgação das bases e condições dos programas de financiamento com recursos do fundo constitucional.

Também merecem destaque as seguintes iniciativas:

- (a) **Plano Safra Semiárido:** O Banco do Nordeste participou ativamente da elaboração desse plano, que é uma extensão do Plano Safra da Agricultura Familiar e complementa as ações para garantir a segurança hídrica e produtiva nessa sub-região;
- (b) **Extensão do programa de exportação a empresas do semiárido:** Em sintonia com as diretrizes do Governo Federal voltadas a estimular as exportações e a geração de divisas, a Diretoria do Banco aprovou a ampliação das condições do programa Nordeste Exportação (NEXPORT) estendendo seu alcance para as empresas exportadoras de grande porte da Região, desde que localizadas no semiárido;
- (c) **Promoção de debates nos Estados para alavancar atividades econômicas no semiárido brasileiro:** Com a intenção de fortalecer cadeias produtivas no semiárido e, conseqüentemente, impulsionar os respectivos financiamentos, o Banco organiza ou participa, constantemente, de eventos para discutir as dificuldades, desafios e medidas para incentivar a ampliação do mercado de atividades econômicas desenvolvidas na região semiárida, interagindo suas ações creditícia e supletiva de instituição financeira de

desenvolvimento, bem como articulando parcerias com várias instituições para complementação de ações;

- (d) **Apoio a projetos de pesquisa para introdução e avaliação de cultivos alternativos no semiárido:** A ideia é propiciar a aclimação de fruteiras de outras áreas às condições de semiaridez, a exemplo do cacau, pera e maçã.

Ao final desse exercício, foram contratadas 371.011 operações com recursos do FNE no semiárido, totalizando R\$ 4,4 bilhões.

3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de mini, micro e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes receberam 39,9% do total de recursos contratados do FNE, o que equivale a, aproximadamente, R\$ 53,1 bilhões, no período de 1989 a 2013. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou cerca de R\$ 17,5 bilhões, ou seja, 13,1% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R\$ 62,5 bilhões, o equivalente a 47,0% do total dos valores contratados no âmbito do FNE (Tabela 40).

Tabela 40 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 a 2013

Porte	Valores em R\$ Mil	
	Valor ⁽²⁾	%
Mini / Micro	46.701.891	35,1
Pequeno	4.226.948	3,2
Pequeno / Médio	2.166.289	1,6
Médio	17.491.463	13,1
Grande	62.525.548	47,0
Total	133.112.139	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2012. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2013.

Os empreendedores de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes predominaram em todos os setores atendidos pelo FNE, exceto Infraestrutura, no exercício de 2013, relativamente à quantidade de beneficiários.

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE se verificou no Setor Rural (1,6 milhão), segmento que registra 99,5% dos beneficiários responsáveis por empreendimentos que pertencem à categoria de mini/micro porte e 98,5% do total de beneficiários do Fundo no exercício de 2013 (Tabela 41).

Os beneficiários de médio e grande portes não tiveram participação significativa no total de beneficiários atendidos pelo FNE (Tabela 41).

Tabela 41 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2013

Porte	Rural		Agroindustrial		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini / Micro	1.582.475	99,4	28	10,9	697	25,1	155	34,5	-	-	7.618	37,3	1.590.973	98,5
Pequeno	7.051	0,4	170	66,1	1.650	59,4	230	51,2	-	-	11.153	54,7	20.254	1,3
Pequeno / Médio	1.760	0,1	27	10,5	222	8,0	39	8,7	-	-	1.038	5,1	3.086	0,2
Médio	554	0,0	30	11,7	163	5,9	22	4,9	-	-	486	2,4	1.255	0,1
Grande	47	-	2	0,8	45	1,6	3	0,7	2	100,0	104	0,5	203	0,0
Total	1.591.887	100,0	257	100,0	2.777	100,0	449	100,0	2	100,0	20.399	100,0	1.615.771	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Quanto aos valores contratados no exercício de 2013, 51,5% dos recursos do FNE foram destinados aos mini/micro, pequenos e pequeno-médios produtores, perfazendo um total de R\$ 6,5 bilhões, apresentando incremento de 14,5%, quando comparado a 2012. Os valores para estes portes de empreendedores foram mais expressivos nos setores Rural (R\$ 4,1 bilhões) e Comércio e Serviços (R\$ 1,8 bilhão), conforme a Tabela 42.

Os produtores de porte médio, no exercício de 2013, obtiveram recursos da ordem de R\$ 1,4 bilhão, com decréscimo de 7,5% no volume de recursos, em relação ao exercício de 2012. A participação dos produtores de grande porte no volume de recursos contratados foi de 37,7%, no exercício de 2013, o que equivale a R\$ 4,8 bilhões (Tabela 42).

Tabela 42 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor – Exercício de 2013

Porte	Valores em R\$ Mil													
	Rural	%	Agro-industrial	%	Indústria	%	Turismo	%	Infra-estrutura	%	Comércio e Serviços	%	Total	%
Mini / Micro	2.950.189	55,4	1.705	1,8	42.707	1,5	14.873	2,3	-	-	376.033	10,2	3.385.507	26,6
Pequeno	544.204	10,2	24.158	25,3	247.262	8,6	118.380	18,2	-	-	1.151.252	31,3	2.085.256	16,4
Pequeno / Médio	613.447	11,5	7.954	8,3	103.138	3,6	71.857	11,0	-	-	280.541	7,6	1.076.937	8,5
Médio	543.175	10,2	30.543	32,0	124.094	4,3	289.133	44,4	-	-	396.279	10,8	1.383.224	10,9
Grande	673.118	12,6	31.108	32,6	2.348.880	82,0	156.377	24,0	112.401	100,0	1.474.715	40,1	4.796.599	37,7
Total	5.324.133	100,0	95.468	100,0	2.866.081	100,0	650.620	100,0	112.401	100,0	3.678.820	100,0	12.727.523	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.4 – Municípios Atendidos pelo FNE

A área de abrangência do FNE é composta por 1.990 municípios e a quase totalidade dos municípios foi atendida com recursos do Fundo neste exercício de 2013, demonstrando a amplitude da abrangência territorial do FNE, em todos os estados (Tabela 43).

Tabela 43 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Exercício de 2013

Estado	Nº. de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	101	99,0
Bahia	417	415	99,5
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	25	89,3
Maranhão	217	215	99,1
Minas Gerais	168	166	98,8
Paraíba	223	223	100,0
Pernambuco ⁽¹⁾	185	185	100,0
Piauí	224	224	100,0
Rio Grande do Norte	167	167	100,0
Sergipe	75	75	100,0
Total	1.990	1.980	99,5

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Etene.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 96,3% da sua área de atuação, o que corresponde a 1.916 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 1.382 municípios no Setor Comércio e Serviços, equivalente a 69,4% da área de abrangência do Fundo (Tabela 44).

Tabela 44 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2013

Setor	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE no Período	% em Relação ao Nº. de Municípios da Área de Atuação do FNE
Rural	1.916	96,3
Agroindustrial	100	5,0
Industrial	528	26,5
Turismo	164	8,2
Infraestrutura	2	0,1
Comércio/Serviços	1.382	69,4

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Ao analisar as contratações por faixa de valor, verifica-se que o FNE destinou até R\$ 500,0 mil para 1.172 municípios no exercício de 2013. Na faixa de R\$501,0 mil a R\$10,0 milhões, 2.560 municípios receberam recursos, enquanto que 238 municípios receberam recursos acima de R\$ 10,0 milhões (Tabela 45).

Tabela 45 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Exercício de 2013

Faixa de Valor Contratado	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE no Período ⁽¹⁾	% em Relação ao Total de Municípios Atendidos pelo FNE
R\$ 1 a R\$ 100 mil	207	5,2
de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	965	24,3
de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	789	19,9
> R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões	1.771	44,6
> R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões	206	5,2
> R\$ 100 milhões	32	0,8
Total		100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve 2 operações de empréstimos, sendo uma de R\$ 1,0 mil e a segunda de R\$ 100,0 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Quanto à quantidade de operações por tipo de município, a Tabela 46 indica que os municípios de baixa e média rendas realizaram 98,7% de todas as operações do Fundo, no exercício de 2013. No que se refere aos valores contratados, nesse mesmo período, a maior parte destinou-se aos municípios de média renda (R\$ 8,4 bilhões ou 66,0% dos recursos contratados).

Tabela 46 – FNE – Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ – Exercício de 2013**Valores em R\$ Mil**

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (Em R\$ mil)	%
Alta Renda ⁽⁵⁾	7.476	1,3	2.463.877	19,4
Baixa Renda ⁽²⁾	167.556	30,1	1.855.825	14,6
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	200.180	35,9	3.618.735	28,4
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	181.932	32,7	4.789.086	37,6
Total	557.144	100,0	12.727.523	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

3.4 – Repasses do FNE a Outras Instituições

Em conformidade com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827 de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores poderão repassar recursos dos fundos constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar, pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estruturas operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Assim, com o objetivo de ampliar ainda mais a capilaridade do FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras. No exercício de 2013, as duas instituições que receberam repasses de recursos do FNE absorveram cerca de R\$ 28,4 milhões. O Banco do Estado de Sergipe (Banese) destaca-se quanto ao número de operações contratadas, cerca de

80,0% do total e a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) destacou-se quanto aos valores contratados, cerca de 65,4% do total repassado às instituições financeiras (Tabela 47).

Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ – Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil					
UF	Bancos Repassadores	Nº. de Operações	%	Valor Contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	-	-	-	-
SE	Banco do Estado de Sergipe (Banese)	20	80,0	9.825	34,6
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia)	5	20,0	18.560	65,4
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - (BDMG)	-	-	-	-
Total		25	100,0	28.385	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG e Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação à distribuição setorial dos recursos contratados, 69,2% foram destinados ao Setor Industrial e Turismo. Destaque, ainda, para o Setor Rural que atingiu 52,0% do número de operações realizadas pelos bancos repassadores (Tabela 48).

Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações Exercício de 2013

Setor / Programa	Valores em R\$ Mil			
	Contratações ⁽¹⁾			
	Nº. de Operações	Quant. Beneficiários	Valor	%
RURAL	13	13	3.993	14,1
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	13	13	3.993	14,1
INDUSTRIAL E TURISMO	6	6	19.634	69,2
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	6	6	19.634	69,2
COMÉRCIO E SERVIÇOS	6	6	4.758	16,8
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	6	6	4.758	16,8
Total	25	25	28.385	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Conforme pode ser observado na Tabela 49, a pecuária absorveu a quase totalidade dos recursos destinados ao Setor Rural (93,0%). O montante de R\$ 3,7 milhões foi aplicado na bovinocultura. Atividades relacionadas à Fruticultura de sequeiro absorveram 7,0% dos recursos destinados ao Setor.

Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Exercício de 2013

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
PECUÁRIA	11	3.715	93,0
Bovinocultura	11	3.715	93,0
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	2	278	7,0
Fruticultura	2	278	7,0
Total	13	3.993	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Levando-se em consideração os financiamentos no Setor Industrial e Turismo (Tabela 50), merecem destaque as atividades relacionadas aos bens de consumo intermediário que foram responsáveis por 82,3% dos valores contratados.

Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício de 2013

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	2	2.868	14,6
Prod. Limpeza, Perfumaria e Cosméticos	1	1.738	8,9
Têxtil	1	1.130	5,8
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	3	16.155	82,3
Abatedouro de Gado	1	4.787	24,4
Outros	2	11.368	57,9
TURISMO	1	611	3,1
Hospedagem	1	611	3,1
Total	6	19.634	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O Setor de Serviços absorveu aproximadamente R\$ 4,8 milhões, ou seja, 100,0% do total de recursos repassados para o Setor de Comércio e Serviços, não se registrando contratações no Setor de Comércio. Nas atividades de prestação de serviços relacionadas ao transporte e à saúde foram realizadas 4 operações que totalizaram R\$ 3,9 milhões contratados, ou seja 83,0% dos recursos contratados nesse setor da economia (Tabela 51).

Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setor de Comércio e Serviços – Exercício de 2013

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	% Setor
SERVIÇOS	6	4.758	100,0
Saúde	1	1.932	40,6
Educação	1	672	14,1
Transporte	3	2.017	42,4
Outros	1	137	2,9
Total	6	4.758	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Sob a perspectiva das regiões climáticas (Tabela 52), as áreas geográficas localizadas fora do semiárido absorveram 63,1% do volume de recursos contratados por meio das instituições repassadoras. A participação do semiárido saltou de 32,8% em 2012 para 36,9% nesse exercício de 2013, ou seja, aumento de 4,1 p.p..

Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2013

Área	Nº. de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor ⁽¹⁾	%
Semiárido	4	16,0	10.487	36,9
Fora do Semiárido	21	84,0	17.898	63,1
Total	25	100,0	28.385	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Considerando-se o perfil dos beneficiários destas operações de crédito, verifica-se que a maioria encontra-se na categoria de mini/micro, pequeno e pequeno-médio produtores (84,0%). Outro aspecto a considerar é que do total de beneficiários, 52,0% desenvolvem atividades rurais (Tabela 53).

Tabela 53 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2013

Porte/Setor	Rural		Industrial/Turismo		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini / Micro	-	-	-	-	2	33,3	2	8,0
Pequeno	12	92,3	2	33,3	4	66,7	18	72,0
Pequeno Médio	-	-	1	16,7	-	-	1	4,0
Médio	-	-	3	50,0	-	-	3	12,0
Grande	1	7,7	-	-	-	-	1	4,0
Total	13	100,0	6	100,0	6	100,0	25	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

No que concerne ao volume de recursos contratados segundo o porte dos beneficiários, constata-se que 69,0% do montante financiado foram destinados a mini/micro, pequeno e pequeno-médio produtores. As empresas de porte médio absorveram 28,2% dos recursos e as grandes empresas apenas 2,8% dos recursos repassados (Tabela 54).

Tabela 54 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício de 2013

Porte	Valores em R\$ Mil			
	Rural	Industrial/ Turismo	Comércio e Serviços	Total
Mini / Micro	-	-	368	368
Pequeno	3.178	9.899	1.932	15.009
Pequeno / Médio	-	1.737	2.458	4.195
Médio	-	7.998	-	7.998
Grande	815	-	-	815
Total	3.993	19.634	4.758	28.385

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na posição de 31.12.2013, o saldo devedor total das instituições repassadoras é de R\$ 165,9 milhões, contra R\$ 189,1 milhões do exercício anterior. Quanto à pontualidade no reembolso dos créditos, o BDMG mantém-se com 100% de adimplência. Por outro lado, o maior percentual de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras dos recursos do FNE continua com a Desenbahia, passando de uma taxa de 5,1% em 2012 para 7,0% em 2013. A AGN vem reduzindo gradativamente seu índice de inadimplência, passando de 5,3%, em 2010, para 2,8% em 2013 (Tabela 55).

Tabela 55 – FNE – Bancos Repassadoros – Saldos Devedores e Inadimplência – Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Instituições Repassadoras							
AGN		BANESE		DESENBAHIA		BDMG	
Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência	Saldo Devedor	% de Inadimplência
1.194	-	15.007	-	7.516	36,0	-	-
98	-	21.923	-	3.201	9,0	-	-
3.833	3,7	22.560	-	61.921	3,0	28.657	-
5.125	2,8	59.490	-	72.638	7,0	28.657	-

Fontes: AGN, Banese, BDMG e Desenbahia.

Tendo em vista a distribuição espacial dos recursos do FNE, os financiamentos realizados pelos bancos repassadoros alcançaram 17 municípios da área de atuação do FNE. Nesse contexto, o Setor Rural abrangeu maior número de municípios (70,6%). Os municípios que receberam maior volume de recursos foram Salvador (BA) com 32,7% do total contratado, Aracaju (SE), 23,4% e Amargosa (BA) 16,9% do total de recursos contratados pelos bancos repassadoros (Tabelas 56 e 57).

Tabela 56 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2013

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos ⁽¹⁾
Rural	12
Industrial	4
Comércio/Serviços	2

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Tabela 57 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Município – Exercício de 2013

Municípios	Valores em R\$ Mil	
	Valor Contratado (1)	%
Aracajú (SE)	6.647	23,4
Carira (SE)	106	0,4
Estância (SE)	127	0,5
Itaporanga D'ajuda (SE)	77	0,3
Japaratuba (SE)	139	0,5
Lagarto (SE)	161	0,6
Nossa Senhora de Lourdes (SE)	448	1,6
Pedrinhas (SE)	179	0,6
Salgado (SE)	747	2,6
São Cristovão (SE)	185	0,7
Simão Dias (SE)	660	2,3
Siriri (SE)	350	1,2
Amargosa (BA)	4.789	16,9
Feira de Santana (BA)	1.933	6,8
Manoel Vitorino (BA)	817	2,9
Salvador (BA)	9.288	32,7
Vitória (BA)	1.732	6,1
TOTAL	28.385	100,0

Fontes: AGN, Banese, BDMG, Desenbahia.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

A dinâmica da economia brasileira nos últimos anos, a despeito de se ressentir com as intermitentes crises financeiras internacionais, tem favorecido alguns indicadores econômicos e sociais importantes, fatores que possivelmente

influenciaram o aumento da demanda por crédito. Assim, os recursos do FNE têm-se mostrado insuficientes, frente à crescente demanda por crédito no Nordeste do País, fato que repercute no volume de recursos efetivamente repassado a outras instituições de crédito.

3.5 – Prioridades Definidas pelo Condel/Sudene para a Aplicação do FNE

Compete ao Condel/Sudene estabelecer anualmente as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do FNE, observadas as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional (MI).

Dessa forma, a Resolução nº 57/2012, de 09/11/2012, do Condel/Sudene aprovou as Diretrizes e Prioridades do FNE, para o exercício 2013.

O presente item retrata o monitoramento de tais prioridades para o referido exercício.

3.5.1 – Prioridades Espaciais

I. Apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Conforme pode ser observado na Tabela 58, foram contratados, durante o ano de 2013, R\$ 113,8 milhões em projetos relacionados a arranjos produtivos locais. Nesse sentido, diversas atividades produtivas foram financiadas, com destaque para os APLs de Fruticultura, localizado em Petrolina/PE e de Leite e Derivados, em Açailândia/MA, que tiveram participação nos valores contratados, de 34,0% e 16,1%, respectivamente.

Tabela 58 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Exercício de 2013

Estado	APL	Produto	Valores em R\$ Mil			
			Nº de Operações	%	Valor	%
AL	Mandioca no Agreste Alagoano - Arapiraca	Mandioca	27	0,7	271	0,2
	Ovinocaprinocultura - Delmiro Gouveia	Carne	51	1,4	243	0,2
	Laticínios do Sertão Alagoano - Major Isidoro	Leite	322	8,6	1.701	1,5
BA	Fruticultura - Juazeiro	Manga/Uva	66	1,8	14.659	12,9
	Caprinocultura - Senhor do Bonfim	Carne	4	0,1	88	0,1
	Sisal - Valente	Sisal	5	0,1	58	0,1
CE	Cajucultura - Aracati	Castanha	136	3,6	941	0,8
	Calçados - Juazeiro do Norte	Calçados	12	0,3	1.669	1,5
	Bovinocultura Leiteira - Morada Nova	Leite	799	21,4	9.254	8,1
	Ovinocaprinocultura - Tauá	Carne	49	1,3	693	0,6
PB	Couro e calçados - Campina Grande	Calçados	11	0,3	1.036	0,9
	Ovinocaprinocultura do semiárido Paraibano - Serraria	Carne	66	1,8	205	0,2
	Café Conilon da Região Nordeste - São Gabriel da Palha	Café	6	0,2	229	0,2
MA	Leite e Derivados - Açailândia	Leite	121	3,2	18.348	16,1
	Leite e Derivados - Bacabal	Leite	197	5,3	6.519	5,7
	Ovinocaprinocultura - Chapadinha	Carne	114	3,1	630	0,6
MG	Fruticultura Irrigada - Janaúba	Banana/Citrus (Laranja/Limão)	20	0,5	3.173	2,8
PE	Confecções - Caruaru	Jeans	107	2,9	937	0,8
	Laticínios - Garanhuns	Leite	318	8,5	1.369	1,2
	Fruticultura - Petrolina	Manga / Uva	127	3,4	38.664	34,0
PI	Leite e Derivados da Região Norte - Parnaíba	Leite e Derivados	3	0,1	377	0,3
	Apicultura - Picos	Apicultura	14	0,4	93	0,1
	Cajucultura - Picos	Castanha	3	0,1	31	0,0
	Ovinocaprinocultura - Teresina	Corte	19	0,5	364	0,3

RN	Cerâmica - Assú	Olaria (Tijolo / Telha)	21	0,6	2.636	2,3
	Fruticultura – Assú	Todas as Frutas	65	1,7	952	0,8
	Laticínios - Caicó	Leite	276	7,4	2.721	2,4
	Tecelagem do Seridó - Jardim das Piranhas	Pano de Prato	3	0,1	198	0,2
SE	Petróleo e Gás - Aracaju	Petróleo e Gás	2	0,1	88	0,1
	Cerâmica Vermelha - Itabaianinha	Tijolos e Telhas	4	0,1	953	0,8
	Mandioca - Lagarto	Mandioca	16	0,4	152	0,1
	Pecuária de Leite - N. S. da Glória	Leite	748	20,0	4.575	4,0
Total			3.732	100,0	113.827	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II. Projetos que se Localizam nos Espaços Reconhecidos como Prioritários pela PNDR

Ver item 3.6

III. Aproveitamento das Potencialidades Identificadas em Estudos e Projetos de Zoneamento Ecológico Econômico

Para essa prioridade foram identificados os projetos direcionados à conservação, preservação e recuperação ambiental. Conforme consta na Tabela 59, foram realizadas 142 operações, que totalizaram R\$ 219,5 milhões contratados. Dessa forma, houve um crescimento de aproximadamente 66,0% em relação ao exercício anterior quando foram contratados R\$ 132,2 milhões nessa prioridade.

O Programa FNE Verde-Rural foi o grande responsável por esse desempenho tendo alocado 61,9% dos recursos em 2013.

Tabela 59 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ para a Conservação, Preservação e Recuperação do Meio Ambiente – Exercício de 2013

Programas	Nº. Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
FNE Verde-Industrial	4	2,8	81.782	37,3
FNE Verde-Rural	72	50,7	135.776	61,9
FNE Verde-Serviços	2	1,4	119	0,1
FNE Verde-Comercial	1	0,7	340	0,2
FNE Verde-Irrigação	1	0,7	161	0,1
Pronaf Floresta	51	35,9	1.050	0,5
Pronaf-Eco	11	7,8	293	0,1
Total	142	100,0	219.521	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.5.2 – Prioridades Setoriais

I. Apoio Preferencial a Agricultores Familiares e Mini e Micro Produtores Rurais, Empreendedores Individuais e às Micro e Pequenas Empresas, e às suas Associações e Cooperativas

I.I Apoio a agricultores familiares,

Ver item 3.1.1.1

I.II Apoio aos empreendedores individuais

O Programa FNE Empreendedor Individual (FNE EI) tem como objetivo fomentar o desenvolvimento dos empreendedores individuais, contribuindo para o fortalecimento e aumento da competitividade desse segmento. Nesse contexto, foram contratados no âmbito desse Programa R\$ 15,4 milhões, distribuídos em 1.365 operações. O Setor Comércio e Serviços é o grande responsável pelas contratações nessa prioridade, com participação de 90,6% dos recursos contratados. (Tabela 60).

Tabela 60 – FNE – Contratações⁽¹⁾ com Empreendedores Individuais – Exercício de 2013

Setor	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Comércio e Serviços	1.237	90,6	13.924	90,6
Industrial	122	8,9	1.368	8,9
Turismo	6	0,4	70	0,5
Total	1.365	100,0	15.362	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

I.III Apoio aos mini e micro produtores rurais, às micro e pequenas empresas e às suas associações e cooperativas

De acordo com a Tabela 61, foram destinados a essa prioridade, aproximadamente, R\$ 3,1 bilhões, distribuídos em 36.243 operações. Nesse segmento de beneficiários do FNE, destaque para o Setor Comércio e Serviços que efetivou 51,8% das operações, sendo responsável por 50,1% dos recursos contratados. Vale destacar ainda que as associações e cooperativas efetuaram nesse exercício duas operações totalizando R\$ 333,0 mil. As demais operações foram realizadas diretamente com os produtores e/ou empresas.

Tabela 61 – FNE – Contratações⁽¹⁾ com Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais⁽²⁾/Empresas – Exercício de 2013

Setores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Rural	14.600	40,3	1.073.946	35,2
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	14.600	40,3	1.073.946	35,2
Agroindustrial	139	0,4	25.864	0,9
Cooperativas/Associações	1	-	25	-
Demais	138	0,4	25.839	0,9
Industrial	2.347	6,5	289.969	9,5
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	2.347	6,5	289.969	9,5
Turismo	385	1,1	133.253	4,4
Cooperativas/Associações	-	-	-	-
Demais	385	1,1	133.253	4,4
Infraestrutura	-	-	-	-
Demais	-	-	-	-
Comércio e Serviços	18.772	51,8	1.527.285	50,1
Cooperativas/Associações	1	-	308	0,0
Demais	18.771	51,8	1.526.977	50,1
Cooperativas/Associações	2	-	333	-
Demais	36.241	100,0	3.049.984	100,0
TOTAL	36.243	100,0	3.050.317	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusive operações com agricultores familiares.

II. Expansão, Diversificação e Modernização da Base Econômica Regional

II.I Infraestrutura;

Ver item 3.1.5

II.II Cadeia produtiva de veículos automotores, inclusive veículos pesados, enfocando a formação de rede de pequenos e médios fornecedores regionais;

Neste item serão tratados os projetos relacionados à atividade Indústria de Transportes. Como pode ser observado na Tabela 62, foram contratadas 14 operações nessa prioridade, sendo que o produto Fabricação de Cabines, Carrocerias e Reboques para Caminhão se destaca, obtendo participação de 42,9%. Em relação aos recursos, 64,4% foram contratados para fabricação de automóveis e caminhonetas.

Tabela 62 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ na Indústria Automotiva – Exercício de 2013

Produto	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Fabricação de Automóveis e Caminhonetas	1	7,1	380.000	64,4
Fabricação de Carrocerias para Ônibus	1	7,1	208.006	35,3
Fabricação de Cabines, Carrocerias e Reboques para Caminhão	6	42,9	1.315	0,2
Fabricação de Motocicletas	1	7,1	130	-
Fabricação de Peças/Acessórios	3	21,4	88	-
Construção e Montagem de Aeronaves	1	7,1	86	-
Fabricação de Cabines/Carrocerias e Reboques para Veículos Automotores, exceto Caminhões e Ônibus	1	7,1	3	-
Total	14	100,0	589.628	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.III Agroindústria;

Ver item 3.1.2

II.IV. Indústria química (excluídos os explosivos), petroquímicos e biocombustíveis;

A Tabela 63 mostra os projetos relacionados à Indústria Química, petroquímica e de biocombustíveis. Nessa prioridade foram efetivadas 20 operações que resultaram em R\$ 151,8 milhões contratados. A produção de álcool e petroquímicos básicos alocaram, respectivamente, 52,6% e 41,5% dos recursos.

Tabela 63 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ na Indústria Química, Petroquímica e Biocombustíveis – Exercício de 2013

Produto	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Usina de Álcool	1	79.832	52,6
Produtos Petroquímicos Básicos	1	63.041	41,5
Outros Produtos Químicos	12	5.121	3,4
Produtos Químicos Orgânicos	5	3.752	2,5
Gases Industriais	1	84	0,1
Total	20	151.831	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.V. Metalurgia, siderurgia e mecânica;

Conforme a Tabela 64, foram alocados para esta prioridade R\$ 115,1 milhões. A atividade de fabricação de peças fundidas de ferro e aço foi a responsável pelo maior volume de recursos dentre as atividades da Indústria Metal mecânica, tendo contratado o R\$ 38,5 milhões²³.

Em relação à indústria siderúrgica, se destaca a produção de ferro gusa que contratou 99,1% do valor financiado²⁴ (Tabela 64).

Tabela 64 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ na Indústria Metal-Mecânica e Siderúrgica – Exercício de 2013

Atividade	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Indústria Metal mecânica	195	98,0	68.379	59,4
Indústria Siderúrgica	4	2,0	46.720	40,6
Total	199	100,0	115.099	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.VI. Extração de minerais metálicos e não metálicos;

De acordo com a Tabela 65, nesta prioridade foi alocado o maior volume de recursos nas atividades relativas à extração de minerais metálicos (91,7%). O bom desempenho dessa atividade deve-se aos investimentos realizados para a extração e britamento de pedras e outros materiais para construção, que contratou R\$ 19,1 milhões²⁵.

²³ Base do Ativo do BNB.

²⁴ Base do Ativo do BNB.

²⁵ Base do Ativo do BNB.

Tabela 65 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor da Indústria Extrativa de Minerais – Exercício de 2013

Atividade	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil		
		%	Valor	%
Extração de Minerais Metálicos	4	10,8	1.935	8,3
Extração de Minerais Não metálicos	33	89,2	21.426	91,7
Total	37	100,0	23.361	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.VII. Setor Pecuário;

Ver item 3.1.1

II.VIII. Agricultura Irrigada;

Ver item 3.1.1

II.IX. Agricultura não irrigada;

Ver item 3.1.1

II.X. Infraestrutura turística voltada para a Copa do Mundo de 2014; e

II.XI Turismo em suas diversas modalidades;

Ver item 3.1.4

II.XI. Produção de alimentos básicos para consumo humano;

Entre as melhorias introduzidas pelo Plano Safra 2008/2009, houve a criação do Pronaf - Mais Alimentos. Essa linha de crédito visa ao financiamento, no âmbito da agricultura familiar, de projetos de investimento para a produção de açafrão, arroz, café, cana-de-açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo e para fruticultura, cultura de palmeiras para produção de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Nessa perspectiva, o Pronaf - Mais Alimentos ainda destina recursos para a modernização da infraestrutura da propriedade rural, com vistas ao aumento da produtividade da agricultura familiar: investimentos em máquinas e equipamentos, procedimentos de correção e recuperação de solos e melhoria genética, entre outros.

Em 2013 foram contratados, com recursos do FNE, aproximadamente R\$ 125,9 milhões nessa linha especial de crédito. A bovinocultura lidera essas aplicações, absorvendo 64,9% do volume total de recursos. Destaca-se ainda, conforme Tabela 66, a cana-de-açúcar, com participação de 8,8%.

Tabela 66 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ Voltados para a Produção de Alimentos Básicos – Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil				
Programa	Produto	Nº de Operações	Valor	%
Pronaf Mais Alimentos	Avicultura	90	2.213	1,8
	Café	134	5.139	4,1
	Bovinicultura	2.226	81.774	64,9
	Pesca	160	2.704	2,1
	Caprinocultura	37	1.458	1,2
	Fruticultura	272	7.971	6,3
	Cana-de-açúcar	581	11.048	8,8
	Grãos	29	2.466	2,0
	Olericultura	49	2.863	2,3
	Ovinocultura	57	1.551	1,2
	Piscicultura	36	1.011	0,8
	Raízes e Tubérculos	51	2.058	1,6
	Suinocultura	38	688	0,5
	Outros	95	2.970	2,4
Total		3.855	125.914	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.XI. Indústria de calçados e artefatos, mobiliários, confecções, inclusive artigos de vestuários;

No exercício de 2013, o BNB financiou, através do FNE, 980 operações relacionadas às indústrias de calçados, de mobiliários e de vestuário e acessórios, totalizando R\$ 157,2 milhões.

Importante destacar que nessa prioridade 71,5%²⁶ dos recursos foram destinados a empresas instaladas na Região Semiárida, evidenciando a importância dessas atividades para o desenvolvimento dos municípios localizados nesse espaço sub-regional (Tabela 67).

²⁶ Base do Ativo do BNB.

Tabela 67 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ nas Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Exercício de 2013

Atividade	Produto	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil			
			%	Valor	%	
Indústria de Calçados		56	5,7	78.327	49,8	
	Fab.Calçados de Couro	17	1,7	2.298	1,5	
	Fab.Calçados de Plástico	10	1,0	63.103	40,1	
	Fab.Calçados de Tecidos, Fibras, Madeira ou Borracha	17	1,7	10.949	7,0	
	Fab.Tênis, de Qualquer Material	2	0,2	285	0,2	
	Fabricação de Partes para Calçados, de Qualquer Material	10	1,0	1.691	1,1	
Indústria de Mobiliário		218	22,2	45.969	29,2	
	Fab.Armários Embutidos de Madeira	5	0,5	164	0,1	
	Fab.Artefatos de Bambu, Vime, Junco ou Palha Trancada	1	0,1	180	0,1	
	Fab.Colchões	5	0,5	1.414	0,9	
	Fab.Móveis com Predominância de Metal	22	2,2	17.909	11,4	
	Fab.Moveis Estofados	12	1,2	1.592	1,0	
	Fab. de Móveis com Predominância de Madeira	159	16,2	24.143	15,4	
	Serrarias com Desdobramento de Madeira	6	0,6	257	0,2	
	Serviços de Montagem de Móveis de Qualquer Material	8	0,8	311	0,2	
Indústria de Vestuário e Acessórios		706	72,0	32.874	20,9	
	Confecções de Peças de Vestuário, exceto Roupas Íntimas e as Confecções sob medida	218	22,2	12.731	8,1	
	Confecção de Roupas Íntimas	34	3,5	1.893	1,2	
	Estamparia e Texturização em Fios, Tecidos, Artefatos Têxteis.	2	0,2	34	0,0	
	Estamparia, texturização, Fios, Tecidos, Artefatos Têxteis e Peças do Vestuário	1	0,1	185	0,1	
	Fab. Art. do Vestuário	367	37,4	12.822	8,2	
	Fab. Acessórios do Vestuário	56	5,7	3.550	2,3	
	Fab.Bijuteria	2	0,2	601	0,4	
	Fab.Tecidos e Artigos de Malha	7	0,7	281	0,2	
	Fab. de Acessórios do Vestuário, exceto para Segurança e Proteção	12	1,2	621	0,4	
	Fab.Aviamentos p/Costura	6	0,6	137	0,1	
	Fab. de Peças do Vestuário, exceto Roupas Íntimas	1	0,1	19	0,0	
Total		980	100,0	157.170	100,0	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III. Apoio aos setores exportadores regionais;

No segmento relacionado às exportações regionais, de acordo com a Tabela 68, foram contratados aproximadamente R\$ 16,0 milhões. As contratações no Setor Comércio e Serviços foram realizadas exclusivamente

na atividade Comércio Atacadista (R\$ 5,6 milhões²⁷). No Setor Industrial, as atividades de Indústria de Produtos Alimentícios e de Processamento e Beneficiamento de Castanha de Caju foram as principais responsáveis pelas contratações, com participação de 47,2% e 45,1%, respectivamente²⁸.

Tabela 68 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor de Exportação – Exercício de 2013

Setores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Industrial	6	50,0	10.365	64,7
Comércio e Serviços	6	50,0	5.646	35,3
Total	12	100,0	16.011	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

IV. Instalação de uma base produtiva contemplando setores/atividades portadoras de futuro;

IV.I. Projetos integrados e/ou vinculados às opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP;

Dentro dessa prioridade foram identificados os projetos relacionados às atividades de Informática e da Indústria de Produtos Farmacêuticos. Nesse sentido, o Banco do Nordeste contratou aproximadamente R\$ 4,4 milhões dentro das opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), conforme demonstrado na Tabela 69.

Tabela 69 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Segmento de Informática e Medicamentos – Exercício de 2013

Segmento	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Indústria de Produtos Farmacêuticos	9	16,7	1.866	42,7
Informática	45	83,3	2.500	57,3
Total	54	100,0	4.366	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

²⁷ Base do Ativo.

²⁸ Base do Ativo.

3.6 – O FNE no Contexto da PNDR

I. *Projetos localizados no Semiárido*

Ver item 3.3.2

II. *Projetos localizados nas sub-regiões prioritárias da PNDR.*

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) tem como objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta Política se propõe: i) a dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura, crédito e tecnologia para o aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) a promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; iii) a fortalecer as organizações socioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; e iv) a estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do País (BRASIL, 2010).

A PNDR adotou uma metodologia na intenção de qualificar, por tipologia, as sub-regiões objetos de sua política, utilizando as seguintes variáveis:

- a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios e pensões); e
- b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

Assim, foram definidos quatro tipos de sub-regiões, a saber: 1 - Sub-regiões de Alta Renda; 2 - Sub-regiões Dinâmicas; 3 - Sub-regiões Estagnadas; e 4 - Sub-regiões de Baixa Renda, sendo consideradas como áreas prioritárias as microrregiões pertencentes às sub-regiões 2, 3 e 4.

O BNB vem priorizando a distribuição de recursos nas sub-regiões prioritárias da PNDR. Dessa forma, nessa prioridade, foram aplicados no exercício de 2013, 80,6% dos recursos contratados pelo Fundo (Tabela 46).

Os municípios enquadrados na tipologia *Dinâmica* foram responsáveis pelo maior número de operações (35,9%), vindo logo em seguida as tipologias *Estagnada* (32,7%) e *Baixa Renda* (30,1%) (Tabela 46).

Quanto ao volume de recursos contratados, a tipologia *Estagnado de Média Renda* ficou com a maior participação (37,6%). Esse aspecto é bastante positivo ao considerarmos que os investimentos realizados em maior volume nos municípios estagnados, contribuirão para o processo de dinamização dessas economias (Tabela 46).

A Figura 1 mostra a distribuição dos municípios conforme as tipologias. Como pode ser observado, entre os municípios considerados de alta renda estão Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador, bem como os municípios localizados no entorno dessas cidades. Dessa forma, pode-se constatar que o FNE tem contribuído para o desempenho econômico dos demais municípios da Região, onde foram contratados R\$ 10,3 bilhões em 549,668 operações (98,7%), contribuindo assim para o desenvolvimento das atividades produtivas nos municípios prioritários da PNDR, localizados na área de atuação do FNE (Tabela 46).

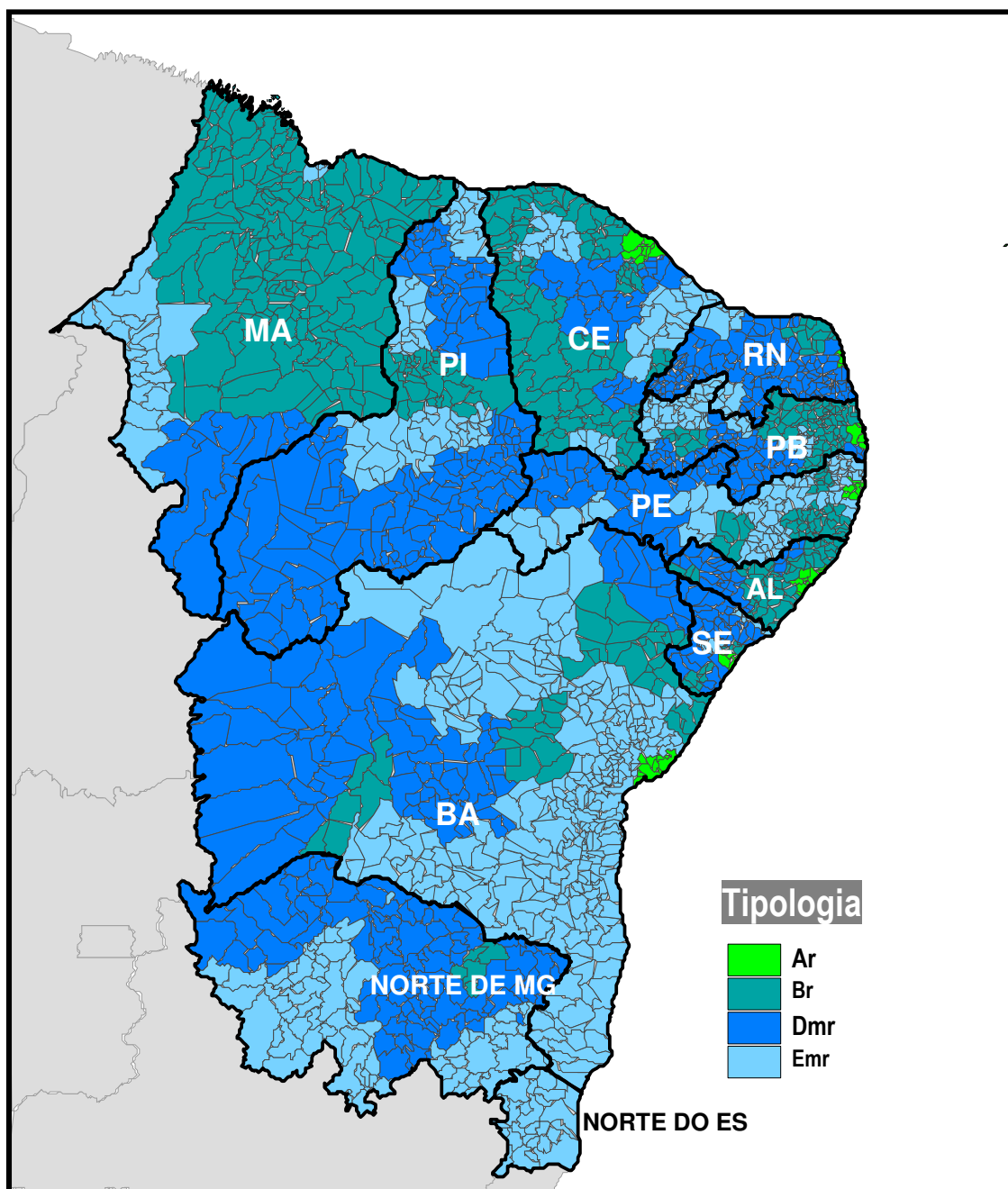


Figura 1 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do FNE

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda.
 Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

II.I Contratações por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias)

De acordo com a Tabela 70, verifica-se que os empreendimentos de porte mini/micro, pequeno e pequeno-médio, foram responsáveis dentro das áreas prioritárias, por 57,9% do volume contratado, evidenciando a preocupação do BNB em atender, principalmente, os empreendedores de menor porte.

Tabela 70 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2013

Tipologia	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Baixa Renda	164.129	1.035.980	3.087	365.365	188	120.401	117	53.280	35	280.799	167.556	1.855.825
Dinâmico de Média Renda	195.376	1.177.300	3.982	527.624	541	521.024	243	488.892	38	903.895	200.180	3.618.735
Estagnado de Média Renda	174.786	1.089.236	6.076	851.892	632	254.650	371	363.820	67	2.229.488	181.932	4.789.086
Total	534.291	3.302.516	13.145	1.744.881	1.361	896.075	731	905.992	140	3.414.182	549.668	10.263.646

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.II Contratações por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias)

Como pode ser observado na Tabela 71, o Setor Rural foi responsável por 96,4% das operações realizadas nas áreas prioritárias, sendo também responsável pelo maior volume de recursos contratados (51,6%). O desempenho, desse setor é reflexo da estrutura produtiva dos municípios localizados nas regiões prioritárias, onde, em geral, predominam as atividades relacionadas ao setor agropecuário. Em seguida, aparece o Setor Comércio e Serviços, que efetivou 17.183 operações, contratando 20,4% do volume de recursos. Destaque para os municípios classificados como Estagnados de Média Renda, que contrataram aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, o que corresponde a 61,9% dos recursos desse Setor, dentro das áreas prioritárias.

Tabela 71 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2013

Tipologia	Valores em R\$ Mil													
	Rural		Agroindústria		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Baixa Renda	163.199	1.316.334	32	8.665	288	130.318	61	32.237	-	-	3.976	368.271	167.556	1.855.825
Dinâmico de Média Renda	194.169	2.635.547	60	38.556	600	489.401	64	26.779	-	-	5.287	428.452	200.180	3.618.735
Estagnado de Média Renda	172.563	1.341.307	84	45.631	1.240	1.780.834	124	250.873	1	76.791	7.920	1.293.650	181.932	4.789.086
Total	529.931	5.293.188	176	92.852	2.128	2.400.553	249	309.889	1	76.791	17.183	2.090.373	549.668	10.263.646

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.III - Contratações por Tipo de Município por Estado (Áreas Prioritárias)

No âmbito estadual, levando-se em consideração as operações realizadas nas tipologias baixa renda, média renda estagnado e média renda dinâmico, verifica-se com base na Tabela 72, que o estado da Bahia aparece com o maior número de contratos firmados (113.418), seguido do Ceará e de Pernambuco com 76.433 e 65.188 operações efetuadas, respectivamente

Tabela 72 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2013

Estados	Tipologia	Quant.	Valores em R\$ Mil
			Valor
AL	BR	16.195	280.797
	DMR	14.290	82.853
BA	BR	17.853	136.355
	DMR	24.987	952.955
	EMR	70.578	1.400.525
CE	BR	44.745	383.946
	DMR	15.625	259.616
	EMR	16.063	452.917
ES	EMR	837	289.330
MA	BR	44.509	702.075
	DMR	2.821	229.461
	EMR	6.008	480.763
MG	BR	913	6.584
	DMR	33.520	322.788
	EMR	17.540	211.824
PB	BR	17.822	129.469
	DMR	10.936	289.434
	EMR	15.994	150.884
PE	BR	11.240	98.761
	DMR	22.365	185.125
	EMR	31.583	966.785
PI	BR	8.596	62.344
	DMR	32.686	666.897
	EMR	14.694	428.135
RN	BR	2.268	21.373

	DMR	26.745	291.567
	EMR	4.639	353.012
SE	BR	3.415	34.121
	DMR	16.205	338.039
	EMR	3.996	54.911
Total	-	549.668	10.263.646

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.IV - Contratações por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias)

Com base nas informações constantes na Tabela 73, dentro da Região Semiárida, os municípios com classificação *Dinâmico de Média Renda* se sobressaem no tocante ao número de contratos firmados com participação de 43,7%. Quanto ao aporte de recursos, os municípios Estagnados de Média Renda aparecem com 48,4% de participação.

Nas demais regiões observa-se o grande número de contratos nos municípios de baixa renda. Esse quadro reflete em muito os contratos firmados no estado do Maranhão, onde foram efetivadas 44.509 operações nessa categoria de renda (Tabela 72). Vale lembrar que muito embora o Maranhão esteja fora da zona semiárida do Nordeste, possui municípios com características socioeconômicas iguais ou inferiores aos municípios mais pobres localizados no semiárido dos demais estados nordestinos.

Tabela 73 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias) – Exercício de 2013.

Valores em R\$ Mil			
Região	Tipologia	Quant.	Valor
Semiárido	BR	83.867	666.631
	DMR	161.275	1.543.676
	EMR	124.165	2.077.261
Outras Regiões	BR	83.689	1.189.194
	DMR	38.905	2.075.059
	EMR	57.767	2.711.825
Total	-	549.668	10.263.646

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III. Projetos localizados nas mesorregiões diferenciadas do Ministério da Integração Nacional

Constam na Tabela 74 os projetos financiados nas mesorregiões diferenciadas da PNDR. Neste contexto, constata-se que as atividades produtivas localizadas nas mesorregiões da área de atuação do FNE, contrataram aproximadamente R\$ 2,2 bilhões distribuídos em 126.521 operações. A Figura 2 apresenta a localização das mesorregiões prioritárias da PNDR.

Destaca-se aí a mesorregião da Chapada das Mangabeiras que contratou R\$ 684,2 milhões, respondendo por 30,4% do valor total contratado nas mesorregiões.

Essa expressiva participação reflete em muito o financiamento das atividades agrícolas, principalmente o cultivo da soja, uma vez que nessa mesorregião estão localizados os municípios de Tasso Fragoso e Sambaíba, que despontam entre os maiores produtores de soja do estado maranhense; e os municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Santa Filomena, principais produtores sojícolas do Piauí. Vale ressaltar que alguns desses municípios, a exemplo de Tasso Fragoso, Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro, também aparecem como principais produtores de algodão, sendo esta uma das principais atividades, em termos de recursos alocados, financiadas pelo FNE (BNB, 2012).

As mesorregiões de Chapada do Araripe e de Xingó destacam-se tanto no número de operações quanto nos valores contratados. Juntas, elas realizaram 78.744 operações e contrataram R\$ 756,7 milhões. No caso dessas mesorregiões, o expressivo número de contratos está relacionado à estrutura produtiva do sertão nordestino, onde as atividades relacionadas ao meio rural são desenvolvidas, principalmente nas pequenas propriedades, com destaque para a bovinocultura, a ovinocaprinocultura, a avicultura, dentre outras (Tabela 74).

Tabela 74 – FNE – Projetos Contratados¹ nas Mesorregiões – Exercício de 2013

Mesorregiões	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Águas Emendadas	2.278	1,8	32.538	1,4
Bico Papagaio	4.172	3,3	160.297	7,1
Chapada das Mangabeiras	9.095	7,2	684.158	30,4
Chapada do Araripe	39.549	31,3	429.032	19,1
Seridó	13.545	10,7	126.061	5,6
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	18.687	14,8	489.239	21,8
Xingó	39.195	31,0	327.681	14,6
Total	126.521	100,0	2.249.006	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

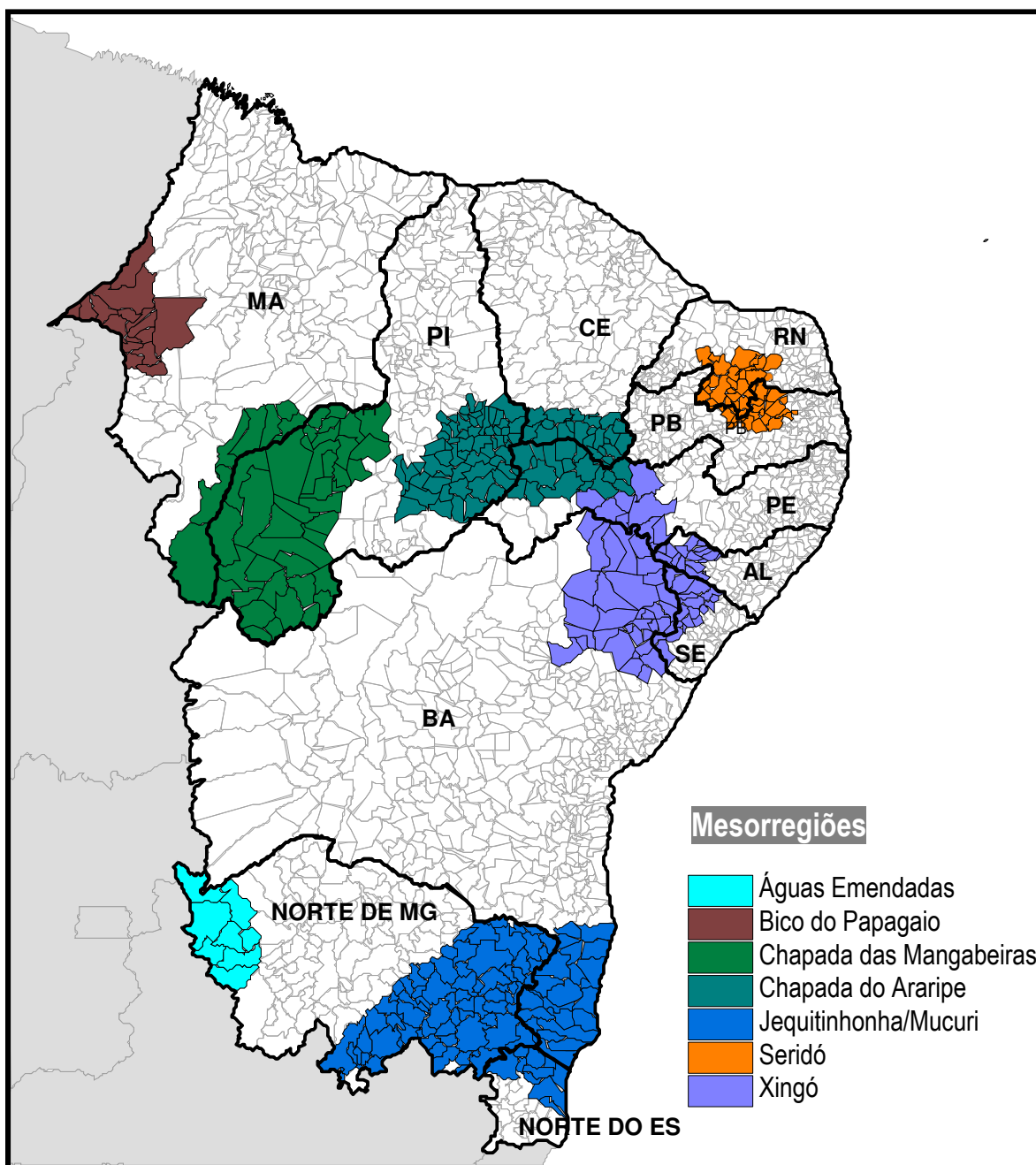


Figura 2 – Mesorregiões na Área de Atuação do FNE

Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

III. I Contratações em Mesorregiões por Porte

Conforme a Tabela 75 verifica-se que 65,3% dos recursos contratados foram destinados aos estabelecimentos classificados como mini/micro, pequeno e pequeno/médio portes, evidenciando a importância dos mesmos na dinamização da economia local, bem como o papel do BNB, em particular do FNE, em apoiar esses empreendimentos.

Tabela 75 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Porte – Exercício de 2013

Mesorregiões	Valores em R\$ Mil											
	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Águas Emendadas	2.241	13.560	31	12.121	6	6.857	-	-	-	-	2.278	32.538
Bico Papagaio	3.899	34.479	230	54.461	28	39.921	14	29.401	1	2.035	4.172	160.297
Chapada das Mangabeiras	8.720	56.718	265	60.400	78	161.304	19	115.687	13	290.049	9.095	684.158
Chapada do Araripe	38.595	237.372	861	92.785	66	19.009	24	17.728	3	62.138	39.549	429.032
Seridó	13.093	80.175	420	36.692	19	6.204	13	2.990	-	-	13.545	126.061
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	18.078	110.829	543	115.019	38	15.687	23	37.494	5	210.210	18.687	489.239
Xingó	38.641	251.130	512	60.903	21	3.484	20	8.355	1	3.809	39.195	327.681
Total	123.267	784.263	2.862	432.381	256	252.466	113	211.655	23	568.241	126.521	2.249.006

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III. II Contratações em Mesorregiões por Estado

Analisando-se as contratações do FNE nas Mesorregiões, por estados da federação, é importante destacar que a delimitação dessas mesorregiões considera características socioeconômicas comuns entre municípios, o que permite que esses territórios compreendam municípios pertencentes a mais de um estado.

Nesse sentido, com base nas informações das tabelas 75 e 76, verifica-se que o estado do Piauí foi responsável por 28,6% das contratações realizadas nas mesorregiões, compreendendo 78,3% do valor contratado na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras e 25,0% das contratações direcionadas à Mesorregião da Chapada do Araripe. Essas mesorregiões ocupam, respectivamente, a primeira e a terceira posições em relação ao volume de financiado nessa prioridade (30,4% e 19,1%).

O estado do Maranhão, responsável por 15,4% dos recursos alocados às mesorregiões, participou com 21,7% das contratações da Chapada das Mangabeiras e 100,0% dos financiamentos da Mesorregião do Bico do Papagaio. Destaca-se, ainda, o estado da Bahia que foi responsável por 11,5% dos valores financiados nas mesorregiões, 30,9% dos recursos da mesorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, a terceira maior em volume de recursos contratados, e 32,8% das contratações na Mesorregião de Xingó.

Tabela 76 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Estado – Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil			
Estados	Mesorregião	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Alagoas	Xingó	8.996	54.378
Bahia	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	5.132	150.963
	Xingó	14.570	107.530
Ceará	Chapada do Araripe	11.347	211.765
Espírito Santo	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	320	236.915
Maranhão	Chapada das Mangabeiras	575	148.361
	Bico do Papagaio	4.172	160.297
Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	13.235	101.361
	Águas Emendadas	2.278	32.538
Paraíba	Seridó	4.294	24.967
Pernambuco	Chapada do Araripe	12.934	110.142
	Xingó	5.432	41.998
Piauí	Chapada das Mangabeiras	8.520	535.797
	Chapada do Araripe	15.268	107.125
Rio Grande do Norte	Seridó	9.251	101.094
Sergipe	Xingó	10.197	123.775
Total		126.521	2.249.006

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III.III Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões

Com base na Tabela 77, constata-se que as áreas das mesorregiões pertencentes ao semiárido realizaram 81,2% das operações e contrataram 46,6% dos recursos. As mesorregiões Chapada do Araripe, Xingó e Seridó influenciaram sobremaneira esse resultado, tendo em vista que estão totalmente localizadas no semiárido nordestino.

Tabela 77 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício de 2013

		Valores em R\$ Mil	
Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárido		102.729	1.049.069
	Chapada das Mangabeiras	4.280	117.084
	Chapada do Araripe	39.549	429.032
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	6.160	49.211
	Xingó	39.195	327.681
	Seridó	13.545	126.061
Outras Regiões		23.792	1.199.937
	Chapada das Mangabeiras	4.815	567.074
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	12.527	440.028
	Bico Papagaio	4.172	160.297
	Águas Emendadas	2.278	32.538
Total		126.521	2.249.006

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

III.IV Contratações em Mesorregiões por Setor

Com base na Tabela 78, constata-se que o Setor Rural foi responsável por R\$ 1,5 bilhão (68,7%), contratados em 122.706 operações (97,0%), evidenciando a importância desse setor para o dinamismo econômico desses espaços subnacionais.

O Setor Comércio e Serviços aparece em seguida, tendo efetivado 3.257 financiamentos, que resultaram em R\$ 324,2 milhões contratados. Esse resultado teve forte influência da mesorregião Chapada do Araripe que contratou aproximadamente R\$ 114,0 milhões em 1.097 operações.

Tabela 78 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Mesorregiões por Setor – Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Setor/ Mesorregião	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha /Mucuri		Xingó		Serido		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Rural	8.830	659.049	38.245	221.367	18.033	203.761	38.511	267.583	12.859	69.882	3.965	92.613	2.263	30.332	122.706	1.544.587
Agroindustrial	7	1.940	9	1.086	5	11.764	2	180	7	1.844	-	-	-	-	30	16.814
Industrial	17	1.992	188	90.503	64	215.959	52	6.428	149	18.379	9	4.233	1	19	480	337.513
Turismo	3	679	10	2.103	16	7.480	4	1.402	10	752	4	12.758	1	687	48	25.861
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e Serviços	238	20.498	1.097	113.973	569	50.275	626	52.088	520	35.204	194	50.693	13	1.500	3.257	324.231
Total	9.095	684.158	39.549	429.032	18.687	489.239	39.195	327.681	13.545	126.061	4.172	160.297	2.278	32.538	126.521	2.249.006

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

IV. *Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES de Petrolina - Juazeiro e Grande Teresina - Timon*

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são áreas consideradas prioritárias pelo Decreto Nº 6.047/2007, que instituiu a PNDR. Dentro dessa prioridade, conforme tabelas 79 e 80, foram contratados na RIDE Petrolina-Juazeiro, aproximadamente, R\$ 155,1 milhões, em 7.679 operações. Destaque para o Setor Rural, que contratou R\$ 105,2 milhões, sendo que 30,0% desses recursos foram destinados à ovinocaprinocultura e 66,1% foram direcionados à atividade de fruticultura²⁹. A região pertencente a essa RIDE é reconhecidamente propícia ao desenvolvimento dessas atividades. Assim, percebe-se que o FNE, por meio do financiamento às atividades relacionadas às respectivas cadeias produtivas, pode contribuir para o desenvolvimento desse espaço prioritário.

Tabela 79 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Município – Exercício de 2013

Municípios	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Casa Nova	1.170	17.594	11,3
Curaçá	216	1.796	1,2
Juazeiro	1.736	39.807	25,7
Lagoa Grande	793	6.551	4,2
Orocó	392	1.736	1,1
Petrolina	2.089	73.093	47,1
Santa Maria da Boa Vista	1.088	12.794	8,2
Sobradinho	195	1.729	1,1
Total	7.679	155.100	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em seguida, temos o setor Comércio e Serviços que contratou aproximadamente R\$ 39,1 milhões nessa RIDE. Nesse setor as atividades relacionadas ao comércio varejista foram responsáveis por 51,9% dos recursos³⁰.

²⁹ Base do Ativo do BNB.

Tabela 80 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Setor – Exercício de 2013

Setor	Nº Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Rural	7.276	105.201	67,8
Agroindustrial	1	3.950	2,5
Industrial	35	4.369	2,8
Turismo	10	2.468	1,6
Comércio e Serviços	357	39.112	25,2
Total	7.679	155.100	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na RIDE Grande Teresina - Timon, de acordo com as tabelas 81 e 82, foram realizadas 4.407 operações, das quais 88,1% foram destinadas ao Setor Rural, com destaque para as atividades de ovinocaprinocultura, suinocultura e avicultura que representam 83,3% do número de contratos³¹.

Tabela 81 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon – Por Município – Exercício de 2013

Município	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Altos	955	13.403	4,1
Beneditinos	308	2.240	0,7
Coivaras	101	395	0,1
Currálinhos	70	617	0,2
Demerval Lobão	166	1.158	0,4
José de Freitas	454	2.220	0,7
Lagoa Alegre	86	324	0,1
Lagoa do Piauí	30	83	0,0
Miguel Leão	60	579	0,2
Monsenhor Gil	127	825	0,3
Nazária	84	316	0,1
Pau D'Arco do Piauí	300	1.360	0,4
Teresina	931	292.165	90,3
Timon	554	4.697	1,5
União	181	3.090	1,0
Total	4.407	323.472	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação ao volume de recursos aplicados, merece destaque o Setor Comércio e Serviços, onde foram contratados 74,5% dos recursos (Tabela 82).

³¹ Base do Ativo do BNB.

Tabela 82 – FNE – Contratações⁽¹⁾ na RIDE Grande Teresina - Timon -- Por Setor – Exercício de 2013

Setor	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Rural	3.883	24.901	7,7
Agroindustrial	8	2.405	0,7
Industrial	98	39.282	12,1
Turismo	8	15.974	4,9
Comércio e Serviços	410	240.909	74,5
Total	4.407	323.471	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

4 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

4.1 – Inadimplimento das Operações

A inadimplência das operações no âmbito do FNE registrada durante o ano de 2013 foi de 3,3%, apresentando redução em relação ao exercício de 2012, que foi de 3,5% (Tabela 83).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às aplicações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (20,9%) que apresentaram elevação em relação a 2012, cujo índice foi de 20,1%. Quanto aos demais índices de inadimplência, observou-se também pequena elevação em relação ao mesmo período para as categorias de Pequeno, Pequeno-Médio e Médio portes, que passaram de 4,4%, 0,7% e 3,2% para 4,7%, 1,4% e 3,3%, respectivamente. Os segmentos Mini/Micro e Grande tiveram redução, passando de 7,0% e 1,5% para 6,3% e 1,4%, respectivamente.

Tabela 83 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2013

Valores em R\$ Mil

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽²⁾	Saldo em Atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁵⁾
Cooperativas/Associações	258.005	0,6	53.911	0,1	20,9
Micro e Mini	9.001.692	22,2	566.411	1,4	6,3
Pequeno	5.483.691	13,5	255.918	0,6	4,7
Pequeno-Médio	1.386.537	3,4	19.028	0,1	1,4
Médio	6.430.586	15,9	211.129	0,5	3,3
Grande	18.034.536	44,4	249.325	0,6	1,4
Total	40.595.047	100,0	1.355.722	3,3	3,3

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

O contínuo trabalho desenvolvido pelo BNB em aprimorar seus mecanismos de controle, acompanhamento e cobrança das operações de crédito, frente a fatores adversos de âmbito externo, colaborou para a redução dos índices de inadimplência.

Os setores Financiamento à Exportação e Rural foram os que apresentaram os maiores índices de inadimplência, com registros de 6,6% e 5,7%, respectivamente. Não se evidenciou inadimplência no Setor de Infraestrutura, enquanto os setores Agroindustrial e Comércio e Serviços expressaram elevação em relação ao ano de 2012 (Tabela 84).

Tabela 84 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Setor⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2013

Setor	Valores em R\$ Mil				
	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽²⁾	Saldo em Atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁵⁾
Rural	16.419.740	40,4	933.204	2,3	5,7
Agroindustrial	1.147.814	2,8	42.015	0,1	3,7
Industrial/Turismo	9.518.047	23,4	137.194	0,3	1,4
Infraestrutura	5.967.689	14,7	-	-	-
Comércio e Serviços	7.484.418	18,4	239.532	0,6	3,2
Financ. à Exportação	57.339	0,1	3.777	-	6,6
Total	40.595.047	100,0	1.355.722	3,3	3,3

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Considerando-se os saldos em atraso por setor, observa-se que todos os setores apresentaram índices de inadimplência com variações irrelevantes em relação ao total das aplicações, em comparação ao exercício de 2012.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se a diminuição do índice de inadimplência tanto para as operações formalizadas até 30.11.1998, quanto para as contraídas após essa data (Tabela 85).

Tabela 85 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação ⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2013

Data Contratação	Valores em R\$ Mil				
	Saldo Aplicações	(%) ⁽²⁾	Saldo em Atraso ⁽³⁾	Inadimplência (%) ⁽⁴⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁵⁾
Até 30.11.1998 ⁽⁶⁾	6.472.603	15,9	401.258	1,0	6,2
Após 30.11.1998 ⁽⁷⁾	34.122.444	84,1	954.464	2,4	2,8
Total	40.595.047	100,0	1.355.722	3,3	3,3

Fontes: BNB – Ambiente de Controle das Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento. (6) Refere-se a operações contratadas originalmente com recursos do FNE. (7) Abrange as operações contratadas originalmente com recursos do FNE e aquelas convertidas, adquiridas ou reclassificadas para o FNE, com base nas Leis 10.464, 10.696, 11.322, 11.775 etc.

4.2 – Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste regularizou 69.334 operações de crédito em 2013 no âmbito do FNE, totalizando uma regularização de dívidas no montante de R\$ 444,2 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie na ordem de aproximadamente R\$ 18,5 milhões, ou seja, 4,2% do total regularizado (Tabela 86).

Tabela 86 – FNE – Recuperação de Dívidas⁽¹⁾ – Exercício 2013

Valores em R\$ Mil				
Estado	Quantidade	Valor em Espécie	Valor Renegociado	Total Recuperado
Alagoas	3.091	1.435	41.355	42.790
Bahia	10.990	4.266	71.137	75.403
Ceará	17.070	1.439	58.998	60.436
Espírito Santo	29	6	1.884	1.890
Maranhão	5.420	3.169	33.665	36.834
Minas Gerais	2.667	298	21.874	22.172
Paraíba	7.884	514	14.612	15.125
Pernambuco	7.302	1.961	48.406	50.367
Piauí	5.239	3.224	73.382	76.606
Rio Grande do Norte	6.527	1.137	22.433	23.570
Sergipe	3.115	1.067	37.917	38.984
Total	69.334	18.515	425.660	444.175

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais, excluindo os bônus e dispensas.

Nos últimos anos, o Banco vem aperfeiçoando e desenvolvendo diversas ações com o propósito de reduzir a inadimplência, através de trabalhos exclusivos para recuperação dos créditos em situação irregular, com ênfase nos valores mais expressivos, a saber:

- ⇒ divulgação em mídia externa e visitas periódicas aos parceiros institucionais para difusão dos benefícios e utilização dos Instrumentos Legais de renegociação de dívidas (Leis nºs 12.249/2010, 12.716/2012, 12.844/2013 e Resoluções do CMN nºs 4.188, 4.189, 4.211, 4.212, 4.250 e 4.251 para as dívidas atingidas pelos efeitos da estiagem);
- ⇒ automatização dos recálculos das operações por CDI e/ou por encargos normais, judiciais e de inadimplemento;
- ⇒ revisão do fluxo de avaliação de bens dos clientes ;

- ⇒ maior participação da área jurídica, implicando rapidez no desfecho das Ações Judiciais;
- ⇒ desenvolvimento de Sistema para a automatização do gerenciamento das operações e clientes a serem encaminhados para cobrança extrajudicial terceirizada, bem como a avaliação de desempenho das empresas credenciadas;
- ⇒ conclusão da habilitação e credenciamento de empresas no processo de cobrança extrajudicial com a divulgação no Diário Oficial da União (DOU), em 16/04/2013, da relação e convocação para a devida celebração do contrato;
- ⇒ implantação de novo fluxo do processo de cobrança judicial, imprimindo maior celeridade ao processo de instrução e emissão de Autorizações de Cobrança Judicial (ACJ);
- ⇒ otimização das formas de acompanhamento gerencial do processo de encaminhamento de operações para cobrança judicial, incluindo ferramentas de mensuração, registro do tempo consumido nos diversos procedimentos, controle de prazos e relatórios gerenciais;
- ⇒ definição de Instrumentos Internos com condições diferenciadas de recuperação de crédito, notadamente das dívidas antigas e não rurais;
- ⇒ maior efetividade na administração de fundos de avais, visando à cobertura tempestiva da garantia pelo respectivo Fundo;
- ⇒ simplificação das normas internas.

4.3 – Operações Renegociadas com Base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

Conforme preconiza o artigo 15-D, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, regulamentado pela Resolução do CONDEL nº 55/2012, de 13/07/2012 apresentam-se os valores das operações com recursos do FNE renegociadas sob a metodologia de liquidação com base no valor presente do patrimônio de propriedade dos mutuários e coobrigados, durante 2013, em conformidade com as práticas e regulamentações do BNB (Tabela 87).

As operações estavam sendo cobradas judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores em atraso e foram liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e dos respectivos garantidores.

Tabela 87 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 55/2012 do CONDEL – Posição 31.12.2013

Valores em R\$ Mil		
Quantidade	Valor Saldo pelos Encargos Normais	Valor Recebido
44	10.887	6.754

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito.

4.4 - Operações Liquidadas/Renegociadas com Base nas Medidas Emergenciais de Regularização de Dívidas, com Base nas Resoluções CMN nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, art 8º e 9º da Lei 12.844/2013.

As medidas emergenciais de regularização de dívidas rurais representadas pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional de nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, assim como com respaldo nos Arts. 8º e 9º da Lei 12.844/2013 permitiram a regularização de 125.182 operações, envolvendo recursos na ordem de R\$ 1.551,7 milhões (Tabela 88).

No caso específico do art. 8º da mencionada Lei, é garantida aos produtores rurais a liquidação das operações contratadas até 31/12/2006 com rebate de até 85% sobre o saldo devedor atualizado pelos encargos para a situação de normalidade, o qual é definido de acordo com o valor originalmente contratado, desde que efetivada até 31/12/2014.

De modo geral, tais instrumentos se constituem importantes mecanismos de recuperação de crédito, em particular dos valores inadimplidos, pelo que se reforça continuamente o apelo às Unidades operadoras para envidar todos os esforços com vistas ao enquadramento do maior número possível de operações, refletindo diretamente na geração de resultados para o Banco no decorrer de 2013.

Tabela 88 – FNE – Regularizações de Operações com Base nas Resoluções CMN Nº 4.211, 4.212, 4.250, 4.251, Art 8º e 9º da Lei 12844/2013 – Posição 31.12.2013

Valores em R\$ Mil				
Resoluções CMN	Quantidade Operações	Quantidade Clientes	Valor Clientes	Total Regularizado
ART. 8º da LEI Nº 12.844	57.275	45.016	80.917	403.168
ART. 9º da LEI Nº 12.844	2.175	1.653	25.994	26.406
Res.4.250-Pronaf	23.952	21.126	5	63.249
Res.4.251-Não Pronaf	246	177	2	21.763
Res.4.211-Não Pronaf	10.206	4.444	794	918.949
Resolução 4.212 - Pronaf	31.328	4.345	651	118.220
Total	125.182	76.761	108.362	1.551.754

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito.

5 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações:

Fase de desembolso

- Vistoria por amostragem nos clientes com saldo devedor (mais valor a desembolsar) até R\$ 170.000,00, incluídas as operações no âmbito do Pronaf Grupo A e as operações no âmbito do Pronaf Grupo B, observando-se as seguintes faixas de valor e percentuais:
 - de até R\$ 20.000,00(vinte mil reais); 5% de todas as operações rurais e não-rurais;
 - superiores a R\$ 20.000,00(vinte mil reais) até R\$ 100.000,00 (cem mil reais); 10% de todas as operações rurais e não-rurais;
 - superior a R\$ 100.000,00(cem mil reais) até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais); 15% (quinze por cento) de todas as operações rurais e não-rurais;
- Vistoria de **100%** das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R\$ 170.000,00.

Fase pós-implantação

- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos **5%** dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R\$ 200.000,00.
- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R\$ 200.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

5.1 – Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Ano de 2013

O Banco do Nordeste realizou 18.917 atividades de campo em operações do FNE no ano de 2013, envolvendo vistorias, pareceres técnicos, diagnósticos e avaliações de bens, dentre outros itens (exceto Agroamigo).

Excluindo-se as operações no âmbito do Programa Agroamigo, a situação dos empreendimentos foi considerada como: ótimo, bom e regular para 85%, e ruim ou péssimo para 15% das vistorias realizadas no ano 2013. (Gráfico 18).

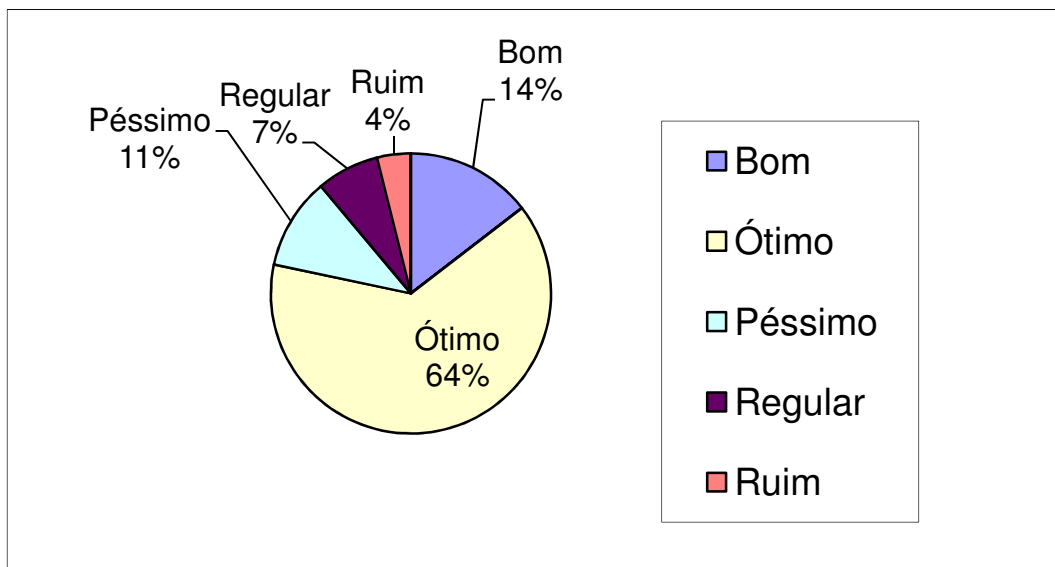


Gráfico 18 – Situação dos Empreendimentos Vistoriados pelo FNE ano 2013

5.2 – Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no ano de 2013 cujos empreendimentos estão considerados na situação de ótimo, bom e regular (85%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto.
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas.
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente.
- O planejamento técnico do projeto foi adequado.
- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais.
- Não houve ocorrência de fatores adversos.
- O empreendimento é competitivo.

- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto.
- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória.
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado.
- As exigências ambientais do projeto foram atendidas.
- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidas à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema, ou ainda medidas drásticas, tais como a execução judicial da operação.

6 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

6.1 - Síntese dos Indicadores Utilizados na Avaliação de Resultados e Impactos do FNE – Exercício 2013

6.1.1 Indicadores de Eficácia

Área Responsável pelos dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Algoritmo referente a cada indicador, calculado com os dados constantes na base do ativo operacional do Banco.

Indicador	Descrição do Indicador	2013		Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
		Prog. (%)	Real. (%)	
% financiado na região semiárida	Somatório dos valores das operações contratadas na região semiárida com recursos do FNE, no exercício / valores dos ingressos de recursos do FNE, no exercício	60,0	78,4	Ver item 3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido
% financiado em empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	51,0	51,5	Ver item 3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário
% financiado em empreendimentos de médio e grande portes	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos de grande porte, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	49,0	48,6	
% financiado no Setor Rural	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor rural, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	36,6	41,8	Ver item 3.1 – Contratações Setoriais
% financiado no Setor Agroindustrial	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor agroindustrial, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	1,7	0,8	

% financiado no Setor Industrial	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor industrial, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE.	23,1	22,5	
% financiado no Setor Turismo	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor turismo, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE.	6,9	5,1	
% financiado no Setor de Infraestrutura	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor de infraestrutura, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE.	1,7	0,9	
% financiado no Setor Comércio/Serviços	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do setor de comércio/serviços, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE.	30,0	28,9	

Quadro 1 – Indicadores de Eficácia – FNE 2013

Indicador: % financiado por Estado

Descrição do Indicador: somatório dos valores das operações contratadas por Estado com recursos do FNE / somatório dos valores das operações contratadas com recursos do FNE.

Área Responsável pelos dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Algoritmo referente a cada indicador, calculado com os dados constantes na base do ativo operacional do Banco.

Estado	2013		Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
	Prog. (%)	Real. (%)	
Alagoas	4,7	5,1	Ver item 3.3.1 – Contratações por Estado
Bahia	21,8	23,9	
Ceará	15,3	13,3	
Espírito Santo	2,6	2,3	
Maranhão	9,6	11,1	
Minas Gerais	5,2	4,3	
Paraíba	6,2	6,0	
Pernambuco	14,4	14,3	
Piauí	8,8	9,1	
Rio Grande do Norte	6,9	6,3	
Sergipe	4,6	4,5	
Total	100,0	100,0	

Quadro 2 – Indicadores de Eficácia – Contratação por Estado – FNE 2013

6.1.2 Indicadores de Efetividade

Área Responsável pelos dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Matriz de Insumo-Produto para o Nordeste 2004.

Indicador	Descrição do Indicador	2013	Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
Pagamento de Salários	Acréscimo no pagamento de salários devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda, na Região Nordeste	R\$ 4,6 bilhões	Ver item 6.3.2 – Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no ano 2013
Emprego	Número de empregos formais e informais que serão gerados devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda, na Região Nordeste	1,1 milhão de ocupações	
Geração de Tributos	Acréscimo na arrecadação de impostos devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda, na Região Nordeste	R\$ 3,8 bilhões	
Valor adicionado à economia	Acréscimo à economia da Região Nordeste devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 16,4 bilhões	
Valor bruto da produção	Acréscimo na produção bruta da Região Nordeste devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 28,5 bilhões	

Quadro 3 – Indicadores de Efetividade – FNE 2013

6.1.3 Indicadores de Eficiência Operacional

Área Responsável pelos indicadores: Ambiente de Controladoria

Indicadores de Desempenho	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Retorno s/ PL (1)	0,7%	0,6%	1,1%	1,8%	2,6%	1,6%	1,5%
Margem Financeira (2) s/ PL	7,5%	5,2%	4,9%	4,3%	4,8%	4,4%	3,6%
Inadimplência (3)	5,3%	4,7%	3,6%	3,8%	3,4%	3,6%	3,4%

Notas: (1) Retorno sobre o PL sem considerar os efeitos de desconto em renegociações, rebates e bônus. Taxa anualizada. (2) Margem Financeira = Receitas operações de crédito + Remuneração das disponibilidades - Del credere - Rebates e Bônus. Taxa anualizada. (3) Inadimplência = Saldo de parcelas em atraso a partir de 01 dia / Saldo total de operações de crédito.

Quadro 4 – Indicadores de Eficiência Operacional

6.2 – Avaliação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf)

Os resultados e impactos dos programas operacionalizados pelo BNB são sistematicamente avaliados, o que possibilita o aprimoramento do planejamento e da operacionalização desses programas.

Para isso, o BNB detém a Célula de Avaliação de Políticas e Programas (CAPP), estrutura administrativa do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), que coordena e realiza esses trabalhos de avaliação, tendo desenvolvido uma metodologia própria, cujos aspectos gerais consideram o emprego do modelo quase-experimental ou experimental; e a formação da equipe de avaliadores que pode ser composta exclusivamente por funcionários do Banco (equipe interna) ou por profissionais não funcionários do Banco (equipe externa), e ainda, composta por funcionários e não-funcionários (equipe mista).

Neste item, apresentam-se, a seguir, os principais aspectos da avaliação do Pronaf.

6.2.1 Breve introdução

O Pronaf foi concebido para promover o acesso dos pequenos agricultores familiares ao crédito bancário e, por meio deste, integrar esses produtores ao mercado, melhorar a tecnologia empregada na produção e possibilitar o incremento de sua produtividade, de sua renda e, conseqüentemente, de suas condições de vida.

Na perspectiva dos objetivos do Programa, apresenta-se, a seguir, uma breve síntese dos principais resultados obtidos no âmbito de recente pesquisa avaliativa sobre o Pronaf, realizada pelo BNB/Etene, em parceria com a Datamétrica Consultoria. A base de dados institucional referente aos financiamentos no âmbito do Programa, e utilizada no presente estudo, abrange o período 2000-2011.

6.2.2 Principais aspectos da metodologia

Na avaliação dos resultados e impactos do Pronaf formou-se uma equipe mista, composta por técnicos do Etene e consultores da Datamétrica, consultoria contratada para esse fim, empregando-se o modelo quase-experimental. Foi utilizado o método quantitativo de análise de impacto ex-post com o uso de regressão linear, baseado em dados secundários.

No modelo quase-experimental, a pesquisa considerou duas categorias de produtores familiares, quais sejam: (1) Controle e (2) Tratamento. O ideal teria sido utilizar agricultores familiares beneficiados pelo Programa para constituírem a categoria Tratamento, e agricultores familiares não beneficiados para constituírem a categoria Controle. No entanto, como não existem cadastros com nomes e endereços de agricultores não beneficiários, essa possibilidade teve que ser descartada.

Assim, essa limitação foi superada considerando-se a categoria Controle composta pelos beneficiários mais recentes do Programa, ou seja, aqueles que tivessem um único contrato de crédito com o BNB, assinado há menos de um ano. A categoria Tratamento foi então composta pelos beneficiários com mais de um contrato e mais de um ano de participação no Programa. A hipótese implícita nesse critério é a de que o impacto do crédito concedido aos agricultores da categoria Controle seria ainda não significativo, dado o curto intervalo de tempo decorrido desde a liberação do crédito.

6.2.3 Impactos macroeconômicos do Pronaf sobre o PIB municipal

Um aspecto importante revelado pelo estudo foi o impacto positivo do Pronaf sobre os PIBs dos municípios por ele abrangidos. Com efeito, os números demonstraram que esse impacto existe e que ele não é maior, porque a relação entre os valores do crédito e os valores dos PIBs é pequena.

Os indicadores constantes da Tabela 89 apresentam os impactos macroeconômicos das contratações do Pronaf sobre o PIB municipal, sobre o PIB per capita e sobre o PIB setorial.

A interpretação desses indicadores segue a seguinte lógica: de maneira geral, um aumento de 1% sobre a relação contratações do Pronaf/PIB municipal, defasado no período de um ano, gera um aumento de 0,88% sobre esse PIB municipal (linha 1 da Tabela 89).

Tabela 89 - Indicadores de impactos macroeconômicos

INDICADOR	VALOR
Impacto do montante contratado pelo Pronaf no município sobre o PIB do município, defasado no período de um ano	0,88%
Impacto do montante contratado pelo Pronaf no município sobre o PIB per capita do município, defasado no período de um ano	0,46%
Impacto do montante contratado pelo Pronaf no município sobre o PIB Agrícola do município, defasado no período de um ano	- 1,02%
Impacto do montante contratado pelo Pronaf no município sobre o PIB da Indústria do município, defasado no período de um ano	1,13%
Impacto do montante contratado pelo Pronaf no município sobre o Setor de Serviços do município, defasado no período de um ano	0,88%

Fontes: Base do Ativo do BNB e IBGE.

Obs: Os dados de PIB são de 2000 a 2010, atualizados para dez 2011.

De acordo com o presente estudo:

- ficou evidenciado que um aumento na proporção entre os recursos disponibilizados via crédito e os valores dos PIBs municipais (Valor do crédito do Pronaf/Valor do PIB) está associado a aumentos nas taxas de crescimento dos PIBs municipais da indústria, dos serviços e, por consequência, dos PIBs municipais globais. Trata-se de um caso típico de efeito multiplicador Keynesiano, onde a expansão dos gastos em bens e serviços acelera o crescimento do PIB;
- foi estimado que um aumento de 1% na relação entre o valor do crédito concedido pelo Pronaf e o valor do PIB municipal acarreta, em média, aumentos adicionais de 0,17% no PIB do ano em curso e de 0,88% no PIB do ano subsequente à liberação do crédito;
- foi estimado que um aumento de 1% na relação entre o valor do crédito concedido pelo Pronaf e o valor do PIB acarreta, em média, aumentos adicionais de 1,06% no PIB industrial do ano em curso e de 1,13% no PIB industrial do ano subsequente à liberação do crédito;
- por outro lado, um aumento de 1 ponto percentual na relação Pronaf/PIB está associado a uma taxa de crescimento adicional do PIB do setor de serviços da ordem de 0,63% no ano em curso, e de 0,88% no ano seguinte, com efeito cumulativo da ordem de 1,5%;
- quando se considera apenas a Agricultura, entretanto, os impactos do Programa foram muito pequenos, ou mesmo negativos. Nesse caso, o multiplicador Keynesiano não atua, porque a parcela do crédito gasta pelos pequenos produtores no próprio setor agrícola é praticamente desprezível. Nessa atividade, a aceleração do PIB só

ocorrerá se, por conta do crédito, os produtores resolverem expandir a produção. No caso em tela, ficou evidenciado que não houve essa expansão. As estimativas demonstram que um aumento de 1% na relação entre o valor do crédito concedido pelo Pronaf e o valor do PIB municipal acarretou, em média, uma redução de 0,65% no PIB agrícola do ano em curso e um aumento de 0,77% no PIB do ano subsequente à liberação do crédito.

O impacto sobre o PIB do setor agrícola sugere que a expansão do crédito, por si, não é suficiente para promover mudanças estruturais no modo de produção tradicionalmente utilizado pelos pequenos produtores, pois estas dependem de fatores que devem ser providos pelo poder público, como logística de acesso, de armazenamento, apoio à comercialização da produção e difusão de tecnologias que promovam a convivência com o semiárido.

Esse fenômeno pode ser explicado, em parte, pelo estímulo à pluriatividade, com vistas a reduzir as perdas dos agricultores familiares frente às intempéries climáticas. Vale registrar que 80,2% dos clientes do Pronaf, atendidos pelo BNB, pertencem ao Grupo B e possuem renda familiar anual de até R\$ 10.000,00. Existem ainda outros fatores que podem justificar o baixo desempenho na agricultura: i) dificuldades climáticas e culturais; ii) insuficiência de investimentos nas áreas de capacitação (técnica e de gestão) e de prestação de assistência técnica aos produtores beneficiados pelo Programa; iii) fragilidade da estrutura de gestão.

O clima da maior parte da região coberta pelo Programa caracteriza-se como semiárido e impõe restrições ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária. O êxito de um empreendimento agropecuário nessa área exige, necessariamente, tecnologia e capacidade de gestão, alcançáveis a médio e longo prazo, o que exige a perseverança no aporte do crédito que detém características de política pública.

O nível de escolaridade da população beneficiada pelo Programa, entretanto, é bastante baixo (em média 25,46% dos produtores não sabem ler ou escrever e apenas 18,22% deles têm escolaridade além do ensino fundamental). Por outro lado, do ponto de vista tecnológico, poucos são os produtores que dispõem de equipamentos básicos, como plantadeiras, arados, grades e trituradores.

Essas características requerem apoio governamental importante para possibilitar que esses agricultores vençam as dificuldades que o ambiente físico, climático, geográfico e institucional lhes impõe. É improvável que o crédito, sem a presença de outros instrumentos, seja suficiente para

proporcionar mudanças relevantes na tradicional estrutura produtiva da agricultura familiar.

Em presença de fatores supervenientes, como a seca que atingiu a região, de forma ininterrupta, de 2011 até 2013, a situação se torna ainda mais crítica, na medida em que os técnicos das empresas estaduais de extensão, principais responsáveis pela prestação da assistência técnica e do acompanhamento dos agricultores familiares, são requisitados para a realização de tarefas mais urgentes e prioritárias, como a elaboração de laudos e relatórios referentes às perdas agropecuárias decorrentes dessas catástrofes.

Os Planos Safra da Agricultura Familiar, anualmente definidos pelo MDA, referencial básico de planejamento do Programa, estabelecem as metas anuais, não apenas para o Pronaf, mas também para outros programas a ele associados, como Seguro Agrícola, Garantia Safra, Aquisição de Alimentos, Garantia de Preços Mínimos, entre outros.

Nesse contexto, pode-se concluir que o Programa vem obtendo sucesso na concessão e democratização do crédito aos produtores familiares, ao tempo em que necessita aprimorar a prestação de assistência técnica, capacitação, inovação tecnológica e gestão e controle.

6.3 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Exercício de 2013

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumental de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste e Estados. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB³² nas avaliações do FNE, sendo um dos métodos previstos em sua metodologia (SOUZA, 2010) para mensurar os impactos dessa importante fonte de recursos.

6.3.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva.

³² GUILHOTO, Joaquim José Martins ... [et all]. Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados: Metodologia e Resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A MIP se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da MIP, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do País eles são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como Tabela de Insumo-Produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica, construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados da Região Nordeste, e entre estes e o restante do País. Além de utilizar dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste, é possível se identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do Banco, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, o consumo da administração pública, a formação bruta de capital fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias, decorrente do aumento de horas trabalhadas ou novas contratações, é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada Matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Para a construção da MIP do Nordeste e Estados foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado.

A partir dos coeficientes diretos e da Matriz Inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender à demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um ano, os impactos serão, principalmente, dentro daquele ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores os impactos são residuais.

A MIP, entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados no processo de avaliação das aplicações do FNE. Com a MIP, é possível estimar os impactos das contratações (empréstimos) do FNE, no valor bruto da produção, valor adicionado, na massa salarial, nos

tributos e no número de empregos, nos estados da Região Nordeste, além dos efeitos de transbordamento para outras regiões do País. Quanto aos impactos estimados, vale observar que estes passam a ocorrer a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP, para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor das contratações, dado que, mesmo que ocorram vários desembolsos, eles fecharão com o valor da contratação. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

O volume estimado de empregos é uma variável que requer maior atenção, dada sua conotação social em termos de qualificação do trabalho, formalidade ou informalidade dentro das cadeias produtivas, sendo necessário tecer algumas considerações:

a) o efeito direto é o emprego estimado no setor que deve aumentar sua produção para atender o aumento da demanda final. Como exemplo, temos o caso de uma empresa que para obter o financiamento, necessita atender todos os requisitos legais, incluindo a formalização dos empregados. Assim, a qualidade do emprego gerado deve estar de acordo com o perfil médio de qualificação exigido pelas empresas dentro da atividade, inclusive por causa da concorrência (não seguir o padrão do setor significaria perda de competitividade). As exigências feitas pelo Banco do Nordeste para o fornecimento do crédito também induzem à qualificação exigida pelo setor;

b) o efeito indireto é o emprego estimado em função do aumento das demandas intermediárias nos diversos setores que atenderão a atividade que teve aumentada a demanda final. Nesse caso, a MIP estima o emprego a partir das relações intersetoriais que compõem a matriz de recursos e usos do Nordeste (base para o cálculo da MIP), e não existem possibilidade de se detectar o volume de emprego e sua qualidade em cada elo da cadeia produtiva impactada pelo aumento da demanda final. O que se tem é o total do emprego estimado pelo efeito indireto, que não pode ser aberto por qualificação ou outras características, como formal e informal. Pode-se apenas inferir, considerando o mesmo critério da concorrência entre as empresas de um mesmo setor, que as empresas afetadas indiretamente seguem o padrão do setor para não incorrerem em custos maiores do que os dos concorrentes;

c) o efeito induzido é o emprego estimado decorrente do aumento da renda das famílias que tiveram incremento em horas trabalhadas ou pelas novas contratações, a partir do aumento da demanda final (efeito direto) e das demandas intermediárias (efeito indireto). As mesmas limitações destacadas na estimação do efeito indireto, também ocorrem, no efeito induzido.

6.3.2 Impactos Socioeconômicos do FNE na Região Nordeste – Contratações no Exercício de 2013

Cabe salientar que os valores analisados nesta seção, se referem apenas às contratações nos estados nordestinos. Como o instrumento de avaliação dos impactos econômicos é a MIP do Nordeste, ela não contempla coeficientes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, embora o norte desses estados faça parte da área de atuação do FNE. Dessa forma, os valores totais contratados pelo FNE, no ano de 2013, alcançaram aproximadamente R\$ 11,9 bilhões, um crescimento de 2,8% sobre os valores totais contratados em 2012 na Região Nordeste³³. As contratações de 2013 foram distribuídas entre os setores Rural (agricultura e pecuária), com 41,2% dos recursos, Comércio e Serviços – 34,0%, Indústria – 23,1%, Infraestrutura – 0,9% e Agroindústria – 0,7%.³⁴

Considerando apenas os **efeitos no âmbito da Região Nordeste**, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2³⁵, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 28,5 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados em 2013³⁶. O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção regional é o Rural, com 41,9% desse valor, ficando o Setor de Comércio e Serviços como segundo em participação, 34,3%.

O valor agregado (renda) à economia da Região Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação da variação do PIB da Região³⁷, em função dos financiamentos do FNE) é estimado em R\$ 16,4 bilhões, com expressiva representação do Setor Rural, R\$ 7,2 bilhões. O resultado nos setores Comércio e Serviços e Industrial, também são expressivos (Tabela 90).

³³ Cabe salientar que o FNE hoje demonstra uma robusta sustentabilidade. Do total das contratações de 2013, R\$ 11,9 bilhões, os recursos oriundos do próprio Fundo montam a R\$ 6,3 bilhões, que representam 52,9% do total de recursos contratados. Os novos ingressos, com origem no IPI e Imposto de Renda, ficaram em R\$ 5,6 bilhões.

³⁴ Esta distribuição por setor foi calculada considerando-se apenas as contratações realizadas na Região Nordeste.

³⁵ Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, se refere ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e indireto, e o consequente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, automóveis, etc).

³⁶ A suposição é que as contratações do primeiro semestre de 2013 geram investimentos e operações em custeio, realizados no mesmo período em referência, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

³⁷ Representa o PIB a preços básicos, sem incluir os impostos.

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 1.128,3 mil ocupações (formais e informais)³⁸ deverão ser geradas no Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2013. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda, sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Desse total, cerca de 623,5 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural, representando 55,3% dos empregos gerados na Região. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano³⁹, utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos gerados serão mantidos durante um ano.

Cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Comércio e Serviços e Indústria deverão gerar em torno de 326,6 mil e 167,5 mil ocupações, respectivamente, representando 28,9% e 13,6%. O Setor Agroindustrial deverá responder por 5,1 mil novas ocupações e de Infraestrutura por 5,7 mil (Tabela 90).

³⁸ Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise. Os dados do CAGED (empregados com vínculo celetista), para o ano de 2013, indicam uma entrada de 3.070 mil novas ocupações. A estimativa de empregos gerados pelas contratações do FNE, formais e informais, dentro da Região Nordeste representam 36,7% dos empregos formais gerados no período, informados pelo CAGED.

³⁹ Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

Tabela 90 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – 2013¹ - R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Serviços	Comércio	Infraestrutura	Total
Valor Contratado	2.424,2	2.480,8	82,6	2.753,8	2.197,0	1.846,1	112,4	11.897,0
Resultados por Setor - Nordeste								
Valor Bruto da Produção	6.019,8	5.925,2	191,8	6.328,5	5.113,1	4.655,60	268,4	28.502,4
Valor Agregado/ Renda	3.713,6	3.451,0	109,2	3.350,8	2.739,6	2.915,70	130,6	16.410,5
Empregos	373.268	250.207	5.106	167.465	137.340	189.283	5.711	1.128.380
Salários	877,2	966,9	30,6	973,6	760,4	939,13	37,9	4.585,6
Tributos	710,1	849,7	27,4	926,1	735,9	553,08	42,2	3.844,5
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção	9.955,6	10.206,5	326,5	11.083,6	8.740,5	7.571,06	455,1	48.338,9
Valor Agregado/ Renda	5.318,5	5.221,8	165,0	5.320,7	4.243,1	4.137,95	207,3	24.614,4
Empregos	436.808	295.292	6.439	217.473	174.111	226.387	7.471	1.363.982
Salários	1.383,1	1.516,0	48,0	1.585,3	1.226,7	1.320,06	61,7	7.140,8
Tributos	1.352,5	1.657,2	53,0	1.752,4	1.393,4	992,54	77,3	7.278,2

Fonte: Ambiente de Controle de Crédito. Elaboração: Etene-Célula de Estudos e Pesquisas.

Notas: 1. Impactos estimados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação de recursos. 2. Valores a preços correntes de 2013.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na Região, totalizam R\$ 4,6 bilhões, cabendo ao Setor Rural a importância de R\$ 1,8 bilhão, representando 40,2% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Comércio e Serviços com 37,1% de participação nos salários, seguido pela Indústria, com 21,2%.

Quanto à geração de impostos (tributação) na Região, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 3,8 bilhões, com destaque para os setores Rural, Comércio e Serviços e Indústria.

Cabe, ainda, comentar sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos. Vale lembrar que esses números levam em consideração tanto os empregos gerados na Região Nordeste como também no resto do País, devido às contratações do FNE e aos efeitos de transbordamento.

O menor valor para a geração de um emprego encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra e tem maior destaque, em sua composição estrutural do trabalho, o componente informal. A contratação de

R\$ 6.700 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural⁴⁰. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 12.663 na Indústria, R\$ 10.095 em Comércio e Serviços, R\$ 15.045 na Infraestrutura, R\$ 12.829 no Setor Agroindustrial, e R\$ 8.722 na média das contratações. As maiores relações se dão nos Setores mais intensivos em capital. No Setor Comércio e Serviços, o valor é baixo por causa do subsetor comércio, com um valor de R\$ 8.155. O subsetor de Serviços puxa o valor de geração de emprego para cima, (R\$ 13.355), que é, onde se observa o maior aumento de salários nos últimos anos (Tabela 90).

6.3.2.1 Os Efeitos Transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos para a região nordestina, descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como da demanda final dos estados do Nordeste. Esses impactos são captados, na MIP, através dos efeitos indiretos e induzidos. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção, decorrentes de novos investimentos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para impactos totais de R\$ 28,5 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 19,8 bilhões (41,0%) ocorrem fora da Região Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 1.364 mil novas ocupações, 17,3% desses poderão ser gerados fora da Região Nordeste (Tabela 90). Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento no Nordeste beneficia conjuntamente o restante do País. Também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, indicando a baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demanda para consumo de sua população.

⁴⁰ Olhando as atividades agrícola, pecuária, para se gerar um emprego, são necessários, R\$ 5.550 e R\$ 8.401, respectivamente. Os valores para comércio e serviços são R\$ 8.155 e R\$ 12.618, respectivamente.

6.3.2.2 Impactos Socioeconômicos Previstos dos Financiamentos do FNE para Mini/Micro, Pequenos, Pequeno-Médio e Médios Empreendimentos na Região Nordeste

Os valores contratados pelo FNE para os mini/micro, pequenos, pequeno-médios e médios empreendimentos, alcançaram R\$ 7,3 bilhões no ano de 2013, consumindo 61,7% do total das contratações do fundo, como mostra a Tabela 91. Vale enfatizar a representatividade das contratações desses empreendedores, no total das contratações do FNE, por setor. Essa participação, no período em análise, para as atividades pecuária, agrícola e comércio e serviços, representam 99,8%, 72,5% e 60,2%, respectivamente (Tabela 91). A participação dos empreendimentos até o porte médio, no total dos financiamentos da atividade agroindústria, é relevante, 62,3%. Observa-se que o Setor de Infraestrutura não existe em contratações até o médio porte, existem apenas duas contratações de grande porte no valor de R\$ 112,4 milhões (Piauí – R\$ 76,8 milhões e Bahia – 35,6 milhões). A menor participação está no Setor Industrial, que chega aos 22,6%. São precisamente os dois setores em que suas atividades são intensivas em capital e que, por isto, exigem recursos em maior escala. A orientação estratégica é focar os empreendimentos até médio porte, fato constatado na evolução das aplicações de 2012, em que 58,6% dos financiamentos foram para esses empreendedores, para o primeiro semestre de 2013, cujo percentual aumentou para 59,1% e no ano fechado de 2013, o percentual cresceu para 61,7%.

Tabela 91 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte da Empresa (micro, mini, pequena e média) – 2013 – R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado	1.757,4	2.475,1	51,5	622,2	1.214,2	1.221,7	7.342,1
Resultados por Setor - Nordeste							
Valor Bruto da Produção	4.363,8	5.911,6	119,6	1.430,0	2.825,8	3.080,9	17.731,7
Valor Agregado/ Renda	2.692,0	3.443,1	68,1	757,1	1.514,1	1.929,5	10.404,0
Empregos	270.588	249.634	3.183	37.840	75.903	125.260	762.407
Salários	635,9	964,6	19,1	220,0	420,2	621,5	2.881,3
Tributos	514,8	847,8	17,1	209,3	406,7	366,0	2.361,6
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil							
Valor Bruto da Produção	7.217,0	10.183,1	203,6	2.504,4	4.830,5	5.010,2	29.948,9
Valor Agregado/ Renda	3.855,5	5.209,8	102,9	1.202,2	2.345,0	2.738,3	15.453,8
Empregos	316.650	294.615	4.014	49.139	96.224	149.815	910.457
Salários	1.002,7	1.512,5	29,9	358,2	677,9	873,6	4.454,8
Tributos	980,4	1.653,4	33,0	396,0	770,1	656,8	4.489,7

Fonte: Ambiente de Controle de Crédito. Elaboração: ETENE-Célula de Estudos e Pesquisas.

Notas: (1) Impactos estimados a partir da Matriz de Insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação de recursos. (2) Valores a preços correntes de 2013.

O Setor Agropecuário, que contratou o montante de R\$ 4,2 bilhões, ou 57,6% do total dos recursos e que representa 95,6% das operações contratadas nos segmentos analisados, é o principal em valor de contratações. Em seguida, figura o Setor de Serviços e Comércio, com 33,2% do total dos recursos financiados e o Setor Industrial, com 8,5% de participação. O setor com menor participação foi o Agroindustrial, com apenas 0,7% dos recursos. A menor participação dos empreendedores agroindustriais é explicada pelas características naturais dessa atividade, volume de investimento e escala (Tabela 91).

Calcula-se que os referidos financiamentos acarretarão, por meio dos efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2, acréscimos na produção bruta regional de, aproximadamente, R\$ 17,7 bilhões, e impactos extrarregionais (efeito transbordamento) no montante de R\$ 12,2 bilhões, um vazamento de 40,8% da produção bruta. O número de empregos, formais e informais, estimados pela MIP para a Região, a partir das contratações e desembolsos em 2013, é de 762 mil, e aproximadamente 148 mil empregos gerados fora da Região. É a variável que menos vazamentos gera para fora da Região Nordeste, quer dizer, 16,3% dos empregos gerados se encontram fora do Nordeste, enquanto os vazamentos dos outros indicadores (valor bruto da produção, valor adicionado, massa salarial e tributos) se encontram entre 32,7% e 47,4%, caso dos tributos. Quanto à renda, sinaliza-se um valor agregado de R\$ 10,4 bilhões no Nordeste e um vazamento de R\$ 5,0 bilhões para as demais regiões brasileiras, o que representa 32,7% do valor adicionado total gerado.

Os impactos em salários e tributos, dentro da região nordestina, das contratações dos empreendimentos de até médio porte, são de R\$ 2,9 bilhões e R\$ 2,4 bilhões, respectivamente. Os impactos para fora da Região (vazamentos) estão estimados em R\$ 1,6 bilhão, para salários, e R\$ 2,0 bilhões, para tributos, que representam 35,3% e 47,4%, respectivamente, do total do impacto gerado nestes indicadores. Cabe aqui observar-se que o maior vazamento ocorrido nos tributos, tem como fator importante a grande participação dos tributos federais na estrutura fiscal do País.

7 – RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

O presente relatório enfocou os diversos aspectos das recomendações do Ofício Nº 133 SFRI/MI, de 19.12.2013 (item 3) recebido do Ministério da Integração Nacional, conforme descrito a seguir:

3.1.1 Confronto entre os ingressos e desembolsos de recursos, por fonte, previstos na programação aprovada e os valores efetivamente ingressados e desembolsados no ano de 2013;

Vide Anexo - Tabela 36.A.

3.1.2 Valores desembolsados no exercício de 2013, por programa e UF e por Porte e UF;

Vide Anexo - CD-ROM 2 (Disponibilizado apenas para o MI).

3.1.3 Demonstrativo da aplicação dos recursos do FNE por município;

Vide Anexo - CD-ROM 2 (Disponibilizado apenas para o MI).

3.1.4 Informações sobre a distribuição dos financiamentos concedidos com recursos do FNE, no exercício 2013, por programa e faixa de valores;

Vide Anexo - Tabelas 26.A e 27.A.

3.1.5 Contratações realizadas com recursos do FNE em apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014;

Vide Anexo - CD-ROM 2 (Disponibilizado apenas para o MI).

3.1.6 Saldo das operações e inadimplência por município;

Vide Anexo - CD-ROM 2 (Disponibilizado apenas para o MI).

3.1.7 Financiamentos acima de R\$ 10 milhões;

Vide Anexo - Tabela 20.A.

3.1.8 Situação da demanda de crédito com recursos do FNE apresentada ao Banco do Nordeste do Brasil S.A.;

Vide Anexo - CD-ROM 2 (Disponibilizado apenas para o MI).

3.1.9 De acordo com item 4 do Anexo II – Parte B (Conteúdo Específico) da Decisão Normativa TCU nº 127/2013: informações a respeito dos saldos dos financiamentos, das renegociações, das ações de execução, dos

ressarcimentos, da inadimplência e das operações de renegociação, no formato definido na Portaria TCU nº 175/2013;

Vide Anexo - Tabelas 28.A, 29.A, 30.A, 31.A e 37.A.

Vide Anexo - CD-ROM (1). (Disponibilizado apenas para o MI).

3.1.10 Contratações realizadas com recursos do FNE em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);

Não houve contratações no período.

3.1.11. Comparativo das metas e aplicações de recursos do FNE de acordo com as Tipologias da PNDR;

Vide item 3.2. deste Relatório.

3.2.1 Número de operações e valores contratados, por UF, Setor e Porte, com benefícios que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez;

Vide Anexo - Tabela 19.A.

3.2.2 Número de operações e valores contratados, por UF e Porte, com vistas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com encargos de 4% (quatro por cento), conforme estabelecido no art. 1º, inciso IV, da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo art. 44 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008;

Vide Anexo - CD-ROM (1). (Disponibilizado apenas para o MI).

3.2.3 Número de operações e valores contratados em atendimento a cada uma das prioridades estabelecidas pelo Condrel/FNE para o exercício de 2013 (Resolução Condrel/FNE nº 54, de 13.07.2013);

Vide item 3.5 deste Relatório.

3.2.4 Número de operações e valores contratados no âmbito do Pronaf com recursos do FNE mediante a aplicação da metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e os saldos em situação de normalidade e em atraso daquelas operações;

Vide Anexo - CD-ROM (1). (Disponibilizado apenas para o MI).

3.2.5 Número de operações e valores contratados pelas instituições operadoras (IO) do repasse, por instituição, UF, Setor, Porte e Linha de Financiamento e Espaço Prioritário da PNDR (Faixa de Fronteira; Mesorregião Diferenciada; Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica e municípios da Região Integrada de Desenvolvimento de Petrolina – Juazeiro e Grande

Teresina), consoante o art. 9º da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e a Portaria MI nº 616, de 26.05.2003;

Vide item 3.4 deste Relatório.

Vide Anexo - CD-ROM 2 (Disponibilizado apenas para o MI).

3.2.6 Detalhamento dos resultados alcançados com os Seminários “FNE Itinerante” realizados ao longo do exercício dos quais o Banco participou (por UF e município);

Conforme acordado com o Ministério da Integração Nacional as informações referentes ao item acima serão encaminhadas pela Área de Políticas de Desenvolvimento;

3.2.7 Detalhamento do saldo e da quantidade das operações de acordo com os encargos pactuados, indicando quando houver;

Vide Anexo. CD-ROM (1). (Disponibilizado apenas para o MI).

3.2.8 Quantidade e valor das operações liquidadas pelo equivalente financeiro, na forma especificada pelos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº. 7.827, de 27.09.1989, com redação dada pela Lei nº 11.945, de 04.06.2009;

Vide item 4.3 deste Relatório.

3.2.9 Operações liquidadas/renegociadas com base nas medidas emergenciais de regularização de dívidas, com base nas Resoluções CMN nº 4211, 4212, 4250, 4251, art 8º e 9º da Lei 12.844/2013;

Vide item 4.4 deste Relatório.

3.2.10 Operações referentes às aplicações dos recursos destinados ao financiamento dos produtores atingidos pela estiagem/seca (FNE Seca);

Vide Anexo - Tabela 38.A.

3.2.11 Quantidade e valor das operações de refinanciamento, detalhado por UF, por Porte e Setor;

Vide itens 4.3 e 4.4 deste Relatório.

3.2.12 De acordo com o Anexo II – Parte A (Conteúdo Geral), item 9 (Conformidades tratamento de disposições legais e normativa) da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, de 15/05/2013:

3.2.12.1 item 9.1: tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU;

Conforme acordado com o Ministério da Integração Nacional as informações referentes ao item acima serão apresentadas no Relatório de Gestão do FNE;

3.2.12.2 item 9.2: tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula;

Conforme acordado com o Ministério da Integração Nacional, as informações referentes ao item acima serão apresentadas no Relatório de Gestão do FNE;

3.2.13 De acordo com item 4 do Anexo II – Parte B (Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidade Afins) da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, de 15/05/2013;

3.2.13.1 Evidenciação do *del credere* da Demonstração de Resultado do Exercício;

Conforme acordado com o Ministério da Integração Nacional, as informações referentes ao item acima serão apresentadas no Relatório de Gestão do FNE;

3.2.13.2 Notas explicativas conciliatórias dos regimes adotados (Lei nº 4.320/1964 e 6.404/1976), contemplando as justificativas para as eventuais diferenças verificadas;

Conforme acordado com o Ministério da Integração Nacional, as informações referentes ao item acima serão apresentadas no Relatório de Gestão do FNE;

3.2.13.3 Informações acerca de estudos elaborados, ou em elaboração, pelo Banco do Nordeste com o objetivo de se avaliar a capacidade de geração de empregos e da produtividade dos empreendimentos financiados pelo FNE e as previsões dos impactos econômicos e sociais decorrentes dos empréstimos contratados durante o exercício de 2013, obtidos pela Matriz de Insumo-Produto;

Vide Itens 6.2 e 6.3 deste Relatório.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989.** Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.177, de 12 de Janeiro de 2001.** Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

GUILHOTO, Joaquim José Martins, AZZONI, Carlos Roberto, ICHIHARA, Silvio Massaru, KADOTA, Décio Katsushigue e HADDAD, Eduardo Amaral. **Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados.** Metodologia e Resultado. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Avaliação do FNE Rural.** Fortaleza. BNB, 2012. 378 p.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano,** 2000. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 14 mar 2013.

SOUSA, J. M. P.; NOTTINGHAN, P. T.; GONÇALVES, M. F. **Metodologia de Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).** Fortaleza: BNB, 2010.

ANEXOS

Tabela 1.A
FNE - Contratações⁽¹⁾ por Estados e Setores na Região Semiárida
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado / Total (%)
Alagoas	90.280	2.846	3.008	1.239	-	39.734	137.107	3,1
Bahia	509.517	6.469	124.028	8.345	-	306.617	954.976	21,8
Ceará	409.365	663	350.106	8.095	-	308.957	1.077.186	24,6
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	214.721	159	3.968	1.304	-	79.363	299.515	6,9
Paraíba	158.136	4.461	37.329	3.126	-	79.849	282.901	6,5
Pernambuco	363.700	7.988	45.898	11.816	-	121.180	550.582	12,6
Piauí	245.666	1.580	2.897	1.779	-	45.025	296.947	6,8
Rio Grande do Norte	193.351	5.587	284.578	13.509	-	127.562	624.587	14,3
Sergipe	121.625	386	3.929	-	-	25.487	151.427	3,5
Total	2.306.361	30.139	855.741	49.213	-	1.133.774	4.375.228	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 2.AFNE - Contratações ⁽¹⁾ por Estados e Setores na Região Fora do Semiárido
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado / Total (%)
Alagoas	121.834	188	301.060	13.678	-	69.081	505.841	6,1
Bahia	999.246	9.785	434.507	70.334	35.610	534.349	2.083.831	25,0
Ceará	76.604	620	37.201	52.696	-	447.298	614.419	7,4
Espírito Santo	34.366	10.700	223.976	1.670	-	18.618	289.330	3,5
Maranhão	842.676	32.666	29.963	39.652	76.791	390.551	1.412.299	16,9
Minas Gerais	170.022	2.001	12.672	1.913	-	55.073	241.681	2,9
Paraíba	50.731	1.192	214.536	132.904	-	81.481	480.844	5,8
Pernambuco	112.479	730	519.424	198.295	-	440.386	1.271.314	15,2
Piauí	514.340	5.184	48.186	16.730	-	275.989	860.429	10,3
Rio Grande do Norte	15.488	1.302	13.399	52.091	-	92.571	174.851	2,1
Sergipe	79.986	961	175.416	21.444	-	139.649	417.456	5,0
Total	3.017.772	65.329	2.010.340	601.407	112.401	2.545.046	8.352.295	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratação" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 3.A
FNE - Contratações por Estado e Zona Climática
Exercício de 2013

Estado	Semiárido	Fora do Semiárido	Valores em R\$ Mil	
			Total Valor	Total (%)
Alagoas	137.107	505.841	642.948	5,1
Bahia	954.976	2.083.831	3.038.807	23,9
Ceará	1.077.186	614.419	1.691.605	13,3
Espírito Santo	-	289.330	289.330	2,3
Maranhão	-	1.412.299	1.412.299	11,1
Minas Gerais	299.515	241.681	541.196	4,3
Paraíba	282.901	480.844	763.745	6,0
Pernambuco	550.582	1.271.314	1.821.896	14,3
Piauí	296.947	860.429	1.157.376	9,1
Rio Grande do Norte	624.587	174.851	799.438	6,3
Sergipe	151.427	417.456	568.883	4,5
Total	4.375.228	8.352.295	12.727.523	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Tabela 4.A
FNE - Ativo, Comprometimentos e Disponibilidades por Zona Climática
Posição: 31.12.2013

Especificação	Semiário	Fora do Semiário	Valores em R\$ Mil	
			Valor	Total (%) de (A)
Ativo Total (A)	23.821.310	23.821.310	47.642.619	100,0
Recursos Comprometidos (B)	17.743.939	28.132.277	45.876.216	96,3
Recursos Aplicados	16.187.366	24.546.555	40.733.921	85,5
Operações de Crédito	16.145.138	23.703.402	39.848.540	83,7
Provisão para Operações de Crédito	(505.361)	(291.846)	(797.207)	(1,7)
Créditos Vinculados	5.107	1.249	6.356	-
Devedores por Repasses	539.065	1.128.733	1.667.797	3,5
Títulos do PROAGRO/Dívida Agrária	541	794	1.335	-
Outros Créditos	2.877	4.223	7.100	-
Recursos Comprometidos c/Op. Crédito	1.556.573	3.585.722	5.142.295	10,8
Recursos a Comprometer (C) = (A - B)	6.077.370	(4.310.968)	1.766.403	3,7
Valores a Comprometer Ops Contratadas (D)	519.471	2.189.834	2.709.304	5,7
Demanda nas Agências (E)	434.152	2.223.363	2.657.515	5,6
Insuficiência/Excesso de Demanda (F) = (C - D - E)	5.123.748	(8.724.165)	(3.600.417)	(7,6)
Ativo Total (A)	23.821.310	23.821.310	47.642.619	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Tabela 5.A
FNE - Contratações em Relação ao PIB Rural dos Estados
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil			
Estados	Contratações Setor Rural (A)	PIB Setor Primário (B)	A / B (%)
Alagoas	212.114	1.761.508	12,0
Bahia	1.508.763	11.690.514	12,9
Ceará	485.969	4.090.928	11,9
Espirito Santo	34.366	2.874.440	1,2
Maranhão	842.676	9.180.018	9,2
Minas Gerais	384.743	3.813.215	10,1
Paraíba	208.867	1.604.434	13,0
Pernambuco	476.179	3.433.271	13,9
Piauí	760.006	1.827.574	41,6
Rio Grande do Norte	208.839	1.342.077	15,6
Sergipe	201.611	930.159	21,7
Total	5.324.133	42.548.137	12,5

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2011.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os PIBs Rural e Industrial do Norte do Espírito Santo correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE. (3) Os PIBs Rural e Industrial do Norte de Minas Gerais correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE; (4) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2011 atualizado para 2013 pelo IGP-DI da FGV.

Tabela 6.A
FNE - Contratações em Relação ao PIB Industrial dos Estados
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Estados	Contratações Setor Industrial (A)	PIB Setor Secundário (B)	A / B (%)
Alagoas	304.068	7.267.514	4,2
Bahia	558.535	41.202.140	1,4
Ceará	387.307	19.356.368	2,0
Espírito Santo	223.977	3.440.982	6,5
Maranhão	29.963	9.169.680	0,3
Minas Gerais	16.640	4.830.164	0,3
Paraíba	251.865	7.664.247	3,3
Pernambuco	565.322	23.869.164	2,4
Piauí	51.082	4.549.656	1,1
Rio Grande do Norte	297.977	8.477.057	3,5
Sergipe	179.345	7.576.572	2,4
Total	2.866.081	137.403.543	2,1

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2011.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os PIBs Rural e Industrial do Norte do Espírito Santo correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE. (3) Os PIBs Rural e Industrial do Norte de Minas Gerais correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE; (4) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2011 atualizado para 2013 pelo IGP-DI da FGV.

Tabela 7.A

FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência por Risco ⁽¹⁾
Posição: 31.12.2013

Valores em R\$ Mil

Risco	Aplicações	Inadimplência	%
Integral BNB	999.542	401.255	40,1
Exclusivo FNE	6.474.547	838.059	12,9
Compartilhado FNE / BNB	32.916.363	8.909	0,0
PROCERA	204.595	107.499	52,5
TOTAL	40.595.047	1.355.722	3,3

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Tabela 8.AFNE - Saldos de Aplicações por Unidade Federativa da Agência e Programa ⁽¹⁾

Posição: 31.12.2013

Valores em R\$ Mil

Estado	Programas Setoriais								Programas Multissetoriais						Total	
	Pronaf	Programa da Terra	Rural ⁽²⁾	Aquipesca	Profrota Pesqueira	Industrial ⁽³⁾	Agrin ⁽³⁶⁾	Proatur	Comércio e Serviços ⁽³⁾	Proinfra ⁽³⁾	Inovação	Verde	Procultura	Micro e Pequena Empresa		Empreendedor Individual
Alagoas	257.955	26.032	379.206	523	-	421.569	89.187	49.526	253.764	-	434	95.463	-	132.514	372	1.706.545
Bahia	1.050.437	38.734	2.460.142	56.905	12.857	1.155.741	96.916	374.672	503.267	1.538.937	902	437.505	-	677.579	2.467	8.407.061
Ceará	1.003.878	7.914	996.235	138.371	-	1.384.658	98.048	113.377	796.673	852.826	603	357.393	4.102	1.013.595	5.839	6.773.512
Espírito Santo	38.623	-	152.385	-	-	11.378	56.078	5.978	33.420	-	493	33.227	-	39.780	349	371.711
Maranhão	695.828	25.174	1.797.909	21.638	-	305.418	142.716	51.956	679.077	184.406	636	61.924	29	384.685	1.638	4.353.034
Minas Gerais	399.828	3.793	980.849	-	-	650.681	4.627	5.906	48.514	9.007	-	286.643	-	246.561	3.253	2.639.662
Paraíba	324.631	25.627	228.590	3.847	6.819	305.283	13.385	119.652	154.817	518.327	6.010	28.932	-	266.114	808	2.002.842
Pernambuco	815.277	31.715	684.198	6.929	4.195	1.206.521	165.896	402.828	1.093.065	972.882	146	420.021	9	519.190	782	6.323.654
Piauí	611.508	1.245	1.053.817	3.005	-	51.564	9.980	28.551	416.181	299.900	-	22.318	-	320.323	824	2.819.216
Rio de Janeiro ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	21.335	456.904	-	-	-	-	-	478.239
Rio Grande do Norte	385.088	20.071	331.292	58.960	-	404.394	15.867	46.313	256.875	100.042	2.407	912.856	-	328.598	2.681	2.865.444
São Paulo ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.459	-	-	-	-	-	44.459
Sergipe	262.320	24.289	524.667	5.554	-	206.222	360.703	32.048	145.245	-	3.384	2.249	-	241.762	1.225	1.809.668
Total	5.845.373	204.594	9.589.290	295.732	23.871	6.103.429	1.053.403	1.230.807	4.402.233	4.977.690	15.015	2.658.531	4.140	4.170.701	20.238	40.595.047

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Exceto PRONAF, Programa da Terra, Aquipesca e Profrota Pesqueira e Programas Multissetoriais. (3) Exceto Programas Multissetoriais. (4) Financiamentos contratados nas agências desses estados, para empreendimentos localizados em estados da área de atuação do FNE.

Tabela 9.AFNE - Saldos de Aplicações por Unidade Federativa da Agência e Porte de Tomadores ⁽¹⁾

Posição: 31.12.2013

Valores em R\$ Mil

Estado	Cooperativas/ Associações	Micro e mini	Pequeno	Pequeno- médio	Médio	Grande	Total
Alagoas	47.495	396.131	183.359	42.975	284.585	752.000	1.706.545
Bahia	57.076	1.629.995	1.089.590	348.570	1.380.221	3.901.609	8.407.061
Ceará	18.707	1.675.738	1.034.561	74.380	1.262.010	2.708.116	6.773.512
Espirito Santo	-	61.977	73.454	20.815	102.416	113.049	371.711
Maranhão	17.836	1.088.769	662.094	258.842	515.684	1.809.809	4.353.034
Minas Gerais	14.335	650.976	421.570	90.281	258.902	1.203.598	2.639.662
Paraíba	17.544	494.587	296.596	53.457	306.948	833.710	2.002.842
Pernambuco	19.051	1.144.594	560.295	82.362	1.016.654	3.500.698	6.323.654
Piauí	22.457	792.779	432.890	250.679	261.910	1.058.501	2.819.216
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	478.239	478.239
Rio Grande do Norte	38.860	553.950	394.089	110.416	625.631	1.142.498	2.865.444
São Paulo	-	-	-	-	-	44.459	44.459
Sergipe	4.644	512.196	335.193	53.760	415.625	488.250	1.809.668
Total	258.005	9.001.692	5.483.691	1.386.537	6.430.586	18.034.536	40.595.047

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

Tabela 10.A

FNE - Saldos de Aplicações por Porte de Tomadores e Programa ⁽¹⁾
Posição: 31.12.2013

Valores em R\$ Mil

Porte	Programas Setoriais								Programas Multissetoriais						Total	
	PRONAF	Programa da Terra	Rural ⁽²⁾	Aquipesca	Profrota Pesqueira	Industrial ⁽³⁾	Agrin ⁽³⁾	Proatur	Comércio e Serviços ⁽³⁾	Proinfra ⁽³⁾	Inovação	Verde	Procultura	Micro e Pequena Empresa		Empreendedor Individual
Cooperativas/ Assoc	101	52.887	160.095	-	19.676	3.868	9.924	-	9.522	-	-	-	-	1.932	-	258.005
Mini/Micro	5.844.761	104.610	2.119.287	10.383	-	4.960	646	2.982	43.818	-	1.064	8.275	38	840.685	20.183	9.001.692
Pequeno Pequeno-Médio	501	47.068	1.847.694	9.491	-	43.057	16.145	39.620	104.128	-	1.958	46.420	183	3.327.371	55	5.483.691
Médio	-	-	802.001	5.773	-	147.542	10.567	29.293	380.279	-	197	10.885	-	-	-	1.386.537
Grande	10	4	1.437.622	46.713	4.195	938.202	334.057	635.693	1.767.764	266.647	3.540	995.426	-	713	-	6.430.586
Total	5.845.373	204.594	9.589.290	295.732	23.871	6.103.429	1.053.403	1.230.807	4.402.233	4.977.690	15.015	2.658.531	4.140	4.170.701	20.238	40.595.047

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Exceto PRONAF, Programa da Terra, Aquipesca e Profrota Pesqueira e Programas Multissetoriais. (3) Exceto Programas Multissetoriais.

TABELA 11.A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município da Agência e Tipologia – Posição: 31.12.2013

Vide CD-Rom Anexo

TABELA 11.A.1 – FNE - Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento – Posição: 31.12.2013

Vide CD-Rom Anexo

Tabela 12.A
FNE- Contratações em Mesorregiões
Exercício 2013

Valores em R\$ Milhões

Mesorregiões	Programação FNE 2011	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Chapada das Mangabeiras	27.000	2.278	32.538
Chapada do Araripe	118.000	4.172	160.297
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	502.000	9.095	684.158
Xingó	250.000	39.549	429.032
Bico Papagaio	102.500	13.545	126.061
Seridó	372.500	18.687	489.239
Águas Emendadas	238.000	39.195	327.681
Total	1.610.000	126.521	2.249.006

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 13.A
FNE- Contratações em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões
Exercício 2013

		Valores em R\$ Mil	
Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárido		102.729	1.049.069
	Chapada das Mangabeiras	4.280	117.084
	Chapada do Araripe	39.549	429.032
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	6.160	49.211
	Xingó	39.195	327.681
	Seridó	13.545	126.061
Outras Regiões		20.122	945.674
	Chapada das Mangabeiras	4.815	567.074
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	12.527	440.028
	Bico Papagaio	4.172	160.297
	Águas Emendadas	2.278	32.538
Total		116.242	126.521

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 14.A
FNE- Contratações por Mesorregiões - Setor Rural
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Discriminação	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha/Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
FNE Rural(Exceto Pronaf)	595	615.905	967	40.922	547	135.750	1.220	75.073	402	13.645	234	74.134	51	19.891	4.016	975.320
Pronaf	8.235	43.144	37.278	180.445	17.486	68.011	37.291	192.510	12.457	56.237	3.731	18.479	2.212	10.441	118.690	569.267
Total	8.830	659.049	38.245	221.367	18.033	203.761	38.511	267.583	12.859	69.882	3.965	92.613	2.263	30.332	122.706	1.544.587

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 15.A
FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Agroindustrial
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Discriminação	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha/Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Abate e Prepar. Prod. Carne, Aves e Pescado	-	-	-	-	-	-	-	-	1	998	-	-	-	-	1	998
Ind.Prod.Alimentícios	-	-	-	-	-	-	1	129	1	67	-	-	-	-	2	196
Laticínios	2	962	2	450	5	11.764	1	51	4	290	-	-	-	-	14	13.517
Moagem e Benef. Proces. Benef. Oleos e Gorduras Vegetais e Animais	5	978	1	44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1.022
Proces. Benef. Cana de Açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	1	489	-	-	-	-	1	489
Proces. Benef. Frutas e Hortaliças	-	-	2	69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	69
	-	-	4	523	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	523
Total	7	1.940	9	1.086	5	11.764	2	180	7	1.844	-	-	-	-	30	16.814

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 16.A
FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Industrial
Exercício de 2013

Atividade	Valores em R\$ Mil															
	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Abate e Prepar. Prod. Carne, Aves e Pescado	-	-	-	-	2	1.027	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1.027
Com. Atacadista	-	-	1	72	1	25	-	-	1	133	-	-	-	-	3	230
Com. Varejista	-	-	3	32	1	25	-	-	2	229	-	-	-	-	6	286
Curtume	-	-	1	175	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	175
Edifícios e Obras de Eng. Civil	-	-	2	206	2	257	2	702	-	-	-	-	-	-	6	1.165
Extração de Minerais Não Metálicos	1	500	1	557	-	-	-	-	7	5.127	-	-	-	-	9	6.184
Ind. Eletroeletrônica	-	-	1	33	1	95	-	-	-	-	-	-	-	-	2	128
Ind. Gráfica	1	8	8	1.091	2	57	4	379	4	108	-	-	-	-	19	1.643
Ind. Metal-mecânica	1	27	12	1.997	4	103	2	79	2	220	2	80	-	-	23	2.506
Ind. Siderúrgica	1	63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	63
Ind. Bebidas, Exceto Agroindústria	-	-	1	41	1	70	-	-	2	162	-	-	-	-	4	273
Ind. Calçados	-	-	25	65.666	1	15	-	-	5	243	-	-	-	-	31	65.924
Ind. Celulose, Papel e Prod. Papel	-	-	-	-	3	529	1	113	2	121	-	-	-	-	6	763
Ind. Couros e Peles	-	-	12	4.926	1	15	-	-	2	54	-	-	-	-	15	4.995

e Hortaliças	-	-	-	-	1	499	-	-	1	33	-	-	-	-	2	532
Reparação e Conservação Serv. Aux.	-	-	1	50	1	199	-	-	-	-	-	-	-	-	2	249
Adm. Empresas	-	-	1	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11
Total	17	1.992	188	90.503	64	215.959	52	6.428	149	18.379	9	4.233	1	19	480	337.513

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 17.A
FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Turismo
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Atividade	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alimentação	-	-	-	-	-	-	-	-	1	20	1	1.553	-	-	2	1.573
Alimentação Preparada	-	-	-	-	-	-	-	-	1	75	-	-	-	-	1	75
Ativs.Aux.Transportes	-	-	1	96	1	40	1	200	2	176	-	-	-	-	5	512
Entretenimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	198	-	-	1	198
Hospedagem	3	679	8	1.847	13	7.309	3	1.202	5	386	2	11.007	1	687	35	23.117
Imobiliárias e Alugueis	-	-	1	160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	160
Outras atividades relacionadas ao lazer	-	-	-	-	1	71	-	-	-	-	-	-	-	-	1	71
Transp. Rodoviário	-	-	-	-	-	-	-	-	1	95	-	-	-	-	1	95
Transp.Turismo	-	-	-	-	1	60	-	-	-	-	-	-	-	-	1	60
Total	3	679	10	2.103	16	7.480	4	1.402	10	752	4	12.758	1	687	48	25.861

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Preparação do Terreno	-	-	7	1.433	-	-	-	-	-	-	1	31	-	-	8	1.464
Prod. e Distrib.Eletricidade, Gás e Água	-	-	-	-	-	-	-	-	1	110	-	-	-	-	1	110
Reparação e Conservação	7	560	7	557	9	912	8	602	17	623	-	-	-	-	48	3.254
Saúde, Serv. Médicos/Veterinários	8	1.200	28	5.656	13	2.949	10	1.422	7	522	7	19.813	1	151	74	31.713
Serv. Aux. Adm. Empresas	-	-	6	196	3	52	3	299	-	-	3	324	-	-	15	871
Serv.Aux.Agropecuária, Extrati vismo e Silvicultura	-	-	2	249	2	119	-	-	1	49	-	-	-	-	5	417
Serv.Aux. Construção	-	-	2	516	1	361	-	-	-	-	-	-	-	-	3	877
Serv.Pessoais	2	30	15	694	12	194	8	332	10	325	6	75	-	-	53	1.650
Serviços Veterinários	-	-	1	126	-	-	-	-	1	30	-	-	-	-	2	156
Técnicos	-	-	1	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50
Telecomunicações	-	-	1	23	2	100	2	75	3	167	-	-	-	-	8	365
Transp. Rodoviário	4	864	20	3.288	2	207	5	1.683	13	2.891	4	823	-	-	48	9.756
Total	294	17.452	1.312	142.441	513	39.081	1.061	68.633	638	42.086	166	62.966	24	1.533	4.008	374.192

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 19.A

FNE - Contratações com Clientes que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

UF	Setor	Porte ⁽¹⁾										Total	
		Mini		Micro		Pequeno		Médio		Grande		Qtde.	Valor
		Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
AL	Agrícola	694	3.697	-	-	-	-	-	-	-	-	694	3.697
	Comércio	-	-	50	2.537	80	9.952	1	40	-	-	131	12.529
	Industrial	-	-	9	1.182	15	10.984	1	172	1	79.832	26	92.170
	Pecuária	1.381	12.142	-	-	2	776	-	-	-	-	1.383	12.918
	Serviços	-	-	24	3.760	23	5.658	-	-	-	-	47	9.418
BA	Agrícola	3.737	21.478	-	-	50	46.933	2	7.737	-	-	3.789	76.148
	Agroindústria	-	-	1	37	1	337	-	-	-	-	2	374
	Comércio	-	-	316	15.391	332	40.933	13	5.378	4	171.611	665	233.313
	Industrial	-	-	41	3.473	86	40.247	3	584	-	-	130	44.304
	Pecuária	15.702	89.815	-	-	28	14.910	-	-	-	-	15.730	104.725
	Serviços	-	-	158	14.750	150	55.652	3	4.755	2	46.209	313	121.366
CE	Agrícola	3.388	28.542	-	-	10	2.147	-	-	-	-	3.398	30.689
	Comércio	-	-	537	23.796	382	50.494	3	1.897	1	1.077	923	77.264
	Industrial	-	-	54	4.278	91	32.853	-	-	-	-	145	37.131
	Pecuária	5.273	40.334	-	-	19	3.082	1	8	-	-	5.293	43.424
	Serviços	-	-	179	10.595	100	36.424	2	3.201	-	-	281	50.220

ES	Agrícola	178	4.106	-	-	1	517	-	-	-	-	179	4.623
	Comércio	-	-	31	1.661	18	2.028	1	65	-	-	50	3.754
	Industrial	-	-	4	253	12	7.894	1	800	-	-	17	8.947
	Pecuária	15	564	-	-	2	434	-	-	-	-	17	998
	Serviços	-	-	23	1.064	6	974	-	-	1	119	30	2.157
MA	Agrícola	1.156	4.548	-	-	3	3.314	-	-	-	-	1.159	7.862
	Agroindústria	-	-	-	-	1	354	1	1.618	-	-	2	1.972
	Comércio	-	-	130	4.262	196	24.910	5	1.273	2	5.792	333	36.237
	Industrial	-	-	11	2.324	16	14.806	-	-	-	-	27	17.130
	Pecuária	6.623	74.745	-	-	14	4.410	-	-	-	-	6.637	79.155
	Serviços	-	-	59	3.463	63	27.199	5	23.400	1	58.500	128	112.562
MG	Agrícola	516	4.094	-	-	11	11.868	-	-	-	-	527	15.962
	Agroindústria	-	-	1	50	1	1.752	-	-	-	-	2	1.802
	Comércio	-	-	207	11.384	48	8.257	2	369	1	23.740	258	43.750
	Industrial	-	-	26	1.427	12	3.906	-	-	-	-	38	5.333
	Pecuária	4.456	31.744	-	-	21	7.636	-	-	-	-	4.477	39.380
	Serviços	-	-	114	9.980	27	6.237	-	-	-	-	141	16.217
PB	Agrícola	1.329	6.541	-	-	1	36	-	-	-	-	1.330	6.577
	Agroindústria	-	-	2	61	-	-	-	-	-	-	2	61
	Comércio	-	-	115	3.647	116	17.387	-	-	1	1.294	232	22.328
	Industrial	-	-	47	2.530	36	7.998	1	3.125	-	-	84	13.653
	Pecuária	4.654	24.102	-	-	6	1.331	-	-	-	-	4.660	25.433

	Serviços	-	-	49	3.144	22	13.892	3	1.966	1	12.209	75	31.211
PE	Agrícola	2.359	19.423	-	-	4	679	-	-	-	-	2.363	20.102
	Agroindústria	-	-	-	-	2	324	-	-	-	-	2	324
	Comércio	-	-	173	7.506	217	19.975	6	446	-	-	396	27.927
	Industrial	-	-	40	1.992	72	24.359	5	566	-	-	117	26.917
	Pecuária	8.363	53.611	-	-	22	542	3	12.876	-	-	8.388	67.029
	Serviços	-	-	84	6.161	90	44.517	2	17.715	1	155.404	177	223.797
PI	Agrícola	958	7.712	-	-	9	9.077	-	-	-	-	967	16.789
	Agroindústria	-	-	2	211	-	-	-	-	-	-	2	211
	Comércio	-	-	101	3.102	119	17.451	-	-	-	-	220	20.553
	Industrial	-	-	15	1.040	17	9.198	1	7.725	-	-	33	17.963
	Pecuária	6.414	40.384	-	-	10	515	-	-	-	-	6.424	40.899
	Serviços	-	-	40	2.770	26	20.058	-	-	1	1.661	67	24.489
RN	Agrícola	846	7.814	-	-	2	185	-	-	-	-	848	7.999
	Agroindústria	-	-	1	39	2	217	-	-	-	-	3	256
	Comércio	-	-	143	4.417	101	14.372	3	4.172	1	42	248	23.003
	Industrial	-	-	34	1.227	32	10.914	2	248	-	-	68	12.389
	Pecuária	2.518	17.373	-	-	6	1.289	-	-	-	-	2.524	18.662
	Serviços	-	-	95	3.934	43	13.510	2	10.323	-	-	140	27.767
SE	Agrícola	273	2.444	-	-	1	16	-	-	-	-	274	2.460
	Comércio	-	-	102	5.437	67	10.458	1	688	2	2.367	172	18.950
	Industrial	-	-	18	1.063	23	6.625	2	2.093	2	139.765	45	149.546

	Pecúária	1.623	13.899	-	-	3	419	-	-	-	-	1.626	14.318
	Serviços	-	-	59	5.211	37	12.717	3	1.134	1	81	100	19.143
	Total geral	72.456	509.112	3.095	169.159	2.907	735.939	78	114.374	23	699.703	78.559	2.228.287

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação de porte anterior à Resolução CONDEL/SUDENE nº 43, de 10.11.2011.

Tabela 20.A
FNE - Contratações de Valor Superior a R\$ 10 milhões
Exercício de 2013

UF	Tipologia	Localização	Programa	Valor do Financiamento
AL	Baixa Renda	Coruripe	IRRIGACAO	27.864
AL	Alta Renda	Maceió	FNE-COMERCIO	11.298
AL	Alta Renda	Maceió	INDUSTRIAL	147.784
AL	Alta Renda	Marechal Deodoro	INDUSTRIAL	63.041
AL	Baixa Renda	São Luís do Quitunde	IRRIGACAO	10.238
AL	Baixa Renda	São Luís do Quitunde	RURAL	13.930
AL	Baixa Renda	São Miguel dos Campos	FNE VERDE- INDUSTRIAL	79.832
BA	Estagnada	Alagoinhas	INDUSTRIAL	375.047
BA	Dinâmica	Baianópolis	RURAL	20.219
BA	Alta Renda	Camacari	FNE-SERVICOS	44.013
BA	Alta Renda	Camacari	PROINFRA	35.610
BA	Dinâmica	Correntina	RURAL	57.513
BA	Estagnada	Feira de Santana	FNE-SERVICOS	53.448
BA	Estagnada	Feira de Santana	INDUSTRIAL	84.999
BA	Dinâmica	Jaborandi	RURAL	16.993
BA	Dinâmica	Luís Eduardo Magalhães	RURAL	32.833
BA	Dinâmica	Riachão das Neves	RURAL	52.189
BA	Alta Renda	Salvador	FNE-COMERCIO	211.114
BA	Alta Renda	Salvador	FNE-SERVICOS	19.397
BA	Alta Renda	Salvador	PROATUR	43.200
BA	Dinâmica	São Desidério	RURAL	60.643
BA	Estagnada	Vitória da Conquista	FNE-SERVICOS	76.933
CE	Alta Renda	Caucaia	FNE-SERVICOS	57.965
CE	Estagnada	Crato	INDUSTRIAL	61.726
CE	Alta Renda	Fortaleza	FNE-COMERCIO	88.599
CE	Alta Renda	Fortaleza	FNE-SERVICOS	240.045
CE	Alta Renda	Fortaleza	PROATUR	29.895
CE	Dinâmica	Horizonte	INDUSTRIAL	56.973
CE	Dinâmica	Iguatu	INDUSTRIAL	

15.195

CE	Estagnada	Quixeré	INDUSTRIAL	153.989
ES	Estagnada	São Mateus	INDUSTRIAL	208.006
MA	Dinâmica	Balsas	AGRIN	29.413
MA	Estagnada	Carolina	PROATUR	12.821
MA	Baixa Renda	Carutapera	FNE VERDE-RURAL	46.280
MA	Baixa Renda	Grajaú	FNE VERDE-RURAL	46.318
MA	Estagnada	Imperatriz	FNE-SERVICOS	15.800
MA	Dinâmica	Sambaiba	RURAL	36.626
MA	Baixa Renda	Santa Inês	FNE-COMERCIO	34.735
MA	Estagnada	São Luís	FNE-COMERCIO	12.837
MA	Estagnada	São Luís	FNE-SERVICOS	84.162
MA	Estagnada	São Luís	PROINFRA	76.791
MA	Dinâmica	Tasso Fragoso	RURAL	51.961
MG	Estagnada	Francisco Sá	FNE-COMERCIO	23.740
PB	Dinâmica	Alhandra	FNE-SERVICOS	12.209
PB	Dinâmica	Alhandra	INDUSTRIAL	192.132
PB	Alta Renda	João Pessoa	PROATUR	117.689
PE	Estagnada	Cabo de Santo Agostinho	PROATUR	155.404
PE	Estagnada	Goiana	INDUSTRIAL	380.000
PE	Alta Renda	Jaboatão dos Guararapes	FNE-COMERCIO	18.433
PE	Alta Renda	Moreno	INDUSTRIAL	62.000
PE	Estagnada	Petrolina	RURAL	24.798
PE	Alta Renda	Recife	FNE-SERVICOS	306.919
PE	Alta Renda	Recife	INDUSTRIAL	34.681
PE	Alta Renda	Recife	PROATUR	15.105
PE	Estagnada	Tracunhaem	RURAL	36.115
PI	Dinâmica	Baixa Grande do Ribeiro	RURAL	79.833
PI	Dinâmica	Gilbues	RURAL	21.197
PI	Dinâmica	Monte Alegre do Piauí	RURAL	43.912
PI	Dinâmica	Palmeira do Piauí	RURAL	13.276
PI	Dinâmica	Ribeiro Gonçalves	RURAL	38.616
PI	Dinâmica	Sebastião Leal	RURAL	28.361

PI	Estagnada	Teresina	FNE-COMERCIO	135.711
PI	Estagnada	Teresina	FNE-SERVICOS	26.602
PI	Dinâmica	Urucuí	RURAL	25.276
RN	Estagnada	Baraúna	INDUSTRIAL	248.113
RN	Alta Renda	Natal	PROATUR	32.093
RN	Dinâmica	São José de Mipibu	FNE-COMERCIO	10.100
SE	Alta Renda	Aracajú	FNE-COMERCIO	27.500
SE	Alta Renda	Aracajú	PROATUR	13.969
SE	Dinâmica	Estância	INDUSTRIAL	139.542
SE	Alta Renda	Nossa Senhora do Socorro	FNE-COMERCIO	10.027

Total

5.171.628

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 21.A
FNE - Contratações Destinadas a Custeio, Comercialização e Capital de Giro
Exercício 2013

Valores em R\$ Mil

UF	Custeio Agrícola		Custeio Pecuário		Comercialização		Capital de Giro		Cap. de Giro p/ Aquis. de Mat. Prima/Insumos		Total	
	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor
AL	505	15.226	1.786	23.187					369	22.789	2.660	61.202
BA	1.144	663.240	2.430	46.463	23	52.459	24	7.452	1.764	107.841	5.385	877.455
CE	470	15.503	4.789	56.473			16	1.687	1.911	112.847	7.186	186.511
ES	162	14.768	26	1.756			4	10.700	56	2.648	248	29.872
MA	369	160.767	1.755	74.343	4	11.473	9	482	1.055	61.497	3.192	308.562
MG	80	55.241	629	17.906	1	131	1	50	442	19.358	1.153	92.687
PB	199	11.626	3.472	25.587			8	933	1.081	53.957	4.760	92.102
PE	206	44.496	5.945	64.794			10	1.260	1.383	82.816	7.544	193.366
PI	232	293.402	1.030	15.342	8	52.430	16	1.353	905	43.836	2.191	406.362
RN	216	14.115	3.874	37.232	1	3.483	25	1.928	1.029	56.303	5.145	113.061
SE	1.724	44.259	1.767	11.608	15	12.922	3	422	495	26.236	4.004	95.447
Total	7.764	1.387.019	25.960	420.281	113	156.489	376	108.049	8.623	401.189	42.836	2.473.027

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 22.A – FNE – Contratações por Tipo de Município – Exercício 2013

Vide CD-Rom Anexo.

Tabela 23.A – FNE – Contratações por Município - Setor Rural – Exercício 2013

Vide CD-Rom Anexo.

Tabela 24.A – FNE – Contratações por Município - Setor Não Rural – Exercício 2013

Vide CD-Rom Anexo.

Tabela 25.A – FNE – Contratações por Município – Porte do Tomador – Exercício 2013

Vide CD-Rom Anexo.

Tabela 26.A
FNE - Setor Rural - Contratações por Programa e Faixa de Valor
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Faixa de Valor	Pronaf A		Pronaf B		Pronaf - Demais Grupos		Aquicultura e Pesca		FNE Verde		Outros Programas Rurais		Total	
	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor
Até R\$ 500,00	-	-	12	6	19	7	-	-	1	1	29	10	61	24
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	1	1	437	419	161	140	-	-	-	-	48	32	647	592
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	333	2.142	232.416	650.633	193.792	570.783	6	49	1	8	844	5.544	427.392	1.229.159
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	2.265	42.986	23	369	90.066	1.107.207	23	446	5	112	5.384	133.799	97.766	1.284.919
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	1	88	-	-	1.294	75.002	26	1.610	12	833	2.685	178.865	4.018	256.398
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	-	-	-	-	451	61.074	21	6.901	43	14.865	2.510	693.629	3.025	776.469
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	2	4.050	9	27.519	366	960.014	377	991.583
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	218.498	17	218.498

Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2	92.599	14	473.892	16	566.491
Acima de R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	232.888	651.427	285.783	1.814.213	78	13.056	73	135.937	11.897	2.664.283	533.319	5.324.133	232.888	651.427

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 27.A
FNE - Não Rural - Contratações por Programa e Faixa de Valor
Exercício 2013

Faixa de Valor	Valores em R\$ Mil													
	Industrial/Agroindustrial		Infra-Estrutura		Turismo		Comércio/Serviços		Inovação		FNE Verde		Total	
	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor
Até R\$ 500,00							1	1					1	1
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00							2	2					2	2
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	125	914			2	15	1.430	10.280					1.557	11.209
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	734	17.208			71	1.745	6.705	149.307	2	30	1	16	7.513	168.306
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	1.065	64.658			152	8.821	7.639	444.304	3	208			8.859	517.991
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	931	257.868			170	61.314	4.370	989.190	6	1.872	4	918	5.481	1.311.162
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	96	283.837			45	158.548	210	561.892	1	2.327	1	1.475	353	1.008.079
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	1	15.195			5	73.988	10	134.524					16	223.707
Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	8	444.995	2	112.401	2	73.095	17	809.838			1	79.832	30	1.520.161
Acima de R\$ 100.000.000,00	8	1.792.452			2	273.093	3	577.227					13	2.642.772
Total	20.387	3.676.565	12	4.437	7	82.241	23.825	7.403.390	20.387	3.676.565	12	4.437	7	82.241

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 28.A

FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações com Risco Compartilhado
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	29.324.652	29.428.558	29.544.611	29.620.598	29.970.959	30.759.990
Atraso (B)	833.212	841.259	897.288	909.320	895.098	882.899
Até 180 dias	501.810	513.523	529.909	539.340	530.825	521.675
De 180 a 360 dias	330.839	326.919	366.398	369.007	363.327	360.336
Acima de 360 dias	563	817	981	973	946	888
Total Aplicações (C=A+B)	30.157.864	30.269.817	30.441.899	30.529.918	30.866.057	31.642.889
% (B/C)	2,76	2,78	2,95	2,98	2,90	2,79

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	30.720.523	30.944.720	31.137.231	31.338.831	31.606.717	32.078.304
Atraso (B)	908.565	905.210	883.730	875.983	876.605	838.059
Até 180 dias	528.845	517.644	466.136	450.842	451.518	435.756
De 180 a 360 dias	379.602	387.528	417.544	425.118	425.000	400.772
Acima de 360 dias	118	38	50	23	87	1.531
Total Aplicações (C=A+B)	31.629.088	31.849.930	32.020.961	32.214.814	32.483.322	32.916.363
% (B/C)	2,87	2,84	2,76	2,72	2,70	2,55

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 29.A

FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco Integral do FNE
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Sem Atraso (A)	3.518.497	3.610.888	3.716.004	3.831.200	3.896.349	3.970.630
Atraso (B)	408.522	408.270	408.931	414.591	417.993	417.616
Até 180 dias	229.171	230.111	234.219	236.323	231.032	201.212
De 180 a 360 dias	179.018	177.959	174.243	176.633	186.679	216.099
Acima de 360 dias	333	200	469	1.635	282	305
Total Aplicações (C=A+B)	3.927.019	4.019.158	4.124.935	4.245.791	4.314.342	4.388.246
% (B/C)	10,4	10,2	9,9	9,8	9,7	9,5

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	5.835.265	5.896.336	5.948.881	5.987.354	6.036.339	6.073.293
Atraso (B)	423.472	424.584	419.201	416.595	404.985	401.255
Até 180 dias	216.697	216.054	205.836	204.967	203.572	225.611
De 180 a 360 dias	206.208	208.370	213.322	211.588	201.330	175.559
Acima de 360 dias	567	160	43	40	83	85
Total Aplicações (C=A+B)	6.258.737	6.320.920	6.368.082	6.403.949	6.441.324	6.474.548
% (B/C)	6,8	6,7	6,6	6,5	6,3	6,2

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 30.A
FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco do PROCERA
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	105.555	105.690	105.823	105.937	106.073	105.630
Atraso (B)	98.617	98.567	98.554	98.554	98.535	98.495
Até 180 dias	124	121	78	84	79	60
De 180 a 360 dias	6.776	6.770	6.791	6.799	6.784	145
Acima de 360 dias	91.717	91.676	91.685	91.671	91.672	98.290
Total Aplicações (C=A+B)	204.172	204.257	204.377	204.491	204.608	204.125
% (B/C)	48,3	48,3	48,2	48,2	48,2	48,3

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	96.523	96.662	96.785	96.976	97.117	97.096
Atraso (B)	107.571	107.549	107.542	107.525	107.508	107.499
Até 180 dias	6.416	6.419	6.431	6.399	6.395	131
De 180 a 360 dias	124	120	82	84	86	6.321
Acima de 360 dias	101.031	101.010	101.029	101.042	101.027	101.047
Total Aplicações (C=A+B)	204.094	204.211	204.327	204.501	204.625	204.595
% (B/C)	52,7	52,7	52,6	52,6	52,5	52,5

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 31.A
Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco Integral do BNB
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	1.117.972	1.112.718	1.108.681	1.104.723	1.103.507	1.101.184
Atraso (B)	10.633	10.353	10.393	10.106	9.700	8.839
Até 180 dias	7.874	7.736	6.205	5.819	5.006	2.823
De 180 a 360 dias	2.756	2.617	4.188	4.255	4.694	6.016
Acima de 360 dias	3	-	-	32	-	-
Total Aplicações (C=A+B)	1.128.605	1.123.071	1.119.074	1.114.829	1.113.207	1.110.023
% (B/C)	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	1.098.930	1.094.921	1.090.299	1.082.260	1.077.014	990.633
Atraso (B)	8.558	8.654	7.249	8.941	8.310	8.909
Até 180 dias	3.084	3.132	3.273	5.141	4.839	6.350
De 180 a 360 dias	5.472	5.522	3.976	3.800	3.471	2.559
Acima de 360 dias	2	-	-	-	-	-
Total Aplicações (C=A+B)	1.107.488	1.103.575	1.097.548	1.091.201	1.085.324	999.542
% (B/C)	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,9

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 32.A**FNE - Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas ⁽¹⁾****Período: 2003 a 2013****Valores em R\$ Mil**

Exercício	Valor Renegociado/Recuperado			Total (A + B + C)
	Liquidação à Vista ⁽²⁾ (A)	Amortização com Op. RECIN ⁽³⁾ (B)	FNE ⁽⁴⁾ (C)	
2003	70.276	-	335.542	405.818
2004	78.144	-	697.743	775.887
2005	70.366	-	173.030	243.396
2006	63.439	-	135.715	199.154
2007	72.935	-	137.188	210.123
2008	101.450	-	118.040	219.490
2009	363.171	-	315.223	678.394
2010	274.659	-	176.438	451.097
2011	146.153	-	151.357	297.510
2012	10.406	-	157.335	167.741
2013	18.515	-	425.660	444.175
Total	1.250.999	-	2.397.611	3.648.610

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Inclusive as renegociações decorrentes de determinações legais. (2) Montante em atraso ou em Prejuízo pago pelos mutuários no momento da renegociação, exclusive valores oriundos de operações com recursos internos do BNB e os valores concedidos a título de bônus e dispensas. (3) Total dos valores em atraso ou em Prejuízo pagos com recursos advindos de operações com RECIN do BNB. (4) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados com recursos do FNE exclusive os valores concedidos a título de bônus e dispensas.

Tabela 33.A
FNE - Renegociações⁽¹⁾ de Operações por Risco
Exercício 2013

Valores em R\$ Mil

Mês	Valor da Operação de Renegociação				Total
	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo BNB	Risco PROCERA	
Janeiro	1.139	12.355	-	-	13.494
Fevereiro	1.123	7.223	-	-	8.346
Março	1.083	26.198	108	-	27.389
Abril	1.403	35.076	78	-	36.557
Maió	760	22.519	278	-	23.557
Junho	449	14.079	-	-	14.529
Julho	5.478	59.634	156	-	65.268
Agosto	10.154	51.549	193	-	61.896
Setembro	8.254	31.029	83	-	39.366
Outubro	5.981	49.875	572	-	56.428
Novembro	10.041	22.214	-	-	32.256
Dezembro	13.271	33.187	115	-	46.573
Total	59.137	364.939	1.583	-	425.660

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados, inclusive renegociações decorrentes de determinações legais e exclusive bônus e dispensas.

Tabela 34.AFNE - Cobranças Judiciais⁽¹⁾ Ajuizadas por Risco

Exercício 2013

Valores em R\$ Mil

Mês	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo do Banco	Risco Procera	Total
Janeiro	7.593	91.013	1.409	976	100.991
Fevereiro	6.180	55.269	271	30	61.750
Março	11.280	56.788	591	567	69.226
Abril	17.365	86.795	1.652	316	106.128
Mai	17.415	33.812	70	88	51.385
Junho	11.375	31.170	941	14	43.500
Julho	48.405	70.160	388	42	118.995
Agosto	30.397	72.098	357	21	102.873
Setembro	79.315	61.634	-	-	140.949
Outubro	24.630	53.457	-	44	78.131
Novembro	16.998	51.692	28.137	219	97.046
Dezembro	9.563	144.800	5.215	2	159.580
Total	280.516	808.688	39.031	2.319	1.130.554

Fonte: BNB – Ambiente Jurídico.

Nota: (1) Montante dos valores ajuizados nos processos de cobrança judicial.

Tabela 35.A
FNE - Ressarcimento dos Valores de Risco do BNB
Exercício 2013

Valores em R\$ Mil

Mês de Referência	Data Prevista Devolução	Data da Devolução	Saldo no Mês de Referência ⁽¹⁾		Saldo para Fins de Ressarcimento ⁽²⁾		Valores Ressarcidos		
			Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Valor Inicial	Ajustes ⁽³⁾	Valor Líquido
Dez/2012	03/01/2013	03/01/2013	47.162	213	47.138	213	23.782	(200)	23.582
Jan/2013	04/02/2013	04/02/2013	19.389	338	48.194	338	24.435	(174)	24.261
Fev/2013	04/03/2013	04/03/2013	25.814	288	42.564	288	21.571	(348)	21.223
Mar/2013	02/04/2013	02/04/2013	60.650	332	60.114	332	30.389	(195)	30.194
Abr/2013	03/05/2013	03/05/2013	71.269	735	71.150	735	36.310	(127)	36.183
Mai/2013	04/06/2013	04/06/2013	73.511	706	72.650	706	37.031	(60)	36.971
Jun/2013	02/07/2013	02/07/2013	44.317	299	44.176	299	22.386	(62)	22.324
Jul/2013	02/08/2013	02/08/2013	46.089	303	46.022	302	23.313	(219)	23.094
Ago/2013	03/09/2013	03/09/2013	67.614	1.839	67.548	1.839	35.613	(20)	35.593
Set/2013	02/10/2013	02/10/2013	61.989	416	61.938	416	31.385	(33)	31.352
Out/2013	04/11/2013	04/11/2013	63.889	1.057	63.824	1.052	32.964	(29)	32.935
Nov/2013	03/12/2013	03/12/2013	79.577	1.495	78.534	1.495	40.761	344	41.105
			521.272	7.168	519.682	7.170	267.009	(601)	266.408

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Total das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias (a partir de abril/2010, o Banco passou a considerar as parcelas com mais de 330 dias de atraso; a partir de abril/2011, as parcelas com mais de 329 dias de atraso), obtido na posição de final de cada mês. (2) Total enquadrável considerando os ajustes realizados nos saldos das operações após a apuração do prejuízo, com valorização para o último dia do mês de referência. (3) Ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para prejuízo/restituição pelo BNB.

Tabela 36.A
FNE - Recursos Previstos X Realizados
Exercício 2013

Valores em R\$ Mil

Discriminação	Previsto	Realizado
ORIGEM DE RECURSOS (A)	18.420.578	19.757.250
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	4.024.425	6.532.248
Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	6.188.595	5.578.343
Reembolsos Ops. Crédito/Repasse (Líquido Bônus Adimplência)	7.987.058	7.546.254
Recebimentos para Liquidação Operações FNE - Lei 12.716	220.500	100.405
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	-6.967.042	-9.556.359
Resultado Operacional Monetizado	-1.869.542	-1.240.319
Remuneração das Disponibilidades	285.013	525.559
Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	248.576	358.657
Recebimentos de Créditos Baixados como Prejuízo	79.303	110.930
Cobertura Ops. PROAGRO/Fundos de Aval/Prog. Terra/Outros	10.054	12.421
Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops. FNE	0	215
Recebimentos/Amortizações TDA/Títulos PROAGRO	0	391
Remissão/Rebate Ops. FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	0	4.242
Taxa de Administração	-1.237.719	-1.209.296
Del credere BNB	-1.152.115	-768.286
Del credere Instituições Operadoras	-5.957	-3.589
Despesa c/Ops. Outras Fontes	0	-3.078
Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	-96.602	-190.943
Despesa Auditoria Externa	-80	-88
Bônus/Dispensas Ops. Reneg Lei nº 11.322/11.775	0	-1.105
Rebate Principal Ops. FAT-BNDES - Estiagem-98	-15	-6
Remissão/Rebate Ops. FNE - Lei nº 12.249 - Ônus FNE	0	-25.690
Bônus Ops. Repasses BNB - Art. 9º A Lei nº 7.827	0	-13.312
Devolução Valores ao BNB por Renegociação Ops. em Prejuízo	0	-37.341
Conversão de Ops. Outras Fontes p/FNE - Leis 10.464/10.696	0	-433
Aquisição de Ops. Outras Fontes p/FNE - Lei 11.322	0	-34
Reclassificações de Ops. pela Lei nº 11.775 - BNB	0	-877
Outros itens	0	-2.027
Desembolsos para Liquidação Ops. FNE - Lei 12.716	-220.500	-100.405
Desembolsos para Liquidação Ops. Outras Fontes e Vrs. Honrados BNB - Lei nº 12.716	-54.500	-16.166
Desembolsos de Parcelas de Ops. Contratadas em Exercícios Anteriores	-4.822.500	-8.196.098
TOTAL DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO (A + B)	11.453.536	10.200.891

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Tabela 37.A

FNE - Ressarcimentos Efetuados pelo BNB ao Fundo Decorrentes de Perdas em Operações com Risco Compartilhado
Exercício 2013

Valores em R\$ Mil

Mês de Referência	Principal + Encargos das Operações Vencidas e não Pagas ⁽¹⁾	Valores Ressarcidos pelo Banco Operador ⁽²⁾	Correção de Valores por Atraso de Ressarcimento ⁽³⁾
Janeiro	46.737	23.369	-
Fevereiro	47.846	23.923	-
Março	41.899	20.949	-
Abril	59.746	29.873	-
Mai	70.926	35.463	-
Junho	72.529	36.265	-
Julho	44.052	22.026	-
Agosto	45.585	22.792	-
Setembro	67.508	33.754	-
Outubro	61.871	30.935	-
Novembro	63.767	31.883	-
Dezembro	79.221	39.611	-
Total	701.687	350.843	0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Total das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias (a partir de abril/2010, o Banco passou a considerar as parcelas com mais de 330 dias de atraso; a partir de abril/2011, as parcelas com mais de 329 dias de atraso), obtido na posição de final de cada mês. (2) Total enquadrável considerando os ajustes realizados nos saldos das operações após a apuração do prejuízo, com valorização para o último dia do mês de referência. (3) Ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para prejuízo/restituição pelo BNB.

Tabela 38.A

FNE - Projetos Contratados ⁽¹⁾ destinados ao Financiamento dos Produtores atingidos pela Estiagem / Seca
Exercício de 2013

Valores em R\$ Mil

Programas	Nº. Operações	%	Valor	%
FNE/EI-Seca/2012-Comercio	7	0,0	87	0,0
FNE/EI-Seca/2012-Serviços	3	0,0	29	0,0
FNE/MPE-Seca/2012-Comercio	323	0,1	15.384	0,9
FNE/MPE-Seca/2012-Indústria	41	0,0	2.222	0,1
FNE/MPE-Seca/2012-Serviços	20	0,0	957	0,1
FNE-Irrigação/Seca-2012	65	0,0	1.793	0,1
FNE-Seca/2012-Comércio	12	0,0	851	0,1
FNE-Seca/2012-Indústria	3	0,0	300	0,0
FNE-Seca/2012-Rural	4.522	1,6	141.460	8,5
FNE-Seca/2012-Serviços	1	0,0	100	0,0
Pronaf/Seca-2012/Cust./Grp.B	9.567	3,5	23.228	1,4
Pronaf/Seca-2012/Cust./Outros	11.501	4,2	110.523	6,6
Pronaf/S.Arido/Seca-2012-Outros	84.662	30,6	963.190	57,6
Pronaf/-S.arido/Seca-2012-Grp.B	166.161	60,0	412.179	24,6
Total	276.888	100,0	1.672.302	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: ⁽¹⁾ Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.